

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Medicina
Curso de Pós-Graduação em Medicina: Clínica Médica

**Famílias em Pedacos - Um Estudo Sobre Violência
Doméstica e Agressividade na Adolescência**

Stela Nazareth Meneghel

Orientadora: Elsa R. J. Giugliani
Consultora: Olga G. Falceto

Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Curso de Pós-Graduação em Medicina: Clínica Médica.

Porto Alegre
1996

“Mesmo entre chamas ferozes pode crescer o lótus dourado”.
Bhagavad Gita

SUMÁRIO

AGRADECIMENTO	v
RESUMO	vii
LISTADE TABELAS E FIGURAS.....	viii
1. INTRODUÇÃO	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO	5
2.1. Violência na Família	5
2.1.1. Alguns Aspectos Históricos	5
2.1.2. A Violência e Seus Atores	9
2.1.3. Estimativas de Incidência	13
2.1.4. Os Diferentes Olhares	15
2.2. Relações Familiares	21
2.2.1. A Família: Alguns Aspectos Históricos	21
2.2.2. Adolescentes: Normais ou Turbulentos?	24
2.2.3. O Adolescente Agressivo e Maltratado	27
3. OBJETIVOS	32
4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	33
4.1. Delineamento e População do Estudo	33
4.2. Coleta de Dados	35
4.2.1. O Instrumento de Coleta de Dados	35
4.2.2. A Coleta de Dados Propriamente Dita	37
4.2.3. Análise do Material	38
4.3. Categorias de Análise	40
4.3.1. Punição Física	40
4.3.2. Agressividade	42
4.3.3. As Escolas	42
4.3.4. Dinâmica familiar	43
5. RESULTADOS: OS NÚMEROS DOS MAUS-TRATOS	46
5.1. Características da População Amostrada	46

5.2. O Adolescente	53
5.3. As Famílias.....	57
5.4. O Adolescente Agressivo	59
5.5. Famílias que se Machucam	61
5.6. O Adolescente Agressivo e Maltratado	67
6. DISCUSSÃO: FAMÍLIAS EM PEDAÇOS	69
6.1. Características da População Amostrada	69
6.2. O Adolescente	73
6.2.1. Amigos e Namorados	74
6.2.2. Escola e Desempenho Escolar	76
6.3. As Famílias	78
6.3.1. Sexo e Vida Conjugal	78
6.3.2. Relações Pais e Filhos	80
6.4. O Adolescente Agressivo	83
6.5. Famílias que se Machucam	87
6.6. O Adolescente Agressivo e Maltratado	94
6.7. A Casa e a Cara das Famílias	97
6.8. Limitações do Estudo	102
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
8. POSFÁCIO	109
9. BIBLIOGRAFIA	112
10. ANEXO	123

AGRADECIMENTO

*Em primeiro lugar quero agradecer às mulheres da minha vida:
 Com elas construí minha identidade
 aos pouquinhos - como quem faz uma tese.
 Na seqüência cronológica, começo com minha avó Apolônia,
 parteira e benzedeira, com aquelas ervas todas de um frade do nome da rosa,
 a coisa só poderia ter começado com ela.
 À minha mãe, Anita, que me legou o lado místico, a obstinação e o seu amor às pessoas
 Às minhas filhas: Lara, Maira e Vatsi, "Três Marias lá no céu em simetria",
 que têm me ensinado a ser mãe delas,
 a mãe de mim mesma.
 À minha irmã, que também é stela, à Natália e Mônica, que te guardo como filha.
 Em segundo lugar, mas em pé de igualdade,
 às minhas orientadoras, que se fizeram amigas pelo trajeto
 Elsa e Olga
 Olga e Elsa, qual das duas eu amo mais?
 À Maria Cecília Minayo, que também foi norte.
 Às minhas amigas, como esquecê-las?
 As de perto e as de longe: Irene Zago, Maria Elmira Alfradique,
 Maria Inês Azambuja, Débora Peccin, Regina Loureiro, Tereza Armani, Luciana Gigante,
 Neice Muller, Hélvia Juchen, Margy Davis.
 Às velhas amigas e também às novas, Daniela Domingues e Simone Castiel
 que a vida é tarefa de fazer amigs,
 À secretária Débora Campos Velho
 Às colegas da saúde coletiva
 Às minhas alunas.*

*E agora quero agradecer aos homens
 Ao meu pai, Eugenio Meneghel, que me ensinou o infinito prazer de contar histórias;
 Ao meu filho Ian, pela paciência com esta mãe obsessiva
 sempre as voltas com arrazoados,
 Ao Nelson que segurou a infra para que eu pudesse fazê-la.
 Aos meus professores, Antonio Ruffino, José Carneiro e Aloysio Achutti.
 Aos desbravadores no tema da violência no Rio Grande do Sul, em especial, ao Dr.
 Franklin Farinatti*

*Aos epidemiologistas amigos, Jorge Umberto Béria, Cesar Victora, Fernando Barros,
Lucio Barcelos*

*Ao Otávio Cruz Neto, pela assessoria,
ao Hilário,*

Ao Gil Sevalho que também “quer plantar um coração no peito da epidemiologia”.

Ao Francisco Alvares, que tem me ajudado a decifrar a metáfora da minha vida.

*À Direção, professores e funcionários do Curso de Pós-Graduação em Clínica Médica,
que deram espaço e crédito a este trabalho, que de início gerava inquietações...*

À Direção, professores orientadores,

*Aos adolescentes e famílias das escolas de Porto Alegre, que permitiram que eu as
invadissem e usassem.*

O meu muito obrigada.

RESUMO

A violência é um comportamento que está se tornando “epidêmico” em nossa sociedade. Ela pode ocorrer em âmbito coletivo, configurando a violência estrutural e também nas relações interpessoais.

Partindo da hipótese de que adolescentes agressivos poderiam estar expressando relações domésticas violentas, realizou-se este estudo na cidade de Porto Alegre e avaliou-se a presença de violência doméstica em famílias de dois grupos de adolescentes: agressivos e não-agressivos, procedentes de uma escola particular, de classe média alta e outra pública, de famílias de baixa renda.

Foram entrevistados 76 adolescentes e suas famílias perfazendo um total de 213 pessoas. Os adolescentes agressivos eram predominantemente do sexo masculino, mais velhos, procedentes de famílias rígidas e violentos com os irmãos. Encontrou-se 41 situações de punição física considerada grave (53,9%), perpetrada contra os adolescentes. A punição física foi mais prevalente entre os alunos da escola pública (69,2%) do que entre os da particular (37,8%). Punições graves e frequentes estiveram presentes em ambas as escolas em proporções semelhantes. O membro da família mais punitivo foi o pai. A violência entre os cônjuges esteve presente em 11% das famílias.

Encontrou-se associação estatisticamente significativa entre punição física grave e agressividade. A chance de um adolescente considerado agressivo na escola ter sido vítima de punição física grave foi três vezes maior do que entre os não-agressivos ($RC= 3,18$).

Realizou-se análise qualitativa a partir dos discursos dos entrevistados e das percepções da entrevistadora registradas em diário de campo. Avaliou-se a presença de violência doméstica e diferentes aspectos do cotidiano destas famílias. Foi confirmada a idéia inicial de que adolescentes agressivos na escola poderiam estar sendo mais punidos fisicamente que os demais. Ficou evidente a necessidade de trabalhar com o adolescente agressivo dentro de uma perspectiva conjunta família-escola, reforçando a atuação interdisciplinar.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1 - Pessoas entrevistadas segundo papel na família e escola. Porto Alegre, 1992/93.	46
TABELA 2 - Renda familiar segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	47
TABELA 3 - Profissão dos pais segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	48
TABELA 4 - Profissão das mães segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	49
TABELA 5 - Membro da família percebido como o mais fidedigno segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	52
TABELA 6 - Ordem de nascimento dos adolescentes segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	54
TABELA 7 - Tempo de aleitamento dos adolescentes segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	55
TABELA 8 - Cuidado dos filhos no primeiro ano de vida segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	55
TABELA 9 - Associação entre agressividade do adolescente e variáveis do estudo. Porto Alegre, 1992/93.	60
TABELA 10 - Punição física segundo intensidade e informante. Porto Alegre, 1992/93.	62
TABELA 11 - Punição física grave segundo membro da família que pune e escola. Porto Alegre, 1992/93.	63
TABELA 12 - Associações positivas entre punição física grave e variáveis do estudo. Porto Alegre, 1992/93.	64
TABELA 13 - Variáveis que não estiveram associadas com punição física grave. Porto Alegre, 1992/93.	65
TABELA 14 - Agressividade e punição física grave segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	67

FIGURA 1 - Escolaridade dos pais e mães segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	50
FIGURA 2 - Religião dos pais e mães. Porto Alegre, 1992/93.	51
FIGURA 3 - Idade e sexo dos adolescentes segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.	53
FIGURA 4 - Vida sexual dos adolescentes. Porto Alegre, 1992/93.	56
FIGURA 5 - Famílias segundo dinâmica e escola. Porto Alegre, 1992/93. .	58

1. INTRODUÇÃO

“O homem mata o que ama”. Oscar Wilde

Agressividade e violência na família. Por que este tema de pesquisa?

Nos últimos anos, está-se assistindo a um aumento “epidêmico” dos fenômenos violentos na sociedade. A violência é a grande manchete nos jornais e noticiosos. Ao lado de notícias sensacionalistas de assaltos e seqüestros, aparece uma brecha para denunciar também a violência contra a mulher, a criança, o idoso. Se por um lado estas denúncias têm um caráter ideológico, de culpabilizar os indivíduos e encobrir os determinantes sociais do problema, por outro lado esta questão é bastante séria e merece ser objeto de estudos e investigações. Do ponto de vista da mortalidade, observa-se que as causas externas da Classificação Internacional de Doenças (CID), que englobam suicídios, homicídios, acidentes de trânsito e de trabalho, começaram a se tornar uma das causas mais importantes de óbito, não só em países desenvolvidos mas também nos de Terceiro Mundo. No Rio Grande do Sul dos anos oitenta, elas constituíram, em média, a terceira causa de óbito. Considerando-se os “anos potenciais de vida perdidos”, nos quais pondera-se no óbito o fator idade, verifica-se que as causas externas passaram a ocupar a primeira posição (Meneghel, 1986). Em outras palavras, atualmente, no Rio Grande do Sul, as mortes de maior peso social são as causadas pela violência, principalmente porque atingem adultos em idade produtiva e jovens. Doenças psicossomáticas, geralmente de caráter crônico e que, portanto, não irão aparecer nas estatísticas de mortalidade, também estão aumentando. Atualmente a agressão, a violência e as doenças causadas pelos fatores estressantes das

grandes cidades, constituem uma das principais preocupações dos epidemiologistas e profissionais da área da saúde mental (Jason, 1984).

Historicamente, os comportamentos violentos do cotidiano têm estado fora da responsabilidade e atuação da medicina, ficando a cargo de outras instâncias: a jurídica, a policial, a ação social. Os relatos de fraturas múltiplas em crianças no século XIX foram atribuídos, na época, às condições climáticas, embora se saiba atualmente que se tratavam de crianças espancadas. A síndrome da criança espancada foi definida nos Estados Unidos dos anos sessenta (Kempe e Kempe, 1983), embora os maus-tratos às crianças remontem de longa data. Na sociedade patriarcal, crianças e mulheres são considerados cidadãos de segunda categoria. O infanticídio foi uma prática social presente no alvorecer de quase todas as culturas e fez mais vítimas que a própria peste bubônica (Solomon, 1980).

Relatos de mulheres batidas só começaram a aparecer no Brasil na década de setenta, principalmente pelo mérito das feministas, que se empenharam em denunciar este problema. Ainda hoje inexistem estatísticas oficiais sobre maus-tratos contra mulheres e crianças. A tendência é fechar uma cortina de silêncio sobre um assunto que a sociedade não gosta de enxergar. As vítimas calam, temerosas, acobertando o agressor, geralmente um parente próximo; a sociedade não quer ver o problema, defendendo suas instituições; os profissionais de saúde quando fazem denúncias, muitas vezes compram uma briga incômoda. O mais fácil, portanto, é calar. Todos estes fatores dificultam o trabalho nesta área, embora nos últimos anos esteja surgindo uma mobilização social em torno desta questão.

Uma pergunta a fazer é como detectar precocemente o problema para poder intervir com maiores chances de benefício. Alguns autores têm associado a presença de violência doméstica com agressividade infantil e delinquência. Poderia então a agressividade servir como um indicador que evidenciasse a presença de violência na família? Adolescentes agressivos são mais punidos que os demais? Estas são algumas perguntas que este trabalho tentará responder.

A agressividade entre crianças e adolescentes parece estar aumentando, porém este comportamento pode ser resultado de uma conduta menos repressiva em relação a esta

conduta. Pais e professores queixam-se da agressividade dos jovens pertencentes a quaisquer classes sociais. Estes adolescentes mostram-se agressivos em casa e na escola, depredam instalações no colégio e na rua, roubam, agredem colegas e professores, drogam-se, envolvem-se em brigas de gangues. Mais recentemente, têm aparecido as torcidas organizadas, com características neofascistas, canalizando os adolescentes para mais um beco sem saída. A falência escolar é outro aspecto que tem se tornado cada vez mais comum e pode estar relacionada com fatores estressantes na família, entre os quais a violência doméstica. Por outro lado, os adolescentes podem estar apresentando estas reações como resposta à violência estrutural da sociedade (Stith, 1993).

Outro aspecto polêmico refere-se aos grupos mais atingidos. Para alguns pesquisadores, pessoas de qualquer classe social podem apresentar condutas violentas. Outros, porém, afirmam que a maior prevalência do problema está entre as classes menos favorecidas, e que homogeneizar sua incidência seria uma forma de pulverizar as verbas estatais destinadas ao problema (Pelton, 1980). Porém, atribuir às classes menos privilegiadas os comportamentos agressivos é uma forma de discriminá-las e estigmatizá-las, considerando-as “classes perigosas”, o que justificaria o uso abusivo de atos repressivos contra as mesmas. A maioria das pesquisas é realizada com população institucionalizada ou usuária de serviços públicos, portanto uma população mais pobre. Indivíduos de classes média e alta buscam atendimento em serviços privados e tendem a ocultar os seus problemas. *“Famílias pobres, estrangeiras, hispânicas, negras, marginais, são mais suscetíveis de terem o rótulo abuso ligado ao comportamento de seus membros, enquanto famílias importantes têm os agravos de seus filhos classificados como acidentes”* (Zajac, 1980, p.1). De qualquer maneira, este tópico merece ser melhor avaliado em nosso meio.

O objetivo principal deste trabalho é o de tentar verificar se existe alguma associação entre o comportamento agressivo em adolescentes e a presença de violência em suas famílias. Também pretende-se conhecer a dinâmica das famílias de adolescentes considerados agressivos e compará-las com as de não-agressivos. Nesta pesquisa são estudadas não só famílias de baixa renda - objeto da maioria das pesquisas - mas também famílias de média e alta renda. Pretende-se verificar desta forma a distribuição da violência doméstica nos diferentes segmentos da sociedade.

A metodologia da pesquisa é mista. Algumas questões são trabalhadas de forma quantitativa e outras qualitativamente. A hipótese principal do trabalho é a de que adolescentes agressivos podem estar expressando relações domésticas violentas.

Além disso, este trabalho pretende servir como instrumento de prevenção dos maus-tratos em crianças e adolescentes. Denunciando, discutindo, criando alternativas, tentando fugir da burocratização e banalização do tema. *“É preciso que se recuse a armadilha de organizar serviços que pensem apenas em resgatar vítimas e se recusem a trazer a público o que está por trás da violência doméstica, mexendo com os valores tradicionais em termos de práticas de cuidado dos filhos”* (Guerra, 1992, p.89).

Para que se possa, enfim, arregaçar as mangas e sujar as mãos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Violência na Família

“Não há bons casamentos nem famílias felizes na mitologia clássica. Há em toda parte uma hierarquia. Uma figura paterna autoritária manda em todos. O deus principal age por interesse próprio, impondo sua vontade e seus desejos. As mulheres - quer como mortais, como deusas ou símbolos femininos - são, com raras exceções, oprimidas, sacrificadas ou humilhadas. O estupro é a norma e o poder, em vez do amor, é o princípio dominante. Filhos e filhas ou se sujeitam em busca de aprovação, ou são sacrificados, rejeitados, punidos, ignorados. Quando paramos para examinar nosso legado mitológico, podemos ficar iluminados ou estarecidos diante do ponto até o qual ele é uma metáfora daquilo que existe na realidade contemporânea, o ponto até o qual a nossa mitologia fala sobre nós”. Jean Shinoda Bolen

2.1.1. Alguns Aspectos Históricos

“ O homem na família moderna é o burguês; a mulher representa o proletariado”. Friederich Engels

A preocupação com os maus-tratos à criança surgiu como tema de pesquisa nos anos sessenta, enquanto que a violência contra a mulher apareceu como objeto de investigações somente uma década mais tarde.

Remontando à história, verifica-se que nas sociedades patriarcais a posição da mulher e da criança sempre foi subalterna. Em Roma e na Grécia, o poder e a autoridade

estavam concentrados na figura do pai, com direito de vida e morte sobre mulheres, crianças e escravos. Estudiosos das religiões mostraram que na transição da sociedade matriarcal para a patriarcal mudou a constelação de divindades. As deusas, representadas em algumas culturas pela Grande Mãe, cedem espaço para deuses e heróis masculinos (Whitmont, 1991). *“A partir do século VII A.C., o vigilante do oráculo primitivo e verdadeiro senhor de Delfos era o dragão Píton. Ele simboliza a autoctonia e soberania primordial das potências telúricas e que, por isso mesmo, protegia a terra primordial. Ele foi morto por Apolo, um deus patrilinear, solar, que levou de vencida uma potência matrilinear, telúrica, ligada às trevas”* (Brandão, 1991, p. 94).

A mulher tem sido objeto de opressão não só nas sociedades capitalistas modernas, mas em todas as organizações sociais patriarcais. Para alguns autores este fato aconteceu no período de transição da sociedade sem classes - comunismo primitivo - para a sociedade de classes. Foi considerado que a base para que se desse tal acontecimento era a menor habilidade feminina para a caça, porém antropólogos modernos consideram que mesmo em sociedades agrícolas não-caçadoras, as mulheres eram penalizadas com tarefas mais árduas e que a submissão de um sexo pelo outro é um acontecimento político-cultural. *“A dominação da mulher pelo homem é historicamente anterior ao capitalismo e lhe sobrevive. Porém o capitalismo apresenta sabedoria suficiente para saber explorá-las adequadamente, refinando as formas de dominação das mulheres pelos homens”* (Engels, 1971, p.75).

As relações desiguais entre homens e mulheres, pais e filhos, têm sido documentadas na religião, nas artes, na filosofia e nas ciências. Pensadores e cientistas tentaram evidenciar através dos tempos a superioridade do sexo masculino usando argumentos de fidedignidade nem sempre comprovada. Atribuiu-se às mulheres e crianças desde condutas pouco responsáveis até peso cerebral menor que o do homem, justificativa para sua menor inteligência. Num ensaio sobre a presença da mulher na literatura, a autora argumenta que a produção dita científica nesta área é uma coletânea de escritos preconceituosos, autoritários e pretensiosos (Woolf, 1985).

Na família camponesa medieval a unidade básica não era a vida conjugal, mas a aldeia. O amor e a autoridade estavam repartidos na ampla gama de parentes e aldeões, e as relações entre pais e filhos não se caracterizavam por intimidade ou intensidade emocional (Bruschini, 1988). As sanções eram impostas como castigos físicos. Estes castigos permaneceram até tempos bem atuais em países como Estados Unidos e Inglaterra.

No início da Revolução Industrial, na Europa, pesados tributos foram impostos à classe trabalhadora, principalmente às mulheres e crianças: jornadas de trabalho excessivamente longas, locais de trabalho úmidos, mal ventilados, insalubres, postura viciada por longos períodos de tempo, poeiras e emanções perigosas. A mortalidade infantil assumia cifras elevadíssimas, grassavam epidemias de doenças infecto-contagiosas, desnutrição, raquitismo, tuberculose, além de analfabetismo, alcoolismo, prostituição. Crianças de cinco, seis anos, trabalhando mais de catorze horas diárias sob as minas, mães sedando os bebês para trabalhar (Engels, 1985).

Mas a Idade Moderna também é responsável por uma nova estrutura da família, composta apenas pelos pais e filhos. As funções socializadoras passaram então para o âmbito mais restrito do lar burguês e apareceram novas atitudes em relação à criança. Nesta família emergente, o amor materno começou a ser valorizado (Badinter, 1986) e esta configuração coincide com o surgimento de uma teoria sociológica da família. “... nas famílias aristocráticas do antigo regime, atribuía-se pouco valor à privacidade, intimidade, cuidados maternos, amor romântico e relações íntimas com as crianças. Na família burguesa, o padrão emocional é definido pela autoridade restrita aos pais, o profundo amor parental aos filhos, ameaças de retirada do amor a título de punição, em vez de castigos físicos” (Bruschini, 1988, p.34).

Este modelo foi importado no Brasil Colônia, junto com os costumes e modelos europeus (Costa, 1983). O movimento higienista foi um dos instrumentos de mudança da família patriarcal do Brasil Colônia. Normatizador, trouxe consigo estímulo ao cuidado das crianças, ao aleitamento materno, à puericultura e à educação escolar. Consolidava-se um novo tipo de família, vigente até os dias atuais.

Os valores da família nuclear burguesa são transmitidos e mantidos pelas instituições sociais como a escola, a igreja e os meios de comunicação. Estes valores asseguram a manutenção dos estereótipos sexuais, porque é principalmente no interior da família que meninos e meninas aprendem uma educação diferenciada, para reproduzirem os papéis sexuais desejados pela sociedade. Os meninos aprendem a se comportar de modo racional, frio, agressivo, seguro, independente, forte e polígamo, enquanto as meninas aprendem a ser frágeis, inseguras, dependentes, emotivas, belas e monógamas. As diferenças ligadas ao sexo são exacerbadas ou reprimidas para assegurar um padrão social de conduta estereotipado e desigual. E as principais veiculadoras da ideologia patriarcal são as mulheres, responsáveis pela educação dos filhos.

A divisão sexual do trabalho reforça a situação de inferioridade econômica, jurídica e até mesmo emocional da mulher e da criança, assegurando a manutenção de situações que propiciam a eclosão da violência doméstica. E é com base na ideologia machista, sexista, que se desenvolve o exercício da violência conjugal, expressa nos espancamentos de mulheres e crianças pelos chefes de família, no abuso sexual de menores, nos estupros, nos assassinatos passionais. Com base nestes mitos e na divisão sexual do trabalho, a mulher é mantida calada e dependente, e se perpetuam agressões, abusos e maus-tratos à mulher e à criança (Barroso e Bruschini, 1981; Correa, 1981; Fonseca, 1986).

Estas considerações tentam contextualizar o problema, fugindo de explicações lineares. Olhar a violência nesta perspectiva é mais complexo, mas também mais instigante; implica investigação interdisciplinar, respeitando as diversas abordagens. Desvendar atrás da máscara do amor familiar, os rancores, os ódios, os bodes expiatórios e, principalmente, os jogos de poder, muitas vezes invisíveis.

2.1.2. A Violência e Seus Atores

“Em que armadilha caiu Agamenon, rei e pai? O espírito parece impotente, simbolizado pela ausência de vento. Como anunciou o coro: ... os ventos apodrecem e a divindade está enferma. Agamenon está preso pela obstinada busca de poder dos gregos, e em nome disso, sua filha é sacrificada. O feminino está reduzido a ser o objeto das metas masculinas. Na tragédia, as mulheres não têm o poder da verdade. A filha Ifigênia deve ser sacrificada em nome do poder político do Estado. O sacrifício da filha, pelo pai, tem origem na dominação do feminino pelo poder masculino”. Linda Leonard

Em primeiro lugar, cabe tentar uma definição de violência. Não é fácil. Multiplicam-se definições, conceitos, tentativas de explicar suas determinações, num emaranhado conceitual em que se mesclam marcos reducionistas, comportamentalistas, sociológicos. Muitas vezes, o autor em questão acredita que detém todas as respostas, ignorando as outras áreas.

A violência pode acontecer no âmbito coletivo, aquela que existe entre as classes sociais, também chamada violência estrutural, ou entre as pessoas, configurando a violência pessoal. Porém, considera-se importante enfatizar que a violência estrutural da sociedade, entendendo-se aqui o acesso desigual às condições de vida e subsistência, é o ponto de partida e de chegada, e a violência pessoal é um acidente de percurso, reativa e reforçadora da violência estrutural (Azevedo, 1989).

Violência é um conceito multidimensional. Fala-se de violência simbólica, psicológica, econômica, institucional. Os que escrevem sobre este assunto são, em geral, integrantes da classe média onde a força bruta não é uma experiência cotidiana. Quando a violência física aparece nos escritos científicos é, muitas vezes, ligada a comportamentos indiscutivelmente extremos: os esquadrões da morte ou as mulheres espancadas (Fonseca, 1993).

Neste estudo será adotada a seguinte definição: *“Entendemos por violência uma realização determinada de relações de força tanto em termos de classes sociais como em termos interpessoais. Trata-se da conversão de uma diferença em uma relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, exploração e opressão. É uma ação que trata um ser humano não como sujeito mas como coisa. É, portanto, uma relação caracterizada num extremo pela dominação e no outro, pela coisificação. Violência é a tentativa de diminuir alguém, constranger uma pessoa a renegar-se a si mesma, a resignar-se à situação que lhe é imposta, renunciar de toda a luta, abdicar de si”* (Azevedo, 1989, p.18).

Violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e ação alheias, pela vontade e ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda de autonomia não seja percebida nem reconhecida. Resulta em alienação, identificação da vontade de alguém com a vontade de quem a domina.

Abuso é considerado *“todo o emprego de força física e atos de omissão, com o objetivo de ferir, danificar ou destruir a criança, independente do grau de gravidade do ato”* (Azevedo e Guerra, 1990, p.37).

Tem-se caracterizado os atos abusivos, para fins pedagógicos, em físicos, psicológicos e sexuais. O abuso psicológico configura um padrão de relacionamento no qual pode haver rejeição, isolamento, terror, com instalação de um clima de medo, indução a uma auto-imagem negativa. Abuso psicológico e sexual não serão abordados neste estudo. *“Por trás da violência na família esconde-se um modelo de educação que tem por objetivo quebrar a vontade da criança, sufocar o que nela tem de vivo para transformá-la num ser dócil, obediente. Este modelo adultocêntrico, também chamado pedagogia negra, transmite à criança idéias de que os pais merecem respeito a priori, enquanto a criança não merece respeito nenhum”* (Guerra, 1992, p.81).

Relações abusivas podem acontecer em diferentes tipos de relações: pais e filhos, maridos e mulheres, professores e alunos, e mesmo nas relações de trabalho. A punição física na relação parental corresponde ao emprego de força física no processo disciplinar de um filho, por parte de seus pais. Esta relação de força apoia-se no poder disciplinador do

adulto e na desigualdade adulto-criança. Há controvérsias na classificação dos atos punitivos, desde a simples palmada até agressões com armas brancas, instrumentos (barra de ferro, pau, taco de bilhar) e imposição de queimaduras, socos, pontapés. Cada autor inclui os métodos que considera violentos, embora alguns considerem violência qualquer ato disciplinar que atinja o corpo do outro (Guerra, 1992).

A constatação de que vivemos numa sociedade filicida talvez deva ser a primeira tarefa dos que desejam trabalhar com o tema da violência (Raskowski, 1970). *“Esse desejo do pai de matar a criança, nós perigosamente ignoramos. Se o mito de Édipo é fundamental, então o infanticídio é básico em nossa prática e em nossas idéias (Kerényi e Hilmann, 1995, p.87).*

Entre os vários enfoques existentes para explicar a determinação das condutas violentas, optou-se por aquele que considera a violência, tanto em nível estrutural quanto em nível individual, um comportamento entrelaçado, em “rede” (Minayo, 1990a; Minayo, 1990b; Minayo, 1994; Minayo e Assis, 1993; Minayo e Assis, 1994).

Diferentes autores têm caracterizado o perfil das famílias e dos atores da violência doméstica. *“A relação estabelecida entre os familiares num lar violento possui elos que enlaçam todos os seus componentes, não só criando o ato abusivo mas alimentando-o constantemente” (Assis, 1991, p.33).*

Os homens agressores podem ser encontrados em todas as classes sociais, grupos étnicos e religiosos. Apresentam baixo limiar de tolerância a frustrações, embora costumem mascarar o comportamento agressivo fora do âmbito familiar, apresentando-se sedutores. Fazem tudo pelo “bem” da família, mesmo quando isto representa espancamento e agressões constantes. Costumam usar as crianças como “joguete”, exercendo seu poder e controle em relação aos filhos, cuja posse é mais uma questão de afirmação e poder, do que de amor (Ortiz, 1988).

As mulheres destas famílias também podem pertencer a qualquer grupo ou classe. Deprimidas, possuem baixa auto-estima, sempre esperando que o parceiro mude, e são alto

risco para adicção a drogas e alcoolismo. Submissas, passivas, impotentes, gradualmente vão se isolando dos amigos e da comunidade, perdendo a capacidade de protegerem a si e aos filhos, aceitando como suas todas as culpas.

As crianças das famílias abusivas apresentam baixo limiar a frustrações, dependência econômica e emocional. Podem tornar-se adictas a drogas ou a álcool, apresentar atividade sexual promíscua, fugir de casa. Isoladas e tristes, mostram baixa auto-estima. Podem apresentar conduta agressiva como forma de resolver os conflitos na escola, em casa ou na rua. Muitas vezes, sentem-se culpadas por todos os problemas familiares: divórcios, brigas, perdas. Usadas e impotentes frente às questões familiares, inclusive a custódia, convertem-se em tristes depositárias da agressão incontrolada dos adultos.

O quadro acima representa a família maltratante/maltratada predominante na cultura ocidental. Nestas famílias, a mulher maltratada pelo marido é geralmente o adulto que maltrata os filhos, num ciclo onde o que detém maior parcela de poder machuca os que estão em posição hierárquica inferior e assim sucessivamente. Em algumas destas famílias, só uma criança é abusada, física ou sexualmente, representando o cabide para as projeções negativas dos adultos.

Os maus-tratos apresentam-se sob um polimorfismo variado, tanto que um achado físico isolado não é conclusivo. Algumas das conseqüências tardias do abuso físico são: infelicidade, hiperatividade, mau-humor, problemas de aprendizagem, pseudomaturidade, mobilização constante de defesas em antecipação ao perigo, personalidade de “camaleão”, tendência dos filhos cuidarem dos próprios pais, falta de objetivos, fantasias de comportamento agressivo, agressão e raiva (Gil, 1990).

Os sinais e sintomas de abuso físico não são patognomônicos, podendo aparecer em outras situações (Fontana, 1980). O importante é investigar quando houver suspeita. O sintoma pode estar representando um gancho, um aviso, um indício, uma pista de que há algum problema grave nesta família e a criança ou adolescente está pedindo ajuda.

2.1.3. Estimativas de Incidência

“A violência doméstica é muito mais extensa do que qualquer estimativa oficial, já que nossas estatísticas são passíveis de subenumeração na medida em que são baseadas naquilo que as pessoas desejam revelar em sessenta minutos de entrevista”.

M. Zajac

Estudos sobre eventos violentos, assim como suas conseqüências, ainda são escassos no Brasil, embora tenha havido um incremento nas pesquisas neste campo durante a última década. Também começaram a ser investigados temas vistos como tabu ou mesmo inexistentes, como “meninos de rua” e prostituição infantil (Gomes, 1994).

No Brasil, um dos locais de referência sobre o assunto é o Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (CLAVES), no Rio de Janeiro, com importante papel na produção científica, divulgação e conceitualização do tema (Minayo, 1990b).

Nos Estados Unidos, as estimativas de incidência de abuso contra mulheres são tão elevadas que descartam as abordagens que associam a violência com doença mental, mostrando que este é um comportamento corriqueiro da população masculina. Uma entre quatro mulheres é vítima de violência doméstica, estimando-se 4,7 milhões de mulheres batidas (Gelles, 1980). Mesmo assim, *“mulheres espancadas não constam das estimativas oficiais, este é um fenômeno tão arraigado em nossa cultura que freqüentemente permanece invisível”* (Langley e Levy, 1980, p.26).

Os mecanismos sociais tendem a minimizar, contemporizar ou mesmo anular o problema, principalmente em relação à violência doméstica. As instituições procuram razões no comportamento da vítima, aconselhando-a, muitas vezes, a calar. *“A delegacia é o lugar da moral tradicional. O lugar da mulher é o lugar do silêncio. A instituição procura impedir que ela saia do seu lugar e torne pública sua denúncia. Ai ela será transformada*

de vítima em ré" (Rubinger e Smigay, 1989, p.1534). De qualquer maneira está explícita a elevada magnitude dos atos abusivos contra mulheres (Barroso e Bruschini, 1991; Gama, 1979; Goldemberg e cols., 1988; Rubinger e Smigay, 1989).

Certamente estas afirmações também se aplicam para crianças espancadas. Maus-tratos contra crianças têm sido notificados, nos Estados Unidos, em cifras de 32/100.000 e abuso sexual em torno de 15/100.000 (Kempe e Kempe, 1983), porém ainda existe subnotificação de casos.

A Associação Brasileira de Crianças Abusadas e Negligenciadas informa que, em 1992, no Brasil, houve 4,5 milhões de crianças vítimas de violência. Estudos de base populacional mostram que aproximadamente 33% das crianças e adolescentes sofrem atos violentos dentro da família (Minayo, 1994).

Estatísticas sobre maus-tratos, quer seja em relação a crianças, quer seja em relação a mulheres, ainda não são confiáveis. Os dados são discrepantes, em parte porque procedem de fontes heterogêneas: serviços sentinela, instituições de amparo a menores, clínicas especializadas (Ammerman e cols., 1989). Em alguns países, a notificação de abusos físicos é obrigatória, noutros não (Pieterse, 1989). Além do mais, mesmo sendo de notificação compulsória, não existem mecanismos que garantam a adequada notificação dos dados. Estudos realizados em países europeus evidenciaram que a incidência de abusos físicos aumentou, embora tenham diminuído os percentuais de casos graves e fatais (Creighton, 1985; Breiting, 1989).

Outro aspecto relacionado ao dimensionamento do problema diz respeito à pessoa entrevistada, cuja informação irá variar de acordo com o papel dentro da família (Sharma e Sunderland, 1988). A família pode perceber os profissionais de saúde como seus inimigos e estes, por sua vez, comportarem-se como tal (Bullock, 1991). Além disso, muitas pessoas que vão à consulta com sinais de espancamento não são dignosticadas, não só pela falta de treinamento dos profissionais de saúde, mas também pelos preconceitos e tabus que cegam as pessoas para o problema. A vítima, quer seja a esposa, a criança ou o abusado sexual, silencia, acumpliciando-se com o agressor. Quanto maior a gravidade do abuso, maior o

silêncio, a vergonha, a culpa. Esta conduta já foi explicada em termos de identificação com o agressor (Graciano, 1975). Além do mais, a criança demonstra afeto pelos pais que a maltratam, já que se trata da única ou principal relação afetiva que ela conhece, e deste modo lhe parece normal.

Talvez o mais duro de constatar seja o fato de que a violência “não é um fato marginal ou uma resposta ocasional nas relações interpessoais neste final de milênio. Está-se tornando a linguagem do momento, a forma de relação dominante. Revestiu-se de um poder que ocupa por igual os vazios de poder estatal e as incongruências da cidadania. Polimorfa e ubíqua cresce na impunidade. É incomunicação. Não acordo. Não opção para a vítima. Imposição assimétrica. E seus saldos múltiplos de dor, morte, medo, impotência, ausência e desesperança individuais e grupais demandam ações de maior alcance e significado” (Franco, 1995, p.2).

2.1.4. Os Diferentes Olhares

“A violência é uma construção cultural que tem a cara da sociedade que a engendra”.

Maria Cecília Minayo

A violência é um tema de investigação interdisciplinar, envolvendo várias áreas do conhecimento - o direito, a ação social, a antropologia e mais recentemente a medicina. É um tema que mobiliza intensamente os sentimentos do pesquisador e está ligado ao seu posicionamento político. Constitui terreno fértil para controvérsias e polêmicas, prestando-se a posicionamentos preconceituosos e vieses metodológicos. Não existe neutralidade neste campo. Torna-se necessário, então, tentar discernir no emaranhado das múltiplas abordagens sobre o tema algumas das vertentes principais, posicionando-se por uma delas.

Estudos sobre violência podem adotar um enfoque funcionalista, fenomenológico ou marxista. Alguns destes posicionamentos podem ser somados, outros são mutuamente antagônicos.

Num estudo antropológico, o autor selecionou nove perspectivas teóricas para explicar os determinantes da violência doméstica: ecológica, dos recursos, da aprendizagem social, sociobiológica, evolutiva, sistêmica, patriarcal e da cultura da violência. (Levinson, 1989). Alguns destes modelos apresentam considerações interessantes, como por exemplo, a teoria dos recursos, que explica as relações de poder existentes dentro da família a partir do valor econômico que cada membro é capaz de agregar ao grupo. O autor também aponta que a punição física de crianças não é inerente a todas as culturas. Sociedades simples, como as indígenas, não punem fisicamente suas crianças.

Outra pesquisa salienta três abordagens para a questão: a psiquiátrica, a psicossocial e a sociocultural (Grosman e cols., 1989). No modelo psiquiátrico, há uma tendência de buscar as causas do comportamento violento nos indivíduos. Existem inúmeros trabalhos associando maus-tratos a características individuais: baixa renda, famílias caóticas, paternidade precoce, instabilidade conjugal, criminalidade, mobilidade social, alcoolismo, adicção a drogas (Criville, 1990; Gelles, 1989; Pollock, 1990). Estas abordagens excluem a violência estrutural da sociedade, responsabilizando apenas o indivíduo pelos atos violentos. *“Ao apresentar o maltrato como consequência de uma anormalidade psicológica, os desvios de comportamento só teriam uma razão individual e só afetariam uma ínfima minoria”* (Grosman e cols., 1989, p.31). *“Inicialmente vimos o problema limitado à dinâmica das relações familiares e, de certa forma, culpabilizamos a família para depois ir ampliando a percepção acerca das determinações da violência”* (Rivero-Prado e Prieto, 1986, p.36).

Além disso, a maioria dos casos provém da população geral e não de grupos de alto risco. A definição de grupos de alto risco compreende: famílias separadas ou monoparentais, crianças prematuras ou de baixo peso, pais adolescentes, pequeno intervalo intergestacional, baixo nível socioeconômico, violência doméstica, problemas psicológicos e dificuldades de socialização. Foi observado que somente 6% das famílias de risco elevado

para maus-tratos puniam suas crianças. As demais, a despeito de possuírem características adversas, não eram abusivas (Browne, 1988).

O enfoque psicossocial compreende duas linhas. A primeira delas mostra a agressão como resultante de uma interação sadomasoquista entre os indivíduos, havendo na vítima uma atitude de provocação em relação ao agressor. *“... as vítimas favorecem, provocam ou se oferecem para a consumação do delito, em muitos casos. Vítima e agressor mantêm uma relação dinâmica, que lhes possibilita alternar papéis”* (Caputti Filha, 1981, p.28). Este posicionamento é perigoso, na medida que culpabiliza a vítima. Porém, não se deve esquecer os fatores internos das pessoas, sem mudá-los, romper com o padrão de relação dominador/dominado, o indivíduo continuará repetindo sua história de vida e de vitimização. *“O oprimido carrega o opressor dentro dele”* (Freire, 1984, p.52).

Na segunda linha explicativa, a violência transmite-se como que num ciclo. Crianças vitimizadas serão agressores futuros, pais agressores têm história de infância infeliz, abandono, negligência ou abuso físico (Fonseca e cols., 1996). A transmissão da violência tem sido acompanhada em até quatro gerações numa mesma família (Oliver, 1988; Walker, 1990). *“A principal causa de maus-tratos às crianças são os distúrbios emocionais de seus pais. Talvez a mais surpreendente semelhança entre abuso físico e sexual seja a tendência de recriar a vitimização em outros indivíduos, levando a transmissão da violência para a próxima geração”* (Green, 1988, p.591). Porém, há autores que afirmam que nem todas as crianças abusadas na infância se tornarão adultos abusivos.

O último enfoque selecionado é o sociocultural, que inclui três abordagens: a feminista, a que articula a violência com os mecanismos de poder e a que percebe a violência como estrutural. Talvez cada um destes três últimos modelos citados possa agregar alguma contribuição a esta totalidade tão complexa. De qualquer forma, deve-se fugir das explicações que percebem a violência como um somatório de fatores de risco individuais.

As feministas culpabilizam as relações de gênero pela violência contra mulheres e crianças. Afirmam que as mães abusivas são, na realidade, adultos abusados e que os

homens, portanto, são os responsáveis diretos pela violência contra as crianças (Stark e Flitcraft, 1990).

Outro ponto de vista refere-se à questão do poder, que em nossa sociedade pode ser definido como “*macho, branco e rico, podendo-se ainda dizer, adulto*” (Azevedo e Guerra, 1990, p.16). As crianças, nesta cultura adultocêntrica, são machucadas, espancadas, assassinadas por adultos que, na maioria das vezes, teriam a função de protegê-las. Relações de pequeno poder, onde um indivíduo valendo-se de seu posto espezinha outro, são amplamente disseminadas, inclusive dentro da família entre pais e filhos, maridos e mulheres.

A última corrente considera que a violência estrutural da sociedade é o determinante maior da violência familiar. A violência estrutural é entendida como aquela que nasce das próprias relações dentro da sociedade, criando as inequidades e suas consequências, como a fome, o desemprego, a falta de habitação. Incluem-se também as discriminações de sexo, idade e raça. A violência estrutural permanece mascarada, não costuma ser nomeada, é vista como algo natural, a-histórico, como a própria ordem das coisas na sociedade. Expressa pelas condições alienantes de vida e trabalho, provoca no indivíduo sentimentos de frustração e raiva, muitas vezes descarregados na família.

Outra questão polêmica é a distribuição da violência segundo classe social. Não existe consenso na abordagem desta questão. Alguns autores postulam que a violência é um fenômeno difundido em todas as classes sociais e que os ricos ocultam seus comportamentos violentos, enquanto os pobres precisam recorrer a instituições governamentais, que devassam a privacidade dos indivíduos (Pelton, 1980; Zajac, 1990). Por outro lado, afirmar que a violência na família ocorre somente devido a fatores socioeconômicos, pode ser uma explicação preconceituosa, na linha de catalogar as classes populares como “perigosas”, marginais. Esta concepção, além de excluir os comportamentos violentos das classes privilegiadas, estimula medidas que aumentam a segurança pública e instauram maior repressão para as camadas populares (Koury, 1989; Oliven, 1986).

O Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde, em revisão comentada sobre o assunto, estabeleceu cinco concepções principais na abordagem da violência. Em primeiro lugar, estão arroladas as explicações biologicistas e psicologicistas que norteiam os estudos, principalmente nas áreas de medicina, psiquiatria e direito. Talvez coubesse incluir nesta corrente estudos epidemiológicos que privilegiam as explicações baseadas no modelo de risco. Estes estudos podem ser criticados na medida em que *“expressam o crescimento das tendências anti-sociais na consciência coletiva, o isolamento e a alienação dos indivíduos, a antítese entre indivíduo e sociedade (...) a psicologização da violência obedece a uma análise equivocada que visa a humanização do sistema social através do tratamento da psique humana e o fim da discórdia social mediante um aperfeiçoamento moral”* (Minayo, 1990b, p.20).

O segundo modelo é o que percebe as mudanças sociais, industrialização, urbanização e favelização como o *locus* da violência.

A terceira corrente é a dos estudos que entendem as condutas violentas como estratégias de sobrevivência das camadas populares, vítimas das contradições gritantes do capitalismo no País. As desigualdades sociais, o contraste entre a opulência e a indigência levam os pobres a se rebelarem. Esta concepção deixa de lado outros aspectos da violência social e cultural que têm origem nos aspectos individuais das pessoas e as atingem independente de sexo e etnia.

O quarto modelo explica o crescimento dos índices de criminalidade pela falta de um adequado aparato repressivo do Estado. Tendem a omitir o papel da violência como instrumento de domínio econômico das classes dominantes e percebem o Estado como “neutro”.

Finalizando, explicita-se o marco referencial no qual o CLAVES se insere, e que esta pesquisa também pretende adotar, que é a percepção da violência num enfoque interdisciplinar. Nele, a violência estrutural oferece um marco à violência do comportamento. Cada uma de suas facetas tem uma dinâmica própria articulando-se com as demais. A violência dos pequenos grupos está relacionada com a violência do Estado, a

violência dos conflitos com a da ordem estabelecida. Há um constante contraste nesta maneira de estudar o fenômeno: de um lado, procura entendê-lo na totalidade da formação social; e do outro, na sua diferenciação e especificidade de acordo com o tipo e o aspecto a serem analisados.

“Agir nesta linha significa assumir como metodologia de trabalho a interdisciplinariedade cooperativa (...) o caminho é buscar a transitividade da linguagem das disciplinas, dos conceitos e das propostas das áreas que se integram na compreensão da rede; ao mesmo tempo articular a reflexão científica com a dos grupos e movimentos sociais que caminham na mesma direção de mudança” (Minayo, 1990b, p.24).

2.2. Relações Familiares

“Para o mundo matrilinear todo o casamento é um rapto de Core por Hades, o violador, ou seja, um simbolismo de macho hostil. Deste modo, todo o casamento é como uma exposição no cume de um monte em mortal solidão e uma espera pelo monstro masculino a quem a noiva é entregue. O velar-se da noiva é sempre o velar, o encobrir de um mistério, e o matrimônio, como as núpcias da morte, é um arquétipo central dos mistérios femininos. Na mais profunda experiência do feminino, os temas das núpcias da morte, da virgem sacrificada a um monstro, feiticeiro ou espírito do mal, recontados em inúmeros mitos e lendas, são igualmente um *hieros gamos*”. Junito Brandão

2.2.1. A Família: Alguns Aspectos Históricos

“... jamais poderá ser pai quem nunca deixou de ser filho”.
Luiz A. Assis Brasil

Os estudos sobre família, no Brasil, tiveram reconhecimento acadêmico somente há poucos anos. Na década de setenta começaram a aparecer as primeiras pesquisas sobre condição feminina, nas quais a mulher passou a ser considerada um ser humano no sentido integral.

Aos primeiros enfoques de família, percebida como grupo natural, seguiram-se conceitos que a consideravam uma construção cultural, cujas características variam de acordo com a sociedade.

Em sua origem, a palavra família não significa o ideal formado por sentimentalismo e intimidade doméstica presente em nossa época; no princípio, entre os romanos, esta palavra

nem ao mesmo se aplicava à *parelha* conjugal e seus filhos, mas aos escravos. *Famulus* significava escravo doméstico e família designava o conjunto de escravos pertencentes ao mesmo dono. “*A família moderna contém o germe, não só da escravidão mas da servidão também, já que desde o começo refere-se aos serviços agrícolas, encerrando em pequena escala todos os antagonismos que se desenvolverão mais tarde na sociedade e no Estado*” (Engels, 1971, p.67).

Neste estudo, considera-se família o conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas, e não apenas o somatório de indivíduos. Desta forma, na dinâmica familiar fluem os mais variados interesses, conflitos e emoções que vão se transformando durante o ciclo de vida do grupo. Portanto, pode-se considerar família um conjunto de indivíduos ligados por laços de sangue (consangüinidade), adoção ou aliança (casamento), socialmente reconhecidos e organizados em núcleos de reprodução social. Famílias são grupos de reprodução e consumo, *locus* privilegiado onde ocorre a divisão sexual do trabalho, em função da qual determina-se o grau de autonomia e subordinação das mulheres (Bruschini, 1988).

A história da família pode ser descrita por estágios. É descontínua e carece de linearidade. O modelo nuclear da família só se consolidou a partir do século XVIII; não se trata de um modelo único ou norma universal, mas um fenômeno histórico, socialmente construído. A privatização da instituição familiar e a passagem das funções de socialização das crianças para o âmbito do lar burguês foram alguns dos mecanismos fundamentais para a constituição da família moderna.

Nos últimos anos, a família vem passando por sensíveis mudanças, principalmente devido à ação transformadora dos jovens e das mulheres, reivindicando acesso ao trabalho e controle da natalidade, em especial nos grandes centros industrializados e países de Primeiro Mundo. Desta maneira, o modelo tradicional de família estaria perdendo terreno. As relações entre os sexos se alteraram, multiplicando-se as tentativas de redistribuir os papéis; o relacionamento entre gerações tornou-se mais aberto, escamoteiam-se menos os conflitos. Aumentou o número de divórcios e separações e apareceu uma nova categoria - a dos novos

pobres - constituída por mulheres separadas ou sozinhas que lutam com extremas dificuldades para manter a si e aos filhos.

Mas a família não acabou, nem mesmo se tornou mais igualitária; ela persiste, considerada por alguns espaço de segurança, refúgio onde é possível exercer uma liberdade relativa, numa sociedade rigidamente controladora. Porém, não se deve ignorar a dimensão dos conflitos existentes em seu interior. *“Um olhar mais atento, voltado para o grupo enquanto organismo vivo, poderá revelar que as coisas não são tão harmoniosas. Porque a família é o conjunto de pessoas que estabelecem entre si relações de solidariedade e tensão, conflito e afeto. Não se trata de um grupo sereno, voltado apenas para a satisfação das necessidades econômicas, mas de uma unidade composta de indivíduos de idades, sexos e posições diversificadas, que vivenciam um constante jogo de poder, o qual se cristaliza na distribuição de direitos e deveres”* (Bruschini, 1988, p.21).

No Brasil, a evolução do modelo familiar ocorreu através da passagem da família patriarcal para a família conjugal moderna, que apareceu com o advento da industrialização e ruína das grandes propriedades rurais (Correa, 1982).

A família conjugal moderna - nuclear - composta por pais e filhos, ou pelo menos por um dos genitores, tornou-se o padrão hegemônico urbano atual. Ela é o cenário e o elenco onde as pessoas se reproduzem e são socializadas, onde veicula-se a cultura, a moral e os valores vigentes, onde são estabelecidas as relações de gênero e de poder e onde as pessoas se machucam, podendo proliferar relações violentas.

Ao estudar a dinâmica e a estrutura de famílias, os mecanismos de perpetuação do poder, os papéis, as alianças, os sintomas, o pesquisador precisa lançar mão de técnicas e olhares de várias disciplinas e, inclusive, lançar mão de si mesmo, observador muitas vezes ativo. *“O processo de avaliação de famílias não consiste apenas num processo estático de observar a família à distância”* (Bendler e cols., 1994, p.55). Na avaliação de famílias, uma série de aspectos devem ser relevados: estrutura, alianças entre os membros, mitologia, proximidade afetiva, expressão de sentimentos e resolução de problemas (Falceto, 1989; Lewis, 1967).

2..2.2. Adolescentes: Normais ou Turbulentos?

“A impossibilidade de ser parido pela família faz do jovem um feto macerado: a família se rompe como uma mãe rasgada por seu filho”.

Françoise Dolto

Existem inúmeras classificações das etapas de desenvolvimento da adolescência. Os autores são unânimes em afirmar que a adolescência inicia com a puberdade (conjunto de modificações biológicas que determinam a menarca nas meninas e a espermatogênese inicial no menino) e continua até fundir-se na vida adulta (Ajuria-Guerra, 1973; Osório, 1982).

A adolescência pode ser classificada em dois períodos: fase inicial - dos dez aos dezesseis anos - e fase final - dos dezesseis aos vinte anos (Freitas, 1983).

A Organização Pan-Americana de Saúde afirma que o termo adolescência refere-se a um processo principalmente biológico, que transcende a área psicossocial e ocorre entre os dez e os vinte anos de idade, iniciando com a puberdade e finalizando ao se cumprir o período de crescimento e desenvolvimento morfológico e fisiológico (Ojeda e cols., 1985).

A adolescência é um período em que acontecem alterações no nível emocional, principalmente na fase inicial (Freud, 1976). A vitalidade infantil dá lugar a uma situação onde predominam angústia, tensão, crises de tristeza, explosões comportamentais sem causa aparente, reações exageradas, acessos de ira. A imprevisibilidade é a regra. Há um distanciamento dos pais, necessário até para a individuação. A família representa um símbolo anacrônico e o grupo de amigos dita as normas. Nos períodos seguintes, o adolescente começa a apresentar maior capacidade de autodomínio, conciliação e estabelecimento de uma relação mais harmoniosa com os adultos. O total compromisso com o grupo de amigos dá lugar a reações mais diferenciadas, inclusive colocando-se em posição diferente à do grupo.

Uma série de fatores pode encurtar, postergar ou antecipar a adolescência. A longa adolescência da sociedade ocidental é uma invenção cultural. Em outras culturas, os meninos passam rapidamente da infância para a vida adulta após experimentar os ritos de passagem. Os ritos representam uma forma de proteger os seres humanos frente a situações de impasse, geradoras de angústia e medo (Van Gennep, 1977). *“As sociedades primitivas compreenderam o significado da situação de luto pela exogamia, isto é, ter que aceitar o tabu do incesto, deslocando os interesses sexuais para figuras substitutivas, e estabeleceram métodos para facilitar esta situação: os rituais de iniciação, que tinham como função exigir socialmente, isto é, ritualmente, que o adolescente resolvesse esta problemática, sem adiá-la”* (Kalina, 1986, p.17). A sociedade contemporânea deixou caducar os rituais de passagem, tornando ainda mais difícil para o jovem fazer a ultrapassagem da infância para a vida adulta.

Os primeiros estudos sobre adolescência consideram-na uma etapa tumultuada caracterizada por três aspectos básicos: dependência, vacilação entre estágios afetivos divergentes e aumento dos impulsos instintivos (Freud, 1976; Osório, 1982). A instabilidade emocional foi considerada normal neste período, considerando-se anormal o equilíbrio.

A crise da adolescência tem por objetivo alcançar um grau de estruturação da personalidade mais complexo e não causar a sua desintegração. Esta, quando chega a acontecer, é devido à vulnerabilidade prévia e não pela natureza do processo. Porém, é difícil separar o normal do patológico, já que esta crise pode se assemelhar a outros transtornos emocionais. Nas defesas assumidas pelos adolescentes, observa-se o caráter de atuação, ou seja, deslocamento de sentimentos e afetos para outras pessoas. O caráter inofensivo ou até mesmo criminal desta atuação depende dos novos objetos com os quais ele irá se vincular. Às vezes, o adolescente volta para si mesmo toda a hostilidade que estava dirigida aos objetos externos e experimenta uma intensa depressão, tendências autodestrutivas e idéias suicidas. Este fato aparece nas principais causas de óbito nesta faixa etária: acidentes, homicídios e suicídios (Ojeda e cols., 1985).

Em contraposição a estas teorias, estudos epidemiológicos recentes (Masterson, 1968; Offer e cols., 1965; Offer e Sabshin, 1973) têm discordado dos primeiros estudos

sobre adolescência, principalmente no que tange aos aspectos agressivos. Os achados destes pesquisadores indicam que a adolescência não tem que ser necessariamente uma etapa de desenvolvimento tumultuada, e que esta transição pode acontecer de maneira tranqüila. *“A tão chamada crise do adolescente normal manifestar-se-ia através de formas leves de depressão, ansiedade e flutuações na auto-estima, bem como através de pequenos conflitos com figuras de autoridade”* (Waldemar, 1983, p.33).

Num estudo populacional acerca do comportamento típico de adolescentes americanos, o autor constatou que os jovens apresentavam habilidade para experimentar afetos, resolver conflitos, controlar os impulsos sexuais e agressivos, assim como manter relações satisfatórias com os adultos (Offer e cols., 1965).

Nem sempre os jovens precisam passar por crises delinqüenciais, agredir e rechaçar pais, família e sociedade. Muitos adolescentes continuam se relacionando de maneira amigável com os pais, que são modelos de identificação para os filhos, e suas desavenças limitam-se a discussões acerca de roupas, comprimento de cabelos e horário de chegada em casa (Rutter e cols., 1985). *“De qualquer maneira, está claro que enquanto Anna Freud e outros autores estavam convencidos de que a rebeldia e o desequilíbrio emocional eram elementos básicos para o processo adolescente, outros autores mostraram que a revolta e a inquietação, apesar de comuns, não são essenciais na transição para uma vida adulta sadia”* (Waldemar, 1983, p.35).

2.2.3. O Adolescente Agressivo e Maltratado

“Se são violentos é porque estão desesperados”. Marcuse

Muitos distúrbios emocionais têm sido arrolados como característicos da adolescência, porém nem todos os autores adotam classificações similares tanto em relação às patologias quanto em relação às etapas do desenvolvimento (Célia, 1990; Kolb, 1977). Os distúrbios de maior prevalência na adolescência são a anorexia nervosa e a delinquência juvenil, caracterizada como: *“adolescentes agressivos, com comportamento anti-social não atribuível a transtorno mental, e que podem apresentar problemas escolares, impulsividade, vadiagem, beligerância, ausência de sentimentos de culpa, mentiras patológicas, abuso de drogas e tentativas de suicídio”* (Kaplan e Sadock, 1993, p.584). Observa-se nesta definição a imprecisão de alguns termos e o caráter dúbio e pejorativo de certas palavras como “vadiagem”, por exemplo.

Os comportamentos juvenis considerados agressivos vão desde atos que os adultos classificam como criminosos, incluindo roubo e assalto, até transgressões que têm relação estrita com a idade como corridas de automóveis, brigas de rua e bebedeiras. Além disso, a valorização destes episódios irá variar de acordo com a cultura e as classes sociais.

De acordo com o DSM-III (Associação Americana de Psiquiatria, 1989) considerava-se incluído na categoria “distúrbios de conduta”, um indivíduo destrutivo com a propriedade de outros, fisicamente cruel com animais, que usa arma em brigas, inicia agressões físicas com frequência, rouba com confronto à vítima e é fisicamente cruel com as pessoas. O DSM-IV (American Psychiatric Association, 1994) não incluiu a categoria agressividade dentro dos distúrbios de conduta, que compreendem predominantemente violação a regras sociais. A agressividade, nesta última edição do DSM, faz parte da categoria “transtorno no controle dos impulsos”, definida como fracasso em resistir a um impulso ou tentação de executar um ato perigoso para si ou para os outros. O transtorno

explosivo intermitente é caracterizado por episódios de fracasso em resistir a impulsos agressivos, resultando em sérias agressões ou destruição de propriedades. Pode estar associado à suspensão escolar, hospitalização ou detenções legais. Porém, não se deve esquecer que na evolução dos distúrbios de comportamento mais de 40% curam-se espontaneamente (Lapouse, 1986).

Os conceitos de agressão e agressividade, assim como o de violência, envolvem múltiplos enfoques e direcionamentos. Podem estar inseridos dentro de marcos referenciais biologicistas, comportamentalistas, dentro de modelos exclusivamente psiquiátricos ou de abordagens mais amplas. Na psiquiatria existem basicamente três perspectivas teóricas acerca dos determinantes do comportamento agressivo no homem: a teoria dos instintos, baseada na psicanálise freudiana; a teoria dos impulsos, ligada aos estudos no ramo da etologia; e a teoria da aprendizagem social.

No modelo freudiano, a agressão origina-se primariamente do redirecionamento do instinto de morte, autodestrutivo, da própria pessoa em relação a um objeto externo.

A concepção de Lorenz apóia-se na existência de um instinto de luta, inerente a homens e animais, cuja expressão decorre da liberação de energia naturalmente armazenada. Dentro deste modelo, os impulsos agressivos são comuns e impossíveis de serem controlados. A agressão é percebida como instintiva e natural, da mesma maneira que a fome e o instinto sexual. *“Os behavioristas consideram a raiva como uma reação direta à frustração, e a agressão como raiva dirigida a um alvo”* (Chess e Hassibi, 1982, p.138). As concepções behavioristas da violência têm influenciado a visão de muitos profissionais, principalmente médicos e juristas.

A agressão como conduta socialmente determinada refuta as idéias de determinismo biológico, assim como a de que os impulsos agressivos são desencadeados por frustrações. Os seres humanos são agressivos porque adquiriram respostas agressivas através de impulsos aprendidos, porque foram recompensados pela realização de tais ações e, em último caso, porque são instigados ao comportamento agressivo por condições sociais específicas. *“Sem dúvida, que a conjunção do social e do biológico no homem significa*

que suas aspirações e ações são ao mesmo tempo fruto de condições sociais da existência e particularidades biológicas. Porém, é necessário colocar no pensamento sociobiológico um raciocínio dialético”(Minayo, 1990b)

Agressão é qualquer forma de conduta direcionada visando prejudicar ou ferir outra pessoa (Kaplan e Sadock, 1994). Numa investigação realizada para averiguar fatores preditivos de comportamento agressivo em adolescentes, os autores concluíram que o estilo de personalidade violento e as condições ambientais foram os aspectos mais relacionados com a agressão (Kashani e Shepperd, 1990).

Respostas agressivas em adolescentes podem ser ocasionadas por estímulos dolorosos, provocações interpessoais e fatores de estresse ambientais. Discussões e discordâncias verbais também podem desencadear respostas agressivas. O comportamento agressivo em jovens pode ser modificado pelo incremento de redes sociais de apoio aos adolescentes, integrando-os em atividades de grupo (Kashani e Shepperd, 1990).

A diferença entre agressividade e agressão é que a primeira está dentro do nível simbólico, enquanto a segunda não é simbólica, implica na violação do direito do outro. A agressividade faz parte do impulso de conhecer e a agressão, ao contrário, dificulta a possibilidade de pensar. Agressão significa machucar alguém, corporal, verbalmente ou por omissão (Fernandes, 1990; Fernandes, 1992).

Vários autores (Célia, 1990; Chess e Hassibi, 1982; Osório, 1982) tentaram identificar aspectos determinantes da agressividade na adolescência. Alguns consideram que o problema se deve a uma carência emocional experimentada pela criança que se sente ferida; outros acreditam que a criança não teve fixados os seus limites; às vezes, os pais estimularam a criança em excesso, ou expressaram sua hostilidade em relação ao filho. *“Os pais só conseguem satisfazer as necessidades de seus filhos adolescentes, não os seus desejos. É então que eles ficam violentos. Tentam encontrar uma saída na delinquência ou na droga, fora da lei”* (Dolto, 1990, p.165).

Jovens violentos podem pertencer a culturas marginais e apresentar comportamentos agressivos como forma de defesa, adaptação ao grupo ou ascensão social. *“.. os grupos*

organizados de narcotráfico lhes possibilitam realizar seus sonhos de afirmação, heroísmo e consumo, nutrindo-os com vantagens imediatas” (Minayo, 1990a, p.291). A literatura e o cinema têm inúmeros e expressivos exemplos desta situação.

Crianças e adolescentes submetidos à intensa ansiedade gerada pelo ambiente doméstico ou das ruas podem apresentar conduta violenta (Fagan e Wexler, 1987). São crianças muito desvantajadas, expostas ao abandono, morte ou doença dos pais. Quando os pais ferem-se mutuamente, abandonam as famílias ou ameaçam suicidar-se, a ansiedade dos filhos é esmagadora. Eles podem desenvolver um padrão crescentemente agressivo em suas relações familiares, escolares e sociais (Wolff, 1975). Mulheres abandonadas, feridas, deprimidas e vitimizadas podem mostrar-se extremamente punitivas com os filhos que, por sua vez, assumem condutas agressivas. Outro fator que pode desencadear a agressividade de jovens é a presença de agressão física entre os cônjuges. Quando um dos pais denigre o outro na presença dos filhos, as crianças não só ficam confusas como também internalizam a imagem do genitor “mau”.

Um dos primeiros sinais que expressam alteração no desenvolvimento e maturação infantil é a inadaptção escolar (Kupersmidt e Coie, 1990; Dyson, 1990). Perturbações abruptas no rendimento escolar parecem ser um dos primeiros sintomas de que algo não está indo bem com a criança ou adolescente, embora no Brasil a rede pública apresente níveis assustadores de falência escolar. Num estudo, foi observado que 38% das crianças com problemas comportamentais na escola apresentaram mais tarde histórias criminais comparadas com apenas 4% dos outros alunos (Osuna e Luna, 1989).

Adolescentes com comportamento agressivo mostraram história de extrema privação emocional na infância, associada com freqüentes separações dos pais (Solomon e Patch, 1975). Também foi encontrada associação entre estressores familiares - divórcio, conflito intraparental, depressão materna, quebra precoce do vínculo mãe-filho, negligência ou rejeição materna, número elevado de substitutos maternos, abuso físico e sexual - e conduta violenta em adolescentes (Forchand, 1991; Ludolph e cols., 1990). Outros indicadores de comportamento agressivo foram: fracasso escolar, privação econômica e comportamento anti-social (Farrington, 1989).

Histórias de abuso físico e sexual têm sido freqüentemente encontradas em adultos e adolescentes que apresentam comportamento agressivo ou delinqüente (Dodge e cols., 1991; Neuburger, 1990; Oates, 1984). Antecedentes de abuso físico podem acarretar comportamento agressivo futuro, enquanto abuso psicológico e sexual trazem como conseqüência baixa auto-estima e problemas na sexualidade (Briere e Kunz, 1990). De qualquer forma, parece que a violência doméstica tem um papel importante no desencadeamento de condutas violentas em adolescentes (Blomhoff e cols., 1990) e este assunto merece ser melhor investigado em nosso meio. *“Quantos delinqüentes foram crianças vitimizadas? Quantos adolescentes que fugiram de casa ou se suicidaram foram brutalmente espancados na infância ou abusados sexualmente, ou ainda negligenciados e rejeitados pelos seus pais? Quantos adultos são incapazes de manter um equilíbrio psicológico em função dos hematomas provocados pelos pais, hematomas que tomaram o lugar do afeto?”* (Guerra, 1992, p.83).

“O adolescente apresenta uma vulnerabilidade especial para assimilar os impulsos projetivos de seus pais, irmãos, amigos e sociedade. A sociedade atual projeta suas falhas nos chamados excessos da juventude, responsabilizando-os pela delinqüência, aderência a drogas, prostituição. A violência com que, às vezes, se pretende reprimir os jovens só cria um distanciamento maior e exacerbação dos conflitos, que em última instância implicam uma autodestruição suicida da sociedade” (Aberastury e Knobel, 1981, p.11).

A sociedade brasileira dos dias de hoje, para se preservar, promove a morte do novo na figura de seus jovens. Essa sociedade abandonou os compromissos de igualdade e cidadania, e não possui nenhum modelo capaz de satisfazer ou dar espaço para sua população jovem. *“Neste sentido, a exclusão social que gera em algum momento a escolha pela ilegalidade produz, em primeiro lugar, a morte política antes de eliminar fisicamente o novo que se teme e se quer banir à custa do extermínio em sentido amplo”* (Kayayan, 1992, p.16). É preciso encarar os mecanismos filicidas, adultocêntricos e patriarcais presentes na sociedade para tentar mudar esta situação, protegendo nossos adolescentes e rompendo as cadeias de determinação e fatalidade.

3. OBJETIVOS

“O sonho encheu a noite, extravasou para o meu dia, encheu minha vida, é dele que eu vou viver, porque sonho não morre”.

Adélia Prado

3.1. Objetivo Geral

Estudar a relação entre agressividade e presença de punição física em adolescentes.

3.2. Objetivos Específicos

3.2.1. Conhecer o funcionamento e a estrutura de famílias de adolescentes que apresentam comportamento agressivo na escola, comparando com famílias de jovens não-agressivos.

3.2.2. Comparar a presença e o tipo de punições existentes nas famílias de adolescentes com comportamento agressivo em relação aos que não apresentam tal comportamento.

3.2.3. Verificar as diferenças quanto à presença e tipo de punições físicas em famílias procedentes de escolas pública e particular, na cidade de Porto Alegre.

HIPÓTESE

Adolescentes agressivos na escola podem estar expressando relações domésticas violentas.

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

“Você escreve: Ela é uma mulher de trinta e quatro anos, com sessenta e cinco quilos, 1,70m, esquizofrênica paranóica. Mas você nunca diria algo como Dickens: “seus olhos salpicados de prata evitam furtivamente seu olhar, caindo em profundo silêncio como se para observar atenciosamente seus próprios pensamentos”. Precisamos olhar nossos pacientes como Visconti ou Fellini o fariam. Nossa linguagem é previsão estatística, não se encontra mais o olho descritivo individual, o olho clínico, o olho de Flaubert. Essa supressão da linguagem faz com que a maioria dos livros psicológicos pareça morta”. James Hillman

4.1. Delineamento e População do Estudo

Este é um estudo exploratório, tipo caso-controle.

A população da pesquisa foi composta por famílias de adolescentes considerados agressivos e não-agressivos na escola. Foram selecionadas 40 famílias de cada grupo, procedentes de duas escolas: uma pública, municipal, que atende população de baixa renda, e outra particular, com alunos de classes média e alta. Em cada escola, metade da população amostrada era constituída de alunos agressivos e a outra metade de alunos não-agressivos. A escolha dos adolescentes foi realizada na escola, pelos professores do Serviço de Orientação Educacional (SOE), sem que se soubesse quem eram os casos ou os controles.

O processo de seleção dos alunos nas duas escolas não foi exatamente igual. Na escola particular uma orientadora ficou encarregada da tarefa, tendo realizado a seleção numa única oportunidade em que os alunos cursavam a sétima série. As orientadoras desta escola mostraram-se receosas de que as famílias identificassem sua participação no trabalho,

e houve solicitação de não identificar a escola na pesquisa. Na escola pública três orientadoras ficaram responsáveis pela seleção dos alunos e enviaram aos poucos a relação dos mesmos. O processo foi negociado a cada passo, houve interrupções, momentos em que diziam não haver mais alunos agressivos. Havia mais abertura, menos receio da opinião das famílias, mas também menos compromisso com as crianças e com a manutenção da agenda programada.

Todos os adolescentes da escola particular foram entrevistados enquanto cursavam a oitava série, enquanto os da escola pública estavam cursando a sétima série, em sua maioria, exceto quatro alunos com doze anos de idade que cursavam a sexta série.

Os grupos estudados não constituem uma amostra representativa da população de Porto Alegre, porém expressam a clientela que têm acesso a dois tipos distintos de escola: a particular, representativa das classes média e alta, e a pública, freqüentada não só pelas crianças de população favelada e proletária, mas também pela classe média suburbana, que não consegue manter seus filhos em escolas privadas.

A população amostrada foi pequena: 80 famílias; porém, trabalhos na linha qualitativa não necessitam envolver um número muito grande de indivíduos. Estudar em profundidade um número menor de pessoas pode trazer um aporte de informações mais significativo em questões como violência, do que aplicar questionários em centenas de entrevistados.

O tamanho da amostra, considerando-se a prevalência de punição física em torno de 40%; erro alfa = 5% e erro beta = 20%; seria de 288 adolescentes e suas famílias (144 casos e 144 controles), para detectar um risco relativo de no mínimo 2,0.

4.2. Coleta de Dados

4.1.1. O Instrumento de Coleta de Dados

Foram avaliados vários questionários para a coleta de dados sobre violência doméstica e agressividade infantil (Blank e Eckert, 1990; Kaplan e Sadock, 1993). O roteiro usado nesta tese (Anexo) foi elaborado com o auxílio de peritos no assunto e contou com sugestões das orientadoras educacionais das duas escolas. Para a coleta de dados foi utilizado um roteiro semi-estruturado contendo em sua maioria perguntas abertas, composto por um bloco de perguntas a ser respondido pelos pais e outro pelos adolescentes. As questões dos pais incluíam os seguintes assuntos:

- a. Identificação: número de componentes da família, idade, sexo, escolaridade, profissão, renda e religião. Tipo e características da residência.
- b. Organização da família: dinâmica, lazer, rotina, relação entre os membros, papéis, alianças.
- c. Relação do casal e manejo de conflitos: sentimentos, brigas, vida sexual, crises, separação, violência conjugal.
- d. Adolescente: características, amigos, desempenho escolar, agressividade, punição física.
- e. Percepções em relação ao papel de pais e em relação à entrevista.

As questões para o adolescente compreendiam:

- a. Idade, sexo, série escolar, número de ordem de nascimento, desempenho escolar e grau de satisfação com a escola.
- b. Lazer, esportes, amigos, iniciação sexual.

c. Relação com a família, resolução de conflitos, brigas, agressividade, presença e tipo de punições físicas.

d. Percepção em relação à entrevista.

O questionário foi testado no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Foram entrevistadas e filmadas três famílias em tratamento no Serviço de Psiquiatria, que possuíam entre seus membros um filho(a) adolescente com idade semelhante ao do grupo de estudo. No teste piloto foram realizadas pequenas correções no instrumento de coleta de dados.

A aplicação do instrumento previa alterações de acordo com a dinâmica da entrevista, as experiências relatadas, o tipo de família, ajuda em momentos de silêncio, inclusão de perguntas facilitadoras, exploração de temas não previstos no roteiro inicial quando apareciam e eram relevantes. Algumas perguntas faziam parte da descontração necessária para a realização de uma conversa desta natureza. Ao se trabalhar com aspectos íntimos dos indivíduos não se pode entrar abruptamente no assunto. É preciso, em primeiro lugar, colocá-los à vontade, conversar sobre os aspectos sadios da família para então, gradativamente, ir entrando nos temas que envolvem sofrimento psíquico, medo, vergonha, segredos e tabus. Para cada família este “ritual de entrada” assumia formatos diferentes. Para alguns era rápido, logo se colocavam à vontade, para outros era longo e em algumas situações não funcionou e as pessoas mantiveram-se tensas e formais durante o transcurso da entrevista.

No delineamento inicial do projeto postulou-se que o roteiro de perguntas seria flexível. Na metade da etapa de coleta de dados, a autora percebeu que algumas questões importantes não estavam sendo abordadas. Relacionavam-se com a vida sexual do casal, o sistema de punições adotado pelos avós, para averiguar a transmissão de violência entre as gerações, e a percepção dos entrevistados em relação à entrevista, que já havia aparecido espontaneamente em algumas situações. As questões referentes a estes tópicos foram incluídas nesta ocasião.

4.2.2. A Coleta de Dados Propriamente Dita

As entrevistas foram realizadas pela autora do trabalho durante o período de março de 1992 a abril de 1993. Foi importante a realização das entrevistas pela própria pesquisadora, não só devido ao caráter sigiloso e pessoal do tema abordado, mas também pelo fato de que as entrevistas podiam sofrer alterações durante sua realização.

O contato com as famílias das duas escolas foi ocorrendo de maneira mais ou menos simultânea. As famílias dos alunos do colégio particular foram contactadas por telefone, momento em que havia apresentação e agendamento de uma visita, em horário noturno. Na escola pública, onde poucas famílias possuíam telefone e o acesso ao interior da escola foi facilitado, realizava-se uma visita semanal na escola e agendamento das famílias, através dos alunos, geralmente para o sábado. Quando a família não estava em casa, marcava-se nova visita. Por este motivo, o número de revisitas às famílias da escola pública foi maior.

Em cada família foram entrevistados, individualmente, o pai, a mãe e o adolescente selecionado. Esta dinâmica prejudicou a percepção do intercâmbio entre os membros da família. Por outro lado, permitiu que eles se pusessem à vontade, ficando evidentes as incongruências entre os membros da família, as omissões, os diferentes pontos de vista.

As entrevistas duravam, em média, 30 a 40 minutos por adulto e 15 a 20 minutos por adolescente. O uso de quantidade maior de tempo nem sempre significou um aporte significativo de informação. Muitas vezes decorria da ansiedade do entrevistado, havendo digressões, fuga do assunto, excesso de detalhes.

Foi considerada visita a situação em que houve efetiva conversa com algum dos membros da família, não se computando as situações em que se procedeu a visita mas a família não se encontrava. Algumas famílias selecionadas não residiam mais no domicílio listado, sendo substituídas por outras, mantendo-se o critério original de seleção. As

famílias que se recusaram a participar foram consideradas perdidas. Recusas de membros isolados, geralmente o pai, mantiveram as famílias na amostra.

As entrevistas foram gravadas, este procedimento pareceu não afetar a espontaneidade dos interlocutores. Algumas das entrevistas não foram gravadas, por problemas técnicos no momento de sua realização. Nestes casos, elas foram refeitas posteriormente com base na memória.

Durante a fase de coleta de dados foi escrito um Diário de Campo, à semelhança de pesquisas antropológicas (Salem, 1979; Zaluar, 1986). Nele ficaram registradas as emoções despertadas, os sentimentos, a ansiedade, a irritação, os preconceitos, mas também o irônico, o alegre, o inusitado. Descreveu-se a casa, a recepção, a primeira impressão, as pessoas, o modo de vestir-se, os olhares, as reticências, o não-dito, as palavras falhas, as gafes, os rubores, enfim, os aspectos subjetivos do trabalho.

4.2.3. Análise do Material

Os dados coletados nesta pesquisa foram analisados de modo quantitativo usando-se os programas DBase, para arquivo do Banco de Dados das variáveis quantificáveis; EpiInfo e SPSS, para a realização de testes estatísticos. Realizou-se teste do qui-quadrado para testar associações entre as principais variáveis do estudo e também foram calculadas as razões de chance e intervalos de confiança para os riscos. Também foi realizada regressão logística para testar a associação entre agressividade e punição física, levando em consideração possíveis variáveis de confusão. Aceitou-se como significativo um $p < 0,05$.

Finalizada a etapa quantitativa, iniciou-se o processo de “leitura flutuante” do material, em que cada entrevista foi escrutinada na busca das categorias explicativas mais abrangentes (Ludke e Andre, 1986; Minayo, 1992). Percebeu-se também que a “violência”,

agora recolocada mais modestamente na categoria “punição física”, precisava ser enquadrada numa tipologia específica, de acordo com os dados coletados.

No capítulo “Discussão”, serão transcritas algumas das falas consideradas expressivas de cada tema trabalhado. Será adotada uma categorização que identifique as famílias e seus membros, de acordo com a escola e o diagnóstico de agressividade do adolescente, conforme explicitado abaixo:

ABA = adolescente, escola do bairro, agressivo
ABNA = adolescente, escola do bairro, não-agressivo
MBA = mãe, escola do bairro, filho agressivo
MNA = mãe, escola do bairro, filho não-agressivo
PBA = pai, escola do bairro, filho agressivo
PBNA = pai, escola do bairro, filho não-agressivo
FBA = família, escola do bairro, filho agressivo
FBNA = família, escola do bairro, filho não-agressivo

Para as famílias da escola particular será adotado o mesmo critério, apenas substituindo-se o B por P. Por exemplo, APA = adolescente, escola particular, agressivo, e assim sucessivamente.

“No momento da interpretação dos dados buscam-se as conexões entre o campo das determinações fundamentais, ou seja, os dados de realidade social, com as representações sociais que as entrevistas apresentaram. O espaço de análise envolve a compreensão de tais conexões, mas também visa perceber a fala do entrevistado como atividade criadora” (Deslandes, 1991, p.60).

4.3. Categorias de Análise

4.3.1. Punição Física

Inicialmente pensava-se em trabalhar com a categoria “violência doméstica”. Porém, durante o transcurso das entrevistas, percebeu-se que seria mais pertinente restringir-se à punição física em relação ao adolescente em estudo.

A informação sobre punição foi obtida através de pergunta aberta, porém durante a análise dos dados foi necessário criar uma tipologia para diferenciar formas, frequência e intensidade. Considerou-se punição física presente numa família quando, pelo menos, um dos membros entrevistados relatou a sua ocorrência. Mesmo sabendo da possibilidade de omissões ou exageros, aceitou-se como verdadeiros todos os relatos apresentados. Foi adotada a seguinte classificação: punição leve ou ausente; punição grave e punição inespecífica. Para efeito de análise considerou-se numa mesma categoria os dois últimos tipos: grave e inespecífica.

a. Punição leve ou ausente

A família foi incluída nesta categoria quando seus membros declararam que não havia punição física ou que esta era pequena, simbólica, leve, quase ausente. Quando outro filho, que não o adolescente-alvo era punido, considerou-se ausência de punição. Castigos e abuso psicológico não foram incluídos neste estudo.

Considerou-se punição leve as seguintes modalidades: tapa(s); tapinhas (aplicados nas mais variadas regiões anatômicas, sendo a mais usual a região glútea); palmada(s); palmadinhas; beliscão(ões); empurrões; “bifes”; chineladas; chineladinhas; solavancos; puxões; puxão de orelha; contenção pelo braço; cutucos; cascudos; sacudidelas; “croques”.

b. Punição grave

Nesta categoria, no relato de pelo menos um dos membros da família, houve menção a pelo menos um episódio contundente, grave, ou mesmo perverso. Foram relatados episódios de tundas, surras, pauladas, sarrafadas, cintadas, espancamentos. Tapas e chineladas, classificados como punição leve, foram incluídos nesta categoria quando apareciam num contexto de maior gravidade, do tipo “dei uma surra de chinelo”. Apareceu o uso de instrumentos: chinelos, cintos, relhos, paus, mangueira, sarrafos, vassoura. Houve adolescentes que apanham em locais pouco usuais, como na cabeça e formas perversas de punição física, mescladas de sexualidade.

Também foram considerados outros aspectos, como tom de voz e intensidade emocional do relato, na classificação dos atos punitivos.

c. Punição inespecífica

Esta seção inclui depoimentos em que houve punição, mas não foi possível esclarecer se leve ou grave. Eram descrições vagas, do tipo “apanhei”, mas não ficava explícito o quanto; “me batiam”, “havia castigos físicos”, “o laço corria”, “a gente se agarrava”, “sofri muito de pequeno”, “quebrava o pau”.

Todos os tipos de punição foram subdivididos em eventuais ou freqüentes; as primeiras, tratavam-se de episódios raros ou únicos, enquanto as últimas expressavam a ocorrência habitual de punições na família. Também houve preocupação em determinar o tempo de ocorrência dos atos abusivos, considerando-se as situações em que os adolescentes ainda estavam sendo batidos, como as de maior gravidade.

Foram investigadas outras manifestações da violência doméstica: a conjugal e a utilizada pelos avós paternos e maternos em relação aos pais destes adolescentes. A violência entre os irmãos, embora tenha aparecido na maioria dos depoimentos, não era objeto de pergunta específica.

Foi identificada a pessoa que “abriu o jogo” em relação às punições efetuadas na família, ou seja, quem fez o depoimento aparentemente mais fidedigno.

4.3.2. Agressividade

Considerou-se agressivo o aluno que em mais de uma situação apresentou comportamento violento com os colegas, funcionários ou professores e os que tiveram um episódio único, mas grave. Também os que danificaram seriamente materiais escolares ou apresentaram alguma outra conduta agressiva que os professores consideraram relevante. Todos os alunos foram selecionados pelos professores do Serviço de Orientação Educacional das duas escolas e o diagnóstico final adotado de agressividade foi o dos professores, mesmo quando houve discordância por parte da pesquisadora.

4.3.3. As Escolas

Para evitar as dificuldades encontradas na classificação das famílias segundo classe social, descritas em estudos epidemiológicos, desenhou-se um modelo de estudo em que a posição de classe das famílias seria obtida indiretamente, através da inserção escolar de seus filhos. Em primeiro lugar, pensou-se em estratificar as escolas em “rica” e “pobre”. Porém, esta classificação não explica a posição de classe das famílias, além de estigmatizar as crianças que as freqüentam. *“As estratificações em classes altas e baixas não vão além do nível da experiência, tratam-se de simples descrições estáticas que conduzem a estereótipos e não à compreensão das estruturas. Estas classificações não têm conteúdo sociológico específico, nem mantêm relação com estruturas socioeconômicas históricas e concretas”* (Stavenhagen, 1981, p.152).

Foi possível caracterizar o perfil das duas escolas selecionadas neste estudo. A escola particular é uma das mais tradicionais da cidade, seus alunos pertencem a famílias de alta classe média e burguesia. Profissionais liberais, gerentes, empresários, industriais, colocam seus filhos neste colégio, embora também se encontrem famílias menos favorecidas, filhos de professores, funcionários, da classe média empobrecida, que não mede esforços para propiciar uma “boa” educação às crianças.

Por outro lado, os alunos da escola municipal, há muito podem ser considerados classe média baixa, a qual, sem poder arcar com os custos das escolas privadas, começa a utilizar a rede pública de ensino. São pequenos comerciantes, comerciários, funcionários públicos, professores; também uma parcela de operários e outra de população favelada, subempregada ou desempregada. Optou-se, então, por classificar as famílias como pertencentes à escola pública ou particular, sabendo-se das características de cada uma delas e que tipo de população é usuária. Evita-se, desta maneira, rotular as pessoas em “pobres” ou “ricas”, embora se saiba que são grupos polarizados dentro da cidade de Porto Alegre.

4.3.4. Dinâmica Familiar

Vários aspectos compreendem a classificação das famílias: estrutura, dinâmica, papéis, alianças, crises. Neste trabalho, avaliou-se a dinâmica das famílias e sua flexibilidade na resolução de crises e conflitos como um indicador de saúde mental das mesmas. Na construção desta tipologia foram usadas referências de psiquiatras de família, mesmo sabendo-se das limitações pertinentes à metodologia empregada pelos mesmos (Falceto, 1989; Falceto e cols., 1996; Lewis, 1991) e também impressões subjetivas despertadas durante as entrevistas. Um dos problemas no uso das tipologias adotadas por terapeutas de família é o uso de expressões com conotações negativas para os trabalhadores do social, como por exemplo, “famílias funcionais e disfuncionais”, “sistemas familiares”. Procurou-se

manter o olhar diagnóstico destes profissionais, avaliando as famílias em termos de dinâmica, papéis, relações interpessoais, flexibilidade na resolução de conflitos. Assim, as famílias foram classificadas da seguinte maneira:

a. Famílias flexíveis

Grupos de interação aberta. Capazes de criar os filhos de maneira autônoma, dividem o poder e não apresentam alianças rígidas. As competências são diversificadas, as decisões tomadas de maneira democrática, as relações são íntimas e respeitosas. Existe respeito pelos sentimentos, opiniões e necessidades dos adolescentes. Sofrem perdas e conflitos como qualquer grupo, mas pelo padrão aberto e flexível de comunicação, conseguem ultrapassá-los sem estruturar respostas patológicas, paralisadas, repetitivas.

b. Famílias flexíveis em sofrimento

Apresentam um padrão de atuação saudável porém obtido às custas de muito trabalho e sofrimento, quer seja na passagem de crises vitais ou de sérios problemas econômicos.

c. Famílias em crise

Famílias que estão atravessando uma situação de reestruturação. Algumas delas se autodenominaram em crise. É um momento de ruptura com antigos padrões de comportamento que poderá evoluir tanto para um padrão saudável quanto para defesas rígidas.

d. Famílias rígidas

Grupos fechados. Os padrões mais comuns nas famílias rígidas são o de conflito e o de dominação. Conflito, quando o casal briga constantemente pelo poder, fazendo coalizações com os filhos ou parentes. Possuem pouca capacidade para expressar os sentimentos e manter relações íntimas. O padrão de dominação ocorre quando um dos pais detém o poder. Não existe liberdade para expressão dos sentimentos, nem proximidade afetiva.

e. Famílias desorganizadas

Os seus membros encontram-se fundidos simbioticamente ou tão afastados que nada mais parece haver entre eles. A comunicação é difícil e pouco clara, são desorganizados e afastados da comunidade. O humor básico da família é a desesperança, o cinismo, a depressão. Não conseguem desenvolver indivíduos livres, independentes, capazes de ter intimidade, dividir o poder, serem flexíveis.

Para análise dos dados, as famílias foram reagrupadas em duas categorias principais: famílias flexíveis, compreendendo as flexíveis, em sofrimento e em crise; e famílias rígidas, incluindo os dois últimos tipos.

5. RESULTADOS : OS NÚMEROS DOS MAUS-TRATOS

“Vem de longe e promete não ter fim a guerra entre pais e filhos, a herança das culpas, a rejeição do sangue, o sacrifício da inocência”.

José Saramago

5.1. Características da População Amostrada

Foram entrevistadas 76 famílias, 37 cujos adolescentes eram procedentes da escola particular (48,7%) e 39 da escola pública (51,3%). Houve duas recusas entre as famílias da escola pública e quatro entre as da escola privada, perfazendo uma perda total de 7,9%. Ao todo, foram entrevistadas 213 pessoas (Tabela 1).

TABELA 1 - Número de pessoas entrevistadas segundo papel na família e escola.
Porto Alegre, 1992/93.

Entrevistados	Escola		Total
	Particular	Pública	
Pai	31	24	55
Padrasto	1	4	5
Mãe	37	38	75
Adolescente	37	39	76
Tia/Avó	-	2	2
Total	106	107	213

As famílias foram visitadas numa média de 1,2 vezes no grupo da escola particular e 1,7 vezes no bairro popular.

A entrevista não foi realizada com dezesseis pais, cinco da escola particular e onze da pública. As razões para a não realização da entrevista foram diversas: quatro haviam falecido, três haviam se separado e residiam fora de Porto Alegre, dois forneceram endereço impossível de localizar e quatro recusaram-se a participar.

Serão descritos a seguir alguns aspectos demográficos das famílias estudadas, tais como renda, ocupação e escolaridade dos pais. Outros aspectos descritivos serão considerados no sub-capítulo referente às famílias e adolescentes.

A renda das famílias entrevistadas, em salários mínimos, encontra-se na Tabela 2. A distribuição da renda é nitidamente diferente nas duas escolas. Na escola particular, dois terços das famílias (62,2%) recebem mais de 20 salários mínimos, enquanto na escola pública dois terços das famílias (74,4%) estão abaixo de seis mínimos mensais.

TABELA 2 - Renda familiar segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.

Renda	Escola Particular		Escola Pública		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%
< 3 SM	-	-	11	28,2	11	14,5
3 a 5 SM	1	2,7	18	46,2	19	25,0
6 a 9 SM	6	16,2	7	17,9	13	17,1
10 a 20 SM	7	18,9	3	7,7	10	13,1
> 20 SM	23	62,2	-	-	23	30,3
Total	37	100,0	39	100,0	76	100,0

SM = Salários Mínimos

Embora não tenha havido uma profissão que se destacasse, pode-se observar que na escola particular predominam pais profissionais liberais, enquanto na escola pública a maioria dos pais trabalha em funções não-qualificadas: biscateiro, pedreiro, motorista, guarda, músico. Na categoria comerciante, por exemplo, os pais de alunos da escola pública são pequenos lojistas, donos de armazém, farmácias, ferragens, enquanto os pais da escola particular possuem lojas de grande porte (Tabela 3).

TABELA 3 - Profissão dos pais segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.

Escola Particular	n°	Escola Pública	n°
Engenheiro	8	Funcionário público	4
Advogado	5	Comerciante	4
Médico	5	Guarda	4
Economista	4	Motorista	2
Comerciante	4	Comerciário	3
Empresário	1	Operário	3
Gerente	1	Pedreiro	3
Biólogo	1	Mecânico	3
Corretor	2	Músico	2
Bancário	2	Autônomo	4
Agrônomo	2	Desempregado	2
Analista de sistemas	1	Biscateiro	1
Dentista	1	Falecido	4
Total	37	Total	39

Quanto às mães, na escola particular predominam as professoras. Algumas são profissionais liberais, outras voltaram a estudar ou têm seus próprios negócios. Apenas cinco mães deste grupo são donas-de-casa, enquanto na escola municipal predominam as donas-de-casa ou empregadas domésticas, tarefas menos qualificadas socialmente (Tabela 4).

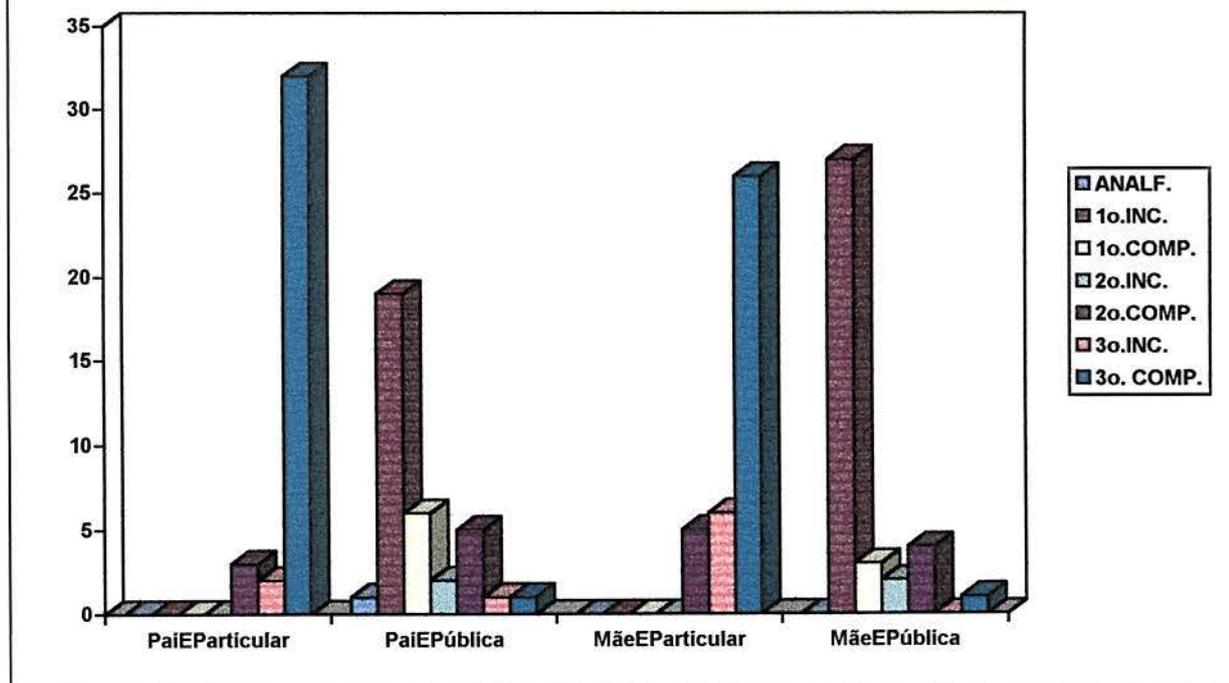
TABELA 4 - Profissão das mães segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.

Escola Particular	nº	Escola Pública	nº
Professora	15	Dona-de-casa	10
Dona-de-casa	5	Empregada	8
Enfermeira	2	Funcionária pública	3
Comerciante	3	Auxiliar de escritório	3
Analista de sistemas	1	Operária	2
Assistente social	1	Professora	2
Advogada	2	Comerciante	2
Bibliotecária	1	Crecheira	2
Estudante	1	Cabelereira	1
Funcionária pública	1	Balconista	2
Jornalista/Tradutora	2	Artesã	2
Médica/Psicóloga	2	Auxiliar de enfermagem	1
Total	37	Total	39

As diferenças no nível de escolaridade entre os pais dos alunos das duas escolas foram acentuadas: 91,9% dos pais da escola particular possuem formação universitária, enquanto apenas dois pais da escola do bairro cursaram uma faculdade. Na escola municipal predominam pais com o primeiro grau, completo ou não (71,4%).

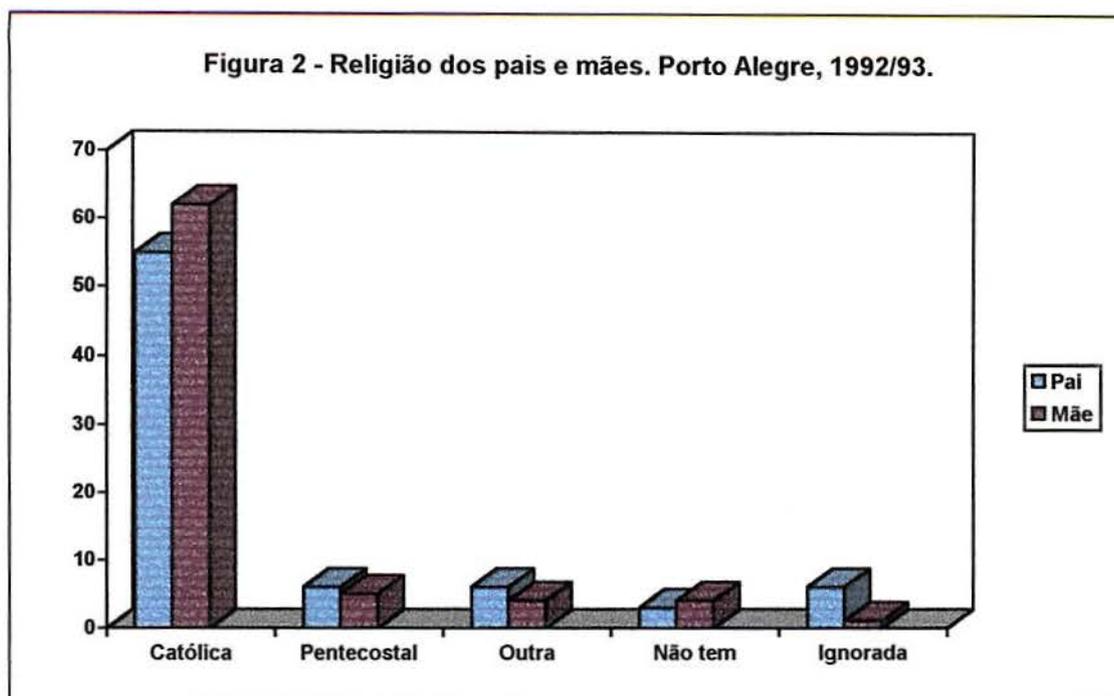
A escolaridade das mães é similar: 86,5% das mães cujos filhos estão na escola particular foram à Universidade, enquanto que na escola pública a maioria delas cursou apenas o primeiro grau (81,1%). Para a maioria destas mães, o momento de abandono da escola foi a quinta série (Figura 1).

Figura 1 - Escolaridade dos pais e mães segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.



A média de idade dos pais foi 45,4 anos e das mães 43,3 anos. Houve alguns extremos: um pai adotivo com 81 anos e a mãe com 62. Porém, estas situações foram raras.

A maioria dos pais e mães entrevistados (72,4% e 81,6% respectivamente) declarou-se católica, praticante ou não. Na escola pública, 10,2% dos pais e 7,7% das mães professavam crenças pentecostais, enquanto na escola particular apenas 5,4% das famílias declararam pertencer a esta religião (Figura 2).



A maioria das famílias entrevistadas (72,4%) era constituída por pai, mãe e irmão(ões). Aproximadamente 10% das famílias era composta por apenas um dos genitores e seus filhos (13,2%) e nestes casos o genitor presente era a mãe. Em torno de 10% eram famílias refeitas, com a presença de um padrasto (9,2%).

A Tabela 5 foi construída a partir da percepção da entrevistadora em relação à pessoa da família mais espontânea na entrevista, a que pareceu fornecer uma quantidade maior de informações, ou seja, “quem abriu o jogo”.

Em apenas seis famílias (7,9%), todas da escola do bairro, o adolescente foi percebido como o informante principal. Nestes casos, ele propiciou, sozinho, o entendimento e compreensão mais aprofundada de sua família. Em cinco das famílias entrevistadas ficou a sensação difusa de que eles não estavam sendo verdadeiros, os relatos eram superficiais ou havia distorções.

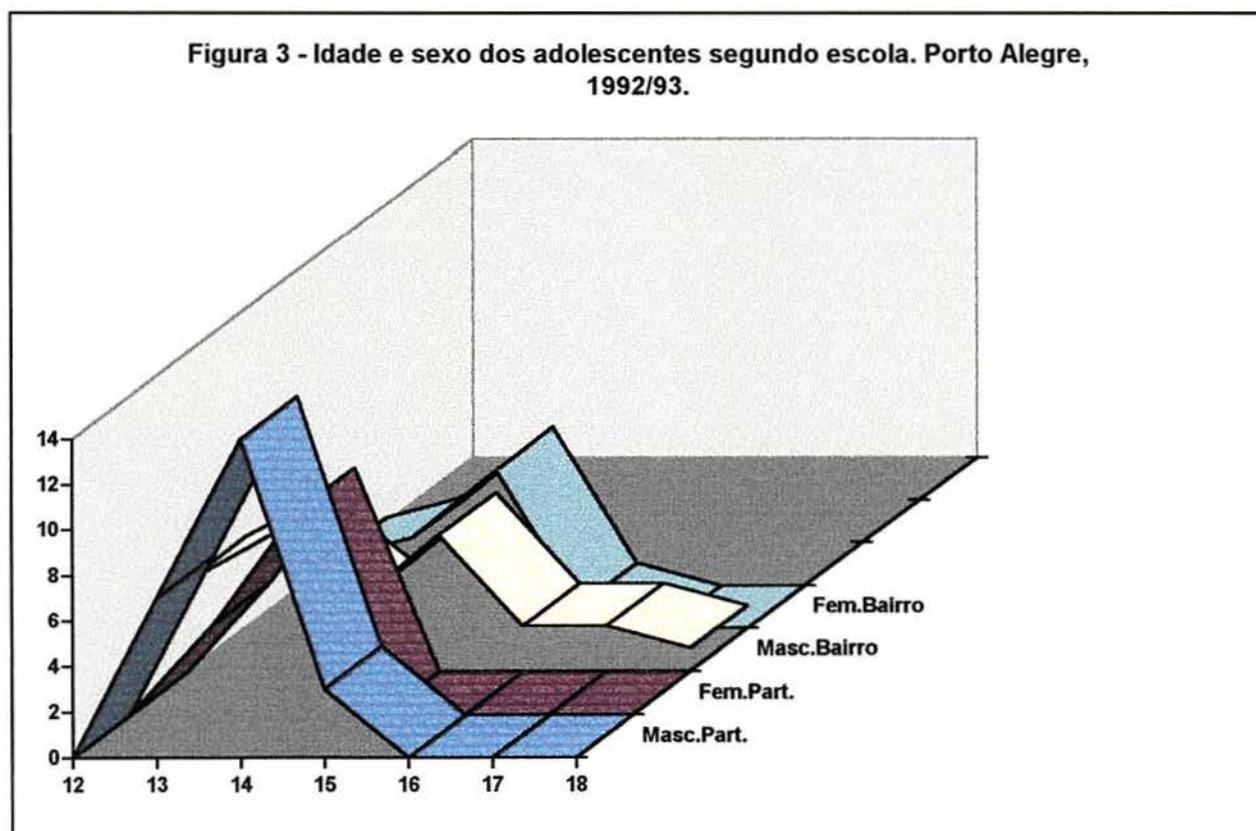
TABELA 5 - Membro da família percebido como o mais fidedigno segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.

Informante	Escola Particular		Escola Pública		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%
Pai	8	21,6	3	7,7	11	14,5
Mãe	3	8,1	5	12,8	8	10,5
Pai/Mãe	2	5,4	2	5,1	4	5,3
Mãe/Filho	5	13,5	7	17,9	12	15,8
Filho	-	-	6	15,4	6	7,9
Todos	17	46,0	13	35,4	30	39,4
Nenhum	2	5,4	3	7,7	5	6,6
Total	37	100,0	37	100,0	76	100,0

5.2. O Adolescente

A distribuição dos 76 adolescentes segundo sexo não foi homogênea, havendo praticamente o dobro de indivíduos do sexo masculino, ou seja, 48 rapazes (63,2%) e 28 meninas (36,8%), numa proporção de 1,6:1, que se manteve nas duas escolas.

Embora as médias de idade dos adolescentes das duas escolas fossem semelhantes - 14,3 na escola pública e 14,8 na particular, a dispersão em torno da média na escola municipal foi maior. A distribuição dos adolescentes segundo idade e sexo aparece na Figura 3.



Em relação à ordem de nascimento, quase metade do grupo amostrado era de adolescentes primogênitos (46,1%), seguindo-se as outras posições de forma decrescente: segundo filho (34,2%) e outras posições (19,7%) (Tabela 6).

TABELA 6 - Ordem de nascimento dos adolescentes segundo escola.
Porto Alegre, 1992/93.

Ordem de nascimento	Escola Particular		Escola Pública		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Primeiro	17	46,0	18	46,2	35	45,1
Segundo	13	35,1	13	33,3	26	34,2
Terceiro	4	10,8	3	7,7	7	9,2
Quarto	3	8,1	2	5,1	5	6,6
Quinto	-	-	2	5,1	2	2,6
Outros	-	-	1	2,6	1	1,3
Total	37	100,0	39	100,0	76	100,0

Entre os adolescentes entrevistados, quinze deles (19,7%) exerciam algum tipo de trabalho remunerado, sendo a maioria - catorze alunos - da escola pública.

A distribuição dos adolescentes em relação à história de aleitamento materno mostrou que apenas 8,1 % das mães da escola particular não amamentaram seus bebês, em contraposição a 30,8% das mães do bairro. As mães da escola particular aleitaram mais e por um período de tempo maior (Tabela 7).

TABELA 7 - Tempo de aleitamento dos adolescentes segundo escola.
Porto Alegre, 1992/93.

Tempo de aleitamento	Escola Particular		Escola Pública		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Não aleitou	3	8,1	12	30,8	15	19,7
Até 2 meses	10	27,0	9	23,1	19	25,0
3 a 6 meses	10	27,0	8	20,5	18	23,6
> 6 meses	12	32,5	6	15,4	18	23,6
Ignorado	2	5,4	4	10,2	6	7,9
Total	37	100,0	39	100,0	76	100,0

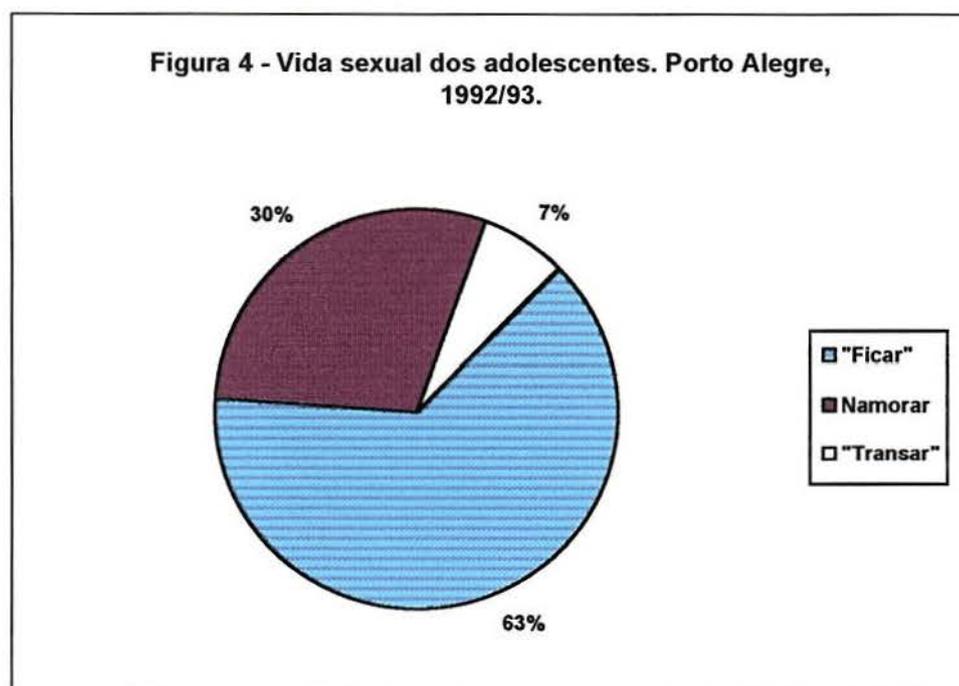
Os adolescentes da escola pública, em sua maioria, foram cuidados pelas próprias mães no primeiro ano de vida (71,8%), enquanto que mais da metade das crianças de famílias de alta renda ficou em creches ou com empregadas (54,1%). No total, 53,9% das crianças foram cuidadas somente pela mãe no primeiro ano de vida e 26,6% estiveram em creches (Tabela 8).

TABELA 8 - Cuidado dos filhos no primeiro ano de vida segundo escola.
Porto Alegre, 1992/93.

Pessoas que cuidam	Escola Particular		Escola Pública		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Mãe	13	35,1	28	71,8	41	53,9
Empregada/Creche	20	54,1	3	7,7	27	26,3
Parentes	4	10,8	8	20,5	12	15,7
Total	36	100,0	39	100,0	76	100,0

A maior parte dos adolescentes entrevistados afirmou possuir muitos amigos: 73,0% na escola particular e 71,8% na pública. Apenas três adolescentes afirmaram não possuir amigos.

Mais da metade dos alunos de cada escola declarou já ter “ficado” com alguém. Aproximadamente um terço dos adolescentes já namorou ou tem namorado(a) atualmente, e menos de 10% tiveram relações sexuais (Figura 4).



Aproximadamente 80% dos alunos entrevistados da escola pública havia repetido pelo menos uma das séries do primeiro grau. Na escola particular, o quadro inverteu-se: apenas cinco alunos (13,5%) tinham história de repetência.

5.3. As Famílias

Na amostra trabalhada havia doze famílias separadas e quatro viúvas, perfazendo um total de 21,1%, em relação ao total. Entre as famílias separadas, seis eram da escola pública e seis da particular, representando um percentual semelhante (15%).

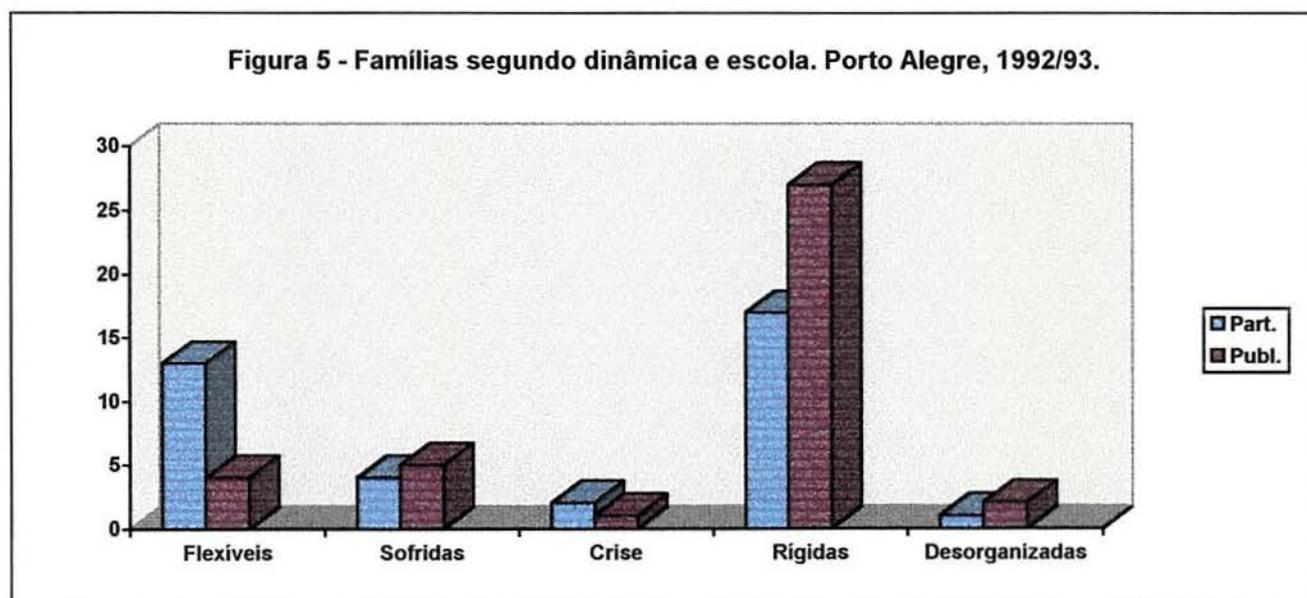
O relato de existência de crises no casamento, atuais ou passadas, evidenciou que mais da metade das famílias (61,8%) assumiu estar ou ter estado em crise conjugal, e destas, a maioria relatou a existência de episódios passados (44,7%). Apenas doze famílias afirmaram nunca ter experimentado crises conjugais.

A análise da percepção dos casais sobre o casamento mostrou que aproximadamente metade dos casais mantém uma relação satisfatória; 22,4% demonstraram viver uma relação de aparências e 13,2% declararam que a relação estava esgotada.

Informação sobre a vida sexual destes casais foi obtida em aproximadamente metade do grupo amostrado, ou seja, 41 casais (53,9%). Destes, dez casais (24,4%) declararam que a vida sexual é ruim, oito (19,5%) mostraram que ela deixa a desejar e 23 (56,1%) consideram-na prazerosa.

Quanto à relação entre pais e filhos, esta situação foi investigada de várias maneiras, com perguntas abertas e fechadas. Aconteceram múltiplos direcionamentos, como ocorre em perguntas abertas. Alguns descreveram papéis dentro da família, outros relataram alianças, predileções, conflitos. Ao responder a pergunta: “Considera seu filho(a) um bom filho(a)?” mais de 90% dos pais consideraram o adolescente em pauta um bom filho. Apenas numa família ambos os pais acharam que o filho não é uma boa pessoa, expressando sentimentos negativos.

A classificação das famílias de acordo com sua dinâmica evidenciou uma quantidade maior de famílias flexíveis entre os alunos da escola particular (46,0%), do que entre os da escola pública (23,1%). Portanto, mais da metade das famílias foi classificada como possuindo um padrão de organização rígido ou desorganizado (Figura 5).



5.4. O Adolescente Agressivo

Foram entrevistados 36 alunos (47,4%) diagnosticados como agressivos na escola e 40 como não-agressivos (52,6%). Nem sempre ocorreu concordância entre a investigadora e orientadoras do SOE em relação ao diagnóstico de agressividade dos alunos. Houve discordância da entrevistadora em relação a nove alunos (11,8%). Destes, quatro eram do grupo dos agressivos e a agressividade não foi detectada pelo instrumento aplicado, parecendo à entrevistadora que se tratavam de episódios de agressão verbal. Cinco não foram considerados agressivos pela escola, mas eles relataram episódios de agressividade, alguns na família, entre irmãos, e outros na escola. Na classificação final foi considerado como parâmetro o diagnóstico de agressividade efetuado pelas professoras orientadoras.

Os adolescentes do grupo agressivo eram, em sua maioria, do sexo masculino (54,2% dos meninos e 35,7% das meninas). Além disso, eram mais velhos, trabalhavam fora, pertenciam a famílias rígidas e eram mais agressivos com os irmãos do que os não-agressivos. Estas variáveis estiveram estatisticamente associadas com agressividade na adolescência, enquanto que as variáveis renda, primogenitura, tempo de aleitamento materno, cuidado no primeiro ano de vida e ausência do pai não estiveram associadas (Tabela 9).

Algumas das características estudadas, apesar de não apresentarem associação estatística com agressividade, tiveram razão de chances elevada. Foram elas: renda, repetência e ausência do pai, indicando que existe uma tendência de associação.

TABELA 9 - Associação entre agressividade do adolescente e variáveis do estudo.
Porto Alegre, 1992/93.

Variáveis	Adolescente		Não-agressivo n°	%	X ²	p	RC (intervalo de confiança)
	Agressivo n°	%					
Renda							
≤10SM	24	55,8	19	44,2	2,83	0,092	2,21
>10Sm	12	36,4	21	63,6			(0,79; 6,25)
Sexo							
M	27	56,3	21	43,8	4,12	0,040	2,71
F	9	32,1	19	67,9			(0,92; 8,13)
Idade							
≥14	16	72,7	6	27,3	7,99	0,004	4,53
<14	20	37,1	34	62,9			(1,37; 15,66)
Trabalho							
Sim	11	73,3	4	26,7	5,05	0,024	3,96
Não	25	41,0	36	59,0			(1,00; 16,87)
Ordem nascimento							
1ºfilho	17	48,6	18	51,4	0,04	0,846	1,09
Outro	19	46,3	22	53,7			(0,40; 2,98)
Aleitamento*							
0 a 2m	11	47,8	12	52,2	0,35	0,556	1,35
≥ 3m	19	40,4	28	59,6			(0,44; 4,15)
Cuidado 1ºano							
Outro	18	51,4	17	48,6	0,43	0,512	1,35
Mãe	18	43,9	23	56,1			(0,50; 3,70)
Repetência							
Sim	20	57,1	15	42,9	2,49	0,114	2,08
Não	16	39,0	25	61,0			(0,76; 5,80)
Ausência do pai							
Sim	11	68,8	5	31,2	3,72	0,053	3,08
Não	25	41,7	35	58,3			(0,84; 11,80)
Tipo de família							
Rígida	31	66,0	16	34,0	17,07	0,000	9,30
Flexível	5	17,2	24	82,8			(2,67; 34,45)
Brigas com irmãos#							
Sim	13	68,4	6	31,6	4,40	0,035	3,31
Não	17	39,5	26	60,5			(0,93; 12,26)

* = 6 ignorados

= 14 ignorados

RC = Razão de chance

5. Famílias que se Machucam

Foram encontradas nove situações de violência física entre os cônjuges, sem computar as situações de abuso psicológico, perfazendo um total de 11,8% da amostra. Destes, três (8,1%) aconteceram em famílias da escola particular (duas famílias separadas, duas com filhos agressivos e duas com punição física grave em relação aos filhos). Seis (15,4%) aconteceram na escola pública (dois casais separados, três com adolescentes agressivos e dois com punição física grave dos filhos).

A violência contra os adolescentes foi expressa no indicador “punição física grave”, compreendendo também casos de violência inespecífica. A punição física grave, episódio único ou freqüente, relatada por pelo menos um dos membros da família, ocorreu em 41 dos relatos, representando 53,9% do total de casos. Destes, 37,8% foram em adolescentes da escola particular e 69,2% nos da escola pública. Na Tabela 10 aparece a descrição dos episódios de violência segundo a intensidade e a pessoa que informou sua ocorrência. A pessoa que informa não é necessariamente a que pune, podendo a mãe contar que o pai pune e vice-versa. O item “família” foi composto pela informação de pelo menos um dos membros da família, não importando qual deles foi o informante.

Talvez o mais significativo seja o fato de que, em apenas sete famílias, os três membros entrevistados negaram a existência de qualquer tipo de violência doméstica. A maior parte das famílias, portanto, utiliza algum tipo de punição física em relação aos filhos, e o mais dramático é que metade delas usa castigos físicos considerados graves, mesmo em situações únicas, em eventos como surras e espancamentos. A situação mais grave é a de famílias onde a punição é intensa e freqüente. São dezesseis famílias, constituindo 18,4% do total (16,2% na escola particular e 20,5% na pública).

Os adolescentes referem mais punições graves, os pais escondem os episódios de violência, quando comparados aos demais membros da família e as mães relatam, mas

tendem a minimizar os fatos. Mesmo sendo os que mais relatam a ocorrência de abuso físico grave, os adolescentes negaram sua existência em dez famílias punitivas (24,4%).

TABELA 10 - Punição física segundo intensidade e informante. Porto Alegre, 1992/93.

Intensidade	Mãe		Informante Pai		Filho		Família	
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%
Leve	38	50,0	18	23,7	29	38,1	28	36,9
Grave	15	19,7	17	22,4	31	40,7	41	53,9
Sem punição	22	28,9	34	44,7	13	17,1	7	9,2
Sem informação	1	1,3	7	9,2	3	3,9	-	-
Total	76	100,0	76	100,0	76	100,0	76	100,0

Aconteceram catorze relatos de punição grave entre os alunos da escola particular (37,8%) e 27 entre os da escola pública (69,2%), evidenciando que a punição física das crianças é um padrão de conduta mais disseminado entre as famílias de baixa renda. Nas famílias pertencentes à escola pública, pais e mães puniram os filhos com uma frequência semelhante. Porém, na escola particular, a proporção de pais punitivos foi maior e este fato refletiu-se na tendência geral, com praticamente o dobro das punições efetuadas pelo pai (44,0%) em relação à mãe (21,9%) (Tabela 11).

Em aproximadamente 30% dos casos de punição física grave os adolescentes ainda estavam sendo punidos no momento da entrevista. Destes, cinco eram da escola particular e oito da pública.

TABELA 11 - Punição física grave segundo membro da família que pune e escola. Porto Alegre, 1992/93.

Pessoa que pune	Escola Particular		Escola Pública		Total	
	n ^o	%	n ^o	%	n ^o	%
Pai	9	64,3	9	33,3	18	44,0
Padrasto	-	-	1	3,7	1	2,4
Mãe	2	14,3	9	33,3	11	26,8
Pai e Mãe	2	14,3	7	26,0	9	21,9
Não informou	1	7,1	1	3,7	2	4,9
Total	14	100,0	27	100,0	41	100,0

Tentar-se-á, a seguir, traçar um perfil dos adolescentes estudados e suas famílias, relacionando algumas características e comportamentos com a presença de violência, expressa através do indicador punição física. Na Tabela 12 aparecem algumas das variáveis selecionadas que estiveram associadas estatisticamente com punição física grave. Os meninos, os mais velhos, os que trabalhavam fora e pertenciam a famílias de baixa renda foram os mais punidos. Outro aspecto da violência presente no contexto familiar é o das agressões entre irmãos. Adolescentes punidos tiveram oito vezes mais chance de serem violentos com os irmãos. A relação entre tipo de família e abuso físico também ficou evidente. As famílias flexíveis são menos punitivas com suas crianças, ou seja, adolescentes punidos tiveram uma probabilidade quinze vezes maior de pertencerem a famílias rígidas.

TABELA 12 - Associações positivas entre punição física grave e variáveis do estudo. Porto Alegre, 1992/93.

Variáveis	Punição Física		Grave		X ²	p	RC (intervalo de confiança)
	Sim n°	%	Não n°	%			
Renda							
≤10SM	30	69,7	13	30,3	9,98	0,001	4,62 (1,43; 12,17)
>10SM	11	33,3	22	66,7			
Sexo							
M	33	68,7	15	31,3	11,49	0,000	5,50 (1,78; 17,54)
F	8	28,3	20	71,4			
Idade							
≥14	16	72,7	6	27,3	4,40	0,036	3,09 (0,94; 10,54)
<14	25	46,3	29	53,7			
Trabalho							
Sim	12	73,3	3	26,7	5,11	0,023	4,41 (1,01; 22,08)
Não	29	47,5	32	52,5			
Briga com irmãos							
Sim	16	83,3	3	16,7	10,50	0,001	8,16 (1,82; 41,84)
Não	17	40,9	26	59,1			
Tipo de família							
Rígida	36	76,6	11	63,4	25,43	0,000	15,71 (4,29; 61,73)
Flexível	5	17,2	24	82,8			

RC = Razão de chance

A Tabela 13 mostra variáveis que não estiveram associadas estatisticamente com punição física grave: primogenitura, cuidado dos filhos no primeiro ano de vida, tempo de aleitamento materno, repetência, ausência da figura paterna (separação ou morte), punição física perpetrada pelos avós maternos às mães e pelos avós paternos aos pais. Em relação à repetência não apareceu associação estatística, mas a razão de chances foi elevada, indicando uma tendência que talvez aparecesse se a amostra fosse maior.

TABELA 13 - Variáveis que não estiveram associadas com punição física grave.
Porto Alegre, 1992/93.

Variáveis	Punição Sim n°	Física Grave % n°	Grave Não % n°	X ²	p	RC (intervalo de confiança)
Ordem nascimento						
1° filho	19	54,3	16	45,7	0,00	0,956
Outro	22	53,7	19	46,3		1,03 (0,38; 2,80)
Aleitamento						
0 a 2m	13	56,5	10	43,9	0,18	0,667
≥ 3m	24	51,1	23	48,9		1,25 (0,41; 3,83)
Cuidado 1° ano						
Outro	17	48,5	18	51,5	0,75	0,384
Mãe	24	58,5	17	41,5		0,67 (0,24; 1,83)
Repetência						
Sim	23	65,7	12	34,3	3,62	0,057
Não	18	43,9	23	56,1		2,45 (0,88; 6,94)
Ausência do pai						
Sim	10	62,5	6	37,5	0,60	0,439
Não	31	51,7	29	48,3		1,56 (0,44; 5,61)
Punição avós/mães *						
Sim	8	26,6	22	73,4	T. Fischer	0,088
Não	3	16,6	1	86,4		0,12 (0,00; 1,67)
Punição avós/pais #						
Sim	7	29,2	17	70,8	T. Fischer	0,070
Não	-	-	12	100,0		Indefinido

* = 24 ignorados

= 40 ignorados

RC = Razão de chance

A informação sobre punição física perpetrada pelos avós foi pesquisada em metade do grupo amostrado (52 mães e 36 pais). Esta informação objetivava averiguar a presença de um ciclo familiar de violência: se os pais punitivos no presente foram punidos no passado. Não foi encontrada associação importante entre a punição passada destas famílias e a atual. Das trinta mães maltratadas pelos avós, oito seguiram batendo nos filhos (26,6%), enquanto que dos 24 pais com história de maus-tratos por parte dos avós, sete (29,2%) seguiram maltratando as crianças.

5.6. O Adolescente Agressivo e Maltratado

A associação entre punição física grave e agressividade foi estatisticamente significativa - adolescentes diagnosticados como agressivos tiveram uma chance quatro vezes maior de ocorrência de punição física do que os não-agressivos. Apesar de não ter havido associação estatisticamente significativa entre estas variáveis na escola pública, os alunos agressivos desta escola apresentaram uma chance quase três vezes maior de serem punidos fisicamente pelos pais (Tabela 14).

TABELA 14 - Agressividade e punição física grave segundo escola. Porto Alegre, 1992/93.

Escola	Punição Física Grave		Grave		X ²	p	RC (intervalo de confiança)
	Sim nº	%	Não nº	%			
Particular							
Agressivo	10	62,5	6	37,5	7,09	0,007	7,08 (1,31; 42,57)
Não-agressivo	4	19,0	17	81,0			
Pública							
Agressivo	16	80,0	4	20,0	2,18	0,140	2,91 (0,58; 15,51)
Não-agressivo	11	57,9	8	42,1			
Total							
Agressivo	26	72,2	10	27,8	9,07	0,002	4,33 (1,48; 12,95)
Não-agressivo	15	37,5	25	62,5			

RC = Razão de chance

As variáveis idade, sexo, brigas com os irmãos e dinâmica familiar estiveram associadas tanto com a exposição (punição física grave), quanto com o desfecho (agressividade), sendo consideradas possíveis fatores de confusão. Para avaliar o efeito destas variáveis na relação entre punição física grave e agressividade, elas foram incluídas no modelo de regressão logística. Dinâmica familiar não foi incluída devido à possibilidade de estar superposta com punição física (um dos critérios usados para classificar as famílias foi a presença de violência doméstica). Verificou-se que, mesmo após retirado o efeito dos fatores sexo, idade e presença de brigas entre os irmãos, a associação entre agressividade e punição física grave manteve-se estatisticamente significativa ($p = 0,039$; $RC = 3,18$).

6. DISCUSSÃO: FAMÍLIAS EM PEDAÇOS

**“Onde hás de juntar
os mil e um pedaços
de cada homem? ”
Giórgos Seféris**

Este subcapítulo será dividido do mesmo modo que o anterior, sendo acrescentados dois novos subcapítulos: A Casa e a Cara das Famílias e Limitações do Estudo.

6.1. Características da População Amostrada

“É tão difícil as pessoas aceitarem entrevistas como essa. Ficam com medo de expor os problemas. As pessoas acham que vai sair no jornal: Tem alguém se metendo na família!” MPNA

A população dos alunos amostrados vive em bairros próximos às escolas. As visitas às famílias da escola pública foram realizadas, em sua maioria, nos sábados. Durante o sábado, o bairro agitava-se em grande azáfama, os homens transportando material de construção em todo o tipo de veículo, consertando telhados e calçadas, construindo muros, ampliando peças; ouviam-se martelos, brocas, serrotes. As mulheres lavando roupa, cobrindo os varais de panos coloridos, cozinhando, limpando a casa, fazendo pão. A vila fazendo faxina.

Nos locais onde viviam os alunos da escola particular, o panorama era outro: tratava-se de bairros de alta classe média. A pesquisadora era esperada, às vezes com todas as pessoas reunidas em frente à lareira, em salas de jogos, bibliotecas. Ambientes refinados e silenciosos.

A situação socioeconômica das famílias foi definida a partir da renda familiar. Em cada uma das escolas observa-se alunos que diferem dos demais quanto à renda, ocupação e escolaridade dos pais. Porém, mesmo com algumas exceções, o universo dos adolescentes do colégio particular é totalmente diferente dos da escola pública. As residências, os automóveis, o bairro, as diversões, as roupas, a vida familiar, a cultura, as expectativas de vida são diferentes. Os meninos do bairro jogam futebol nos campinhos, enquanto a alta classe média vai a *Disneyworld*, as meninas podem ser mais descompromissadas enquanto as da vila já são mulherzinhas, cuidando dos irmãos menores e dos afazeres domésticos.

As famílias da escola particular possuem um número menor de membros e não arcam com tantos parentes “encostados”- avós, tios, sobrinhos, filhos de criação, partilhando a mesma renda. Além disso, vivem em casas suntuosas, apartamentos de cobertura em bairros sofisticados, possuem um ou mais automóveis e toda a sorte de equipamentos, enquanto os moradores do bairro popular moram em residências de baixo valor, pouco confortáveis, bangalôs de madeira, compartilham terrenos com várias moradias, casas feitas aos poucos ou grandes conglomerados de apartamentos populares.

Embora não tenha havido uma profissão que se destacasse, pode-se observar que na escola particular predominam pais e mães profissionais liberais, enquanto na escola pública, a maioria possui empregos não-qualificados. A escolaridade dos pais mais abastados é, evidentemente, curso superior. Mesmo entre as famílias de renda mais baixa dentro deste grupo, a formação é universitária, alguns freqüentando cursos de pós-graduação. No bairro, apenas um dos pais entrevistados possui curso superior, a maioria cursou o primeiro grau, geralmente incompleto.

As mães mais abastadas estão inseridas no mercado de trabalho, são profissionais liberais como seus maridos, empresárias, às vezes trabalham no mesmo negócio, outras voltaram à universidade e estão estudando. As mães dos adolescentes da escola municipal dedicam-se a tarefas menos qualificadas e valorizadas socialmente, ou são donas-de-casa ou faxineiras.

Os dois grupos estudados estão inseridos em universos culturais distintos. Os pais que colocam os filhos no colégio particular têm elevadas expectativas em relação ao futuro dos filhos, vêm-nos bem-sucedidos, profissionais liberais, gerentes, diplomatas, percebem os filhos como um reflexo do que eles são.

“Por que ele? Fiquei curioso. Talvez lá no colégio estejam fazendo alguma pesquisa, tão vendo que ele tem potencial: QI mais elevado que os outros. Desde o início ele nunca ficou em recuperação, é um guri muito estudioso”. PPNA

Na escola pública, as famílias não foram tão ambiciosas em relação ao desempenho escolar de seus filhos. Parece que eles têm claro que o acesso à escola não significa que as barreiras de mercado de trabalho estejam superadas para estes jovens. Mesmo assim, e contrariando a percepção da escola que os vê desinteressados pelo desempenho escolar dos filhos, eles manifestaram preocupação e interesse. Desejam que os filhos terminem o colégio, alguns pensam num curso profissionalizante e há os que sonham com uma faculdade. Expressaram, portanto, os velhos sonhos de ascensão social das classes médias empobrecidas no Brasil, através do acesso dos seus filhos à universidade.

“Meu sonho é ele se formar em medicina e dedicar um dia por semana para atender as crianças pobres, de graça”. MBNA

Em algumas entrevistas, felizmente poucas, houve por parte da entrevistadora, a sensação de que eles estavam omitindo dados ou mentindo. Fechava-se uma cortina que a entrevista não conseguia penetrar. Nestas famílias, não havia tanta empatia como naquelas em que a conversa fluía solta, com espontaneidade. Também aconteceram

situações em que o depoimento mais marcante foi o do pai, contrariando a idéia inicial de que o pai seria a figura “difícil”, que ele se recusaria a falar, ou seria superficial. Esses pais manifestaram emoções, angústias e dores, evidenciando que na sociedade atual faltam canais de expressão para os sentimentos masculinos.

6.2. O Adolescente

“A adolescência é um enigma. Para mim não é problema, é prazer. Estou controlando, mas com liberdade”. MPA

A distribuição dos adolescentes segundo sexo não foi homogênea, havendo praticamente o dobro de indivíduos do sexo masculino. Este número maior de rapazes possivelmente reflete uma incidência maior de agressividade entre os meninos, que são estimulados para isso em nossa sociedade, expressando através do comportamento violento, seus sentimentos de frustração, dor e raiva (Rutter e cols., 1985).

As médias das idades dos adolescentes nas duas escolas foram em torno de catorze anos.

Os alunos da escola particular são mais dependentes economicamente de seus pais. Eles não têm muita idéia de como funciona o mundo lá fora. Têm satisfeitos todos os seus desejos, roupas caras, passeios, viagens, diversões. Enquanto isso, os alunos do bairro, já experimentaram dificuldades e frustrações; vários deles trabalham para ajudar os pais ou comprar suas coisas. Alguns deles, no momento da entrevista, já haviam abandonado a escola para ingressarem no mercado de trabalho. São empacotadores em supermercados, auxiliares em lojas, *office boys*, balconistas em lanchonetes. As meninas cuidam dos irmãos menores enquanto as mães trabalham, limpam a casa, cozinham. Tarefas pouco valorizadas socialmente, assim como a de suas mães.

“Minha filha é uma dona-de-casa, sabe fazer tudo”. MBNA

6.2.1. Amigos e Namorados

**“Perguntei a ele se os amigos dele eram família e ele me respondeu:
- O que é um guri família, mãe?” MBA**

A adolescência é um período da vida em que acontece uma busca intensa no refúgio do grupo, da turma, das amizades. A aprovação dos companheiros é imprescindível para o bem-estar dos jovens nesta época. Entre os adolescentes entrevistados havia uma variação na quantidade e qualidade dos amigos: desde os bem relacionados até os que têm dificuldade para fazer amizades ou relacionam-se com pessoas estranhas, segundo a ótica familiar.

Às vezes, o adolescente não têm amigos pelas restrições da própria família, que prefere que eles fiquem em casa estudando ou acham que não é bom ter muitos amigos.

“Eu tenho poucos amigos: amigo se conta nos dedos”. APNA

“Eu não gosto de amizade demais, pode até cair num aproveitamento”. MBNA

Muitas vezes, a família vê nas amizades indícios de problemas na conduta do adolescente. Os pais podem considerar os amigos estranhos ou perturbados. Desta forma, o grupo familiar expressa seus preconceitos ou sua intuição de que alguma coisa não está indo bem com o adolescente.

“São poucos os amigos e são gente que precisa dele: um é deficiente de uma perna, outro deficiente visual, o outro não tem um braço. Tudo gente carente. Ele quer ser o centro de apoio”. MBA

“Ele tem três amigos. Três! Os amigos são extremos, pelo menos eu acho: um é pequeno, um terço do tamanho dele, o outro é preto, e o terceiro, de tamanho normal, não é aplicado em aula. Esses são os amigos dele. Os de fé! São guris bons mas diferentes. Chama a atenção pela falta de relação com os demais”. PPA

“Não acho os amigos dela legais. Eles se tratam com palavrões. Tem uma menina que fez um aborto. Outros usam drogas. Ela me contou”. MPNA

Os adolescentes das famílias de alta renda com muitos amigos vivem pendurados no telefone, enquanto os do bairro estão sempre fugindo de casa para encontrar a turma na esquina.

“Ela é igualzinha ao pai nisso. Ele tem uma turma desde a primeira série que ele conserva como irmãos: ela é a mesmíssima coisa”. MPNA

Os adolescentes não se puseram muito à vontade para falar de suas relações amorosas. A maioria foi lacônica; às vezes os pais foram mais elucidativos nesta área. Algumas famílias restringem os namoros dos filhos, justificando que eles são muito jovens. Isto acontece principalmente com as meninas.

Seis adolescentes, todos rapazes, afirmaram já ter experiência sexual, contrariando as idéias dos professores da escola, e mesmo de profissionais da saúde, de que a iniciação sexual, em nosso meio, ocorre nesta faixa etária. Por outro lado, eles podem ter omitido esta informação, na medida que os assuntos ligados ao sexo ainda estão envoltos em vergonha e tabu. Eles também poderiam estar receosos quanto ao uso desta informação, que poderia ser ventilada junto aos pais ou professores. A maior parte deles afirmou “já ter ficado” com alguém do sexo oposto.

Alguns depoimentos das famílias sobre este assunto:

“Por incrível que pareça os garotos ainda têm aquela noção: garota que todo o mundo passa a mão, eles chamam de puta”. MPNA

“A minha sogra travou ela. Atendia os telefonemas. Ela devia ter deixado as coisas correrem naturalmente. A minha cunhada... professora... ter uma cabeça tão antiga. Eles crucificaram ela. Eu disse para eles: Pelo amor de Deus, parem com isso. Vocês estão fazendo mal para ela. Tudo isso porque ela fugiu para tomar sorvete com o rapaz. Se ela tivesse pedido eles não teriam deixado. Eles vão estragar a cabeça dela. Ela vai ter medo de homem”. MBA

6.2.2. Escola e Desempenho Escolar

“Amo minha escola, adoro meus colegas, minha turma é maravilhosa. Amo meu colégio. Amo, amo, amo”. APNA

Alguns autores afirmam que um dos primeiros sinais de que algo está indo mal com um adolescente são as dificuldades na aprendizagem. A escola tem, portanto, um papel importante como balizador e sentinela destes problemas, que podem passar despercebidos à família, que não quer mesmo vê-los, e à equipe de saúde que trata o jovem de uma forma mais pontual.

Um fato estarrecedor, embora não inédito, já que tem sido amplamente estudado e denunciado pelos educadores, é o alto índice de repetência da escola pública brasileira. Este achado não foi diferente na escola municipal objeto desta pesquisa. Aproximadamente 80% dos alunos entrevistados desta escola haviam repetido pelo menos uma das séries do primeiro grau e muitos repetiram mais de uma série. Na escola particular o quadro inverteu-se, ou seja, poucos alunos eram repetentes.

Os elevados índices de repetência são uma evidência concreta da exclusão a que são submetidas as crianças das classes populares. *“Por que tanta repetência?”*, a investigadora indagou às professoras do SOE. *“As famílias não se importam com isso, para eles é normal”*. As entrevistas mostraram que esta é uma fálacia - as famílias de baixa renda demonstraram interesse e preocupação com o desempenho escolar de seus filhos. *“A gente cobra que ele(a) vá bem nos estudos”*, foi a declaração de muitos dos pais.

A maioria dos alunos afirmou gostar da escola. Afirmaram possuir muitos amigos no colégio, que a escola ou o ensino são bons, que não tem nada para fazer em casa. Os alunos da escola particular defenderam o sistema de ensino e avaliação adotados pela escola e a liberdade que usufruem nela. Apenas cinco alunos declararam não gostar do colégio. *“Para mim é uma oportunidade na vida: quero ser cardiologista”*, expressou um menino da escola pública.

Os adolescentes entrevistados, em sua maioria, produziram uma impressão de veracidade nos relatos, embora alguns tenham omitido os maus-tratos que sofrem. Dez adolescentes, violentamente punidos pelos pais, esconderam este fato na entrevista, confirmando estudos neste campo sobre a fidelidade da criança à sua família (Azevedo e Guerra, 1990; Kempe e Kempe, 1983).

“Partindo-se do pressuposto de que o real fora torna-se o real dentro, acredita-se que o instante concreto da agressão dos pais sobre os filhos é concretamente reconhecido no âmbito familiar como uma prova de afeto e preocupação paternal na educação infantil. Assim, quando existe no meio familiar a presença do agressor consensualmente estabelecido, o processo de interiorização deste real vivido externamente pelo real interno de cada criança, faz com que os atos agressivos não signifiquem violência, logo não existe realmente violência intra-familiar para estas crianças” (Assis, 1991, p.163).

6.3. As Famílias

“Nossa relação sempre foi clara: eu era o namorado da mãe e depois o marido da mãe. Quando o pai ficava muito afastado eu tentava ligá-lo ao pai porque é uma relação que não pode ser desfeita. Minha relação com ele é pai-filho. Nós nos damos bem. Às vezes, eu fico brabo com ele e ele comigo. Nós conversamos muito. Não tem tema que a gente não converse. Eu gosto dele e ele de mim. Nossa relação é rica, proveitosa, de integração”. PPA

6.3.1. Sexo e Vida Conjugal

“É o seguinte, minha mãe que tem sessenta anos sempre diz: casamento é sexo, meu filho, sexo”. PPNA

A investigação sobre alguns aspectos da vida sexual dos casais foi uma tarefa carregada de conotações emocionais e de difícil abordagem. Alguns dos entrevistados mostraram-se constrangidos e não aprofundaram a questão. Houve depoimentos salientando os benefícios para a saúde de uma vida sexual satisfatória, naturalizando e biologizando o assunto. Nestas entrevistas ficava excluído o conteúdo emocional do tema, e ele era tratado como uma prescrição médica. Veja-se por exemplo:

“A gente conversa que se acerta muito. É uma terapia. Saudável. Faz bem para a saúde. Se tenho um problema e faço sexo me passam os problemas”. PPA

“Tenho dificuldade para dormir se não mantiver um ato sexual. Eventualmente ela não está a fim. Eu, tô. Todos os dias. A minha disponibilidade é diferente da dela, mas a gente tá se acertando”. PPA

O alcoolismo apareceu mesmo sem ter sido perguntado diretamente. Em algumas situações ele foi responsabilizado por todos os males, da irresponsabilidade do cônjuge à impotência, passando pelas brigas e agressões.

“Eu não aceito a bebida, digo prá ele que ele está fedendo. Ele não aceita. Se ele tem uma relação de noite e de manhã quer de novo e eu não quero, ele se emburra. Até quando eu tenho que chegar nele? Me humilhar?”. MBA

“Atualmente tá tudo péssimo. Qual é o tesão dormir com um homem cheirando a bebida? Procuo ajeitar a mim, a casa, até entrar em depressão. Eu disse prá ele que ele tá bebendo demais e ficando impotente”. MPA

Uma das faces da violência contra a mulher é a submissão aos desejos sexuais do marido. Mulheres que relatam não saber o que é prazer sexual porque em primeiro lugar vem a obrigação. Algumas se defendem bloqueando a libido, “perdendo a vontade”, ou apresentando sinais e sintomas hipocondríacos.

“Ele é tão exigente na frequência, não entende que às vezes a gente não tá legal. Isso me incomoda. Tem épocas que eu não sinto vontade. Ele fica cobrando. Para mim não precisava ter sexo. Que é que eu vou fazer? Quem mandou casar? Tem mulheres que exigem, eu não”. MBA

“Neste ponto era horrível. Depois da separação eu descobri o que é vida sexual boa. Com ele eu era obrigada. Tu é minha mulher e tem que manter relação mesmo em cima de mágoa. Porque eu acho que num relacionamento tu tem que estar bem com o outro para ter relação sexual. Nos doze anos de casamento foram raros os momentos em que eu fiz com prazer. Eu tinha que cumprir uma obrigação”. MBNA

6.3.2. Relação Pais e Filhos

“Ele é a coisa mais querida. Um doce de pessoa. Tá entrando bem na adolescência. Já tá naquela fase de: “Mãe, sai daí! Três passos na frente e eu atrás”. MPNA

Em muitas das famílias apareceram alianças e predileções entre os sexos opostos, costumeiramente pai e filha ou mãe e filho. Quando estas alianças acontecem numa família flexível, este padrão de comportamento é amigável, bem-humorado, sadio.

“Aqui em casa a relação mais intensa é pai com filha e mãe com filho. Tenho consciência de que sou mais duro com meu filho. Minha filha é mais inteligente, mais sutil, faz com que o irmão exploda, ele é mais gritão”. PPNA

“Minha mãe é querida, mas proíbe coisas. Meu pai é um amor, um amor, um amor”. APNA

Às vezes, as alianças não são naturais, envolvem um dos pais associado com um ou mais filhos contra o outro genitor. Estas situações implicam no acionamento de uma rede hierárquica de poder. O adolescente pode possuir uma característica que seu pai ou mãe não consegue tolerar. Talvez seja um aspecto que o próprio genitor apresente e não goste. A percepção daquela característica no filho deixa os pais fora de controle e eles passam a rechaçar este filho. Este processo é repetitivo e doloroso para ambas as partes envolvidas. Em alguns casos vem de longe a situação mal resolvida que se repete compulsivamente.

Também se pode observar nesta pesquisa o já descrito padrão das famílias separadas com os pais jogando através dos filhos e buscando a cumplicidade dos mesmos contra o parceiro (Ortiz, 1988). O filho que não toma partido na briga dos pais é o que se

sai melhor, consegue ficar mais tranquilo, sem se deixar despedaçar pela tragédia familiar. A seguir duas descrições, a primeira de uma adolescente que não se envolve na briga dos pais e depois a de um rapaz que intermedia a briga do casal separado.

“Não gosto das brigas que dá com meu pai. Eles ainda brigam, não como no começo, mas brigam. A gente não se mete na briga deles. Gosto da minha mãe e do namorado dela. São tri-divertidos”. APA

“O pai nunca pode nada. Eu quero que ele me leve no jogo. Ele sempre tem compromisso. Isso faz falta. Pedir eu peço. Ele é que nem o meu irmão: explode. Eles brigaram muito. Ele agredia verbalmente a mãe. Eles continuam brigando por telefone. Eu só me meto quando a mãe me pede. Um conselho. Uma alternativa. Prefiro não me meter. É chato para mim. Se eu tô a favor de um tô contra o outro. E eu tenho que me dar bem com os dois. A mãe fala tudo que o pai faz de errado”. APA

Foram encontradas famílias com conduta francamente sexualizada entre pais e filhos. Adolescentes que compartilham a cama com suas mães, filhas que tomam banho com o pai, mães que tratam os filhos como se fossem maridos.

“Minha mulher disse que era de filmar: eu e minha filha (17 anos) conversando nús no banheiro e tratando de um assunto sério. Meu sogro se horrorizaria, né”. PPNA

“Meu filho (15 anos) não se abre com ninguém. Não consigo chegar nele. Até se ele compra uma cuequinha e eu peço: Ficou bom? Deixa eu ver. Ele não deixa. E ele foi um menino que até os onze anos eu dei banho nele.(...) Eu tenho problema com a guria e meu marido. Ele não aceita o modernismo de hoje. Não deixa ela sair. Ela ficou um ano morando na casa de uma amiga minha. Quando ele bebe, agride moralmente as pessoas. Acho que isso afetou o menino. Ele tá ficando igual. Agride as meninas. Chama elas de putas como o pai chama a irmã dele”. MBA

A caracterização das famílias de acordo com a dinâmica interna evidenciou uma quantidade maior de famílias “flexíveis” entre os alunos da escola particular. Isto pode ter ocorrido devido ao viés de classe da investigadora, cuja tendência é categorizar como “sadios” os seus iguais. Algumas das famílias encontravam-se muito perturbadas, necessitariam acompanhamento imediato. A escola se dá conta que são famílias-problema, mas seu nível de intervenção é focalizado no aluno, ficando evidente a necessidade de formas de atuação mais abrangentes.

“Estas famílias têm sido tradicionalmente adjetivadas pela literatura como desestruturadas, instáveis, desagregadas e disfuncionais. É um mito considerar a não-existência de coesão familiar entre as classes populares. Para ela o que há é uma organização distinta do padrão tradicional, decorrente das transformações sociais, conjunturais e culturais, pelas quais a estrutura e a dinâmica familiar brasileira vêm passando nas últimas décadas. Trata-se, portanto, da desconstrução do modelo e da reconstrução de outro em decorrência da deterioração das condições de vida e das necessidades da sociedade moderna” (Cruz Neto e cols., 1993a, p.74).

6.4. O Adolescente Agressivo

“Eu sempre ensinei que não se leva desaforo para casa”. PBA

Tentou-se olhar os adolescentes agressivos individualizando-os, para que cada caso fosse visto como o único, não redutível a variáveis comuns (Fernandez, 1992).

Observou-se praticamente o dobro de conduta agressiva entre adolescentes do sexo masculino. Este achado já havia sido apontado em outros estudos que mostraram maior prevalência de agressão e competitividade nos meninos. *“A agressividade é um dos comportamentos sociais onde as diferenças ligadas ao sexo são mais evidentes”* (Wolff, 1985, p.400).

Os adolescentes agressivos eram mais velhos em relação aos colegas. O comportamento agressivo é comum na pré-escola, declina nos primeiros anos de vida escolar e aumenta no início da adolescência - faixa dos jovens deste estudo (Wolff, 1985).

Famílias rígidas e desorganizadas tiveram uma quantidade maior de filhos diagnosticados como agressivos do que famílias flexíveis; houve uma chance nove vezes maior dos adolescentes agressivos procederem de famílias rígidas. Já foi relatado que a gravidade da doença mental em adolescentes com distúrbios psiquiátricos tem correlação direta com o grau de desestruturação da família (Lewis, 1981).

Em relação à renda familiar, houve duas vezes mais chance dos adolescentes agressivos pertencerem a famílias de baixa renda, embora não tenha havido associação estatística entre estas duas variáveis. Pais de classes menos favorecidas são mais punitivos, menos protetores e mais restritivos em relação a regras. Usam menos linguagem verbal com as crianças, principalmente se as famílias são numerosas. As

crianças destas famílias provocam mais respostas hostis dentro da escola, e este fato reforça a conduta agressiva (Jaffe, 1986). Além da maior quantidade de estressores familiares que as crianças de baixa renda estão expostas, elas também são mais permeáveis à violência presente nos bairros e nas ruas, a violência externa, da delinquência, que acena a estes jovens vantagens imediatas de consumo. Na amostra estudada, alguns adolescentes possuíam envolvimento com grupos delinquentes.

“Meus amigos perguntaram se eu queria fazer um assalto, mas eu não fui”. ABA

Estudos tradicionais buscando determinantes da agressividade em adolescentes têm apontado como fatores associados ao comportamento violento as rupturas familiares - separação, divórcio ou morte (Dodge e cols., 1991; Pieterse, 1989; Gil, 1990). Esta situação foi confirmada nesta pesquisa, uma vez que adolescentes agressivos tiveram três vezes mais chance de procederem de famílias com pai ausente, embora não tenha havido associação estatisticamente significativa. Acredita-se que o que irá conflitar a criança não é a separação e sim o clima de brigas, agressões verbais e mesmo físicas que costumam ocorrer durante o processo de separação. Parece que as discórdias conjugais, principalmente quando envolvem violência física de maridos contra mulheres, produzem intensa ansiedade nos meninos, devido à identificação de papéis sexuais. Este pode ser o gatilho de conduta anti-social em adolescentes: violência em meninos e depressão em meninas (Wolff, 1985).

Os alunos agressivos não são bem vistos dentro da escola. Eles perturbam a ordem, “contagiam” os colegas considerados “normais” ou “bonzinhos”. Envolvem-se em brigas com gangues e, às vezes, no final das aulas, provocam confusões. Não existe nenhum tipo de atendimento especializado para eles e, com o tempo, se não se modificam, acabam expulsos da escola, fechando-se assim a única oportunidade das crianças pertencentes às classes populares de *“acesso ao conhecimento universal acumulado pelo homem, que a escola representa”* (Sisson de Castro, 1995, p.73). Eles acabam ingressando no mercado de trabalho em empregos não-qualificados.

A repetência foi um comportamento comum na escola pública. Talvez se possa afirmar que a repetência esteja mais relacionada com o tipo de escola do que com o tipo de aluno. A própria manifestação da violência dentro das escolas públicas têm sido percebida de diferentes maneiras, havendo autores que consideram-na uma forma de protesto, uma tentativa de chamar a atenção para a não resolutividade da instituição. *“Assim, a expressão da violência poderia ser, no contexto das escolas públicas, uma vontade de reconstrução da escola pública, tornando-a mais responsiva às necessidades da classe popular”* (Sisson de Castro, 1995, p.71).

Percebeu-se uma certa atitude das famílias em minimizar a conduta violenta de seus filhos. Alguns justificaram comportamentos agressivos como forma de defesa e mesmo hombridade dos rapazes. Explicaram da seguinte maneira: *“Lá na escola eles se entendem”, “Isso é coisa de guri”, “Qual é o guri que nunca brigou na escola?”*, enfatizando que eles também brigavam na idade dos filhos. Houve casos em que os pais acobertaram comportamentos destrutivos dos filhos, repassando o problema para a escola, ou desautorizando-a a lidar com o evento. Porém, quando os atos de violência acontecem dentro de casa, como em situações de agressões entre irmãos, o posicionamento dos pais é diferente. Muitos destes pais perdem o controle e tentam impor limites à força, através da violência física.

Assim como os pais, muitas vezes, não enxergam comportamentos agressivos dos filhos, a escola também pode desconhecer episódios de violência ocorridos com seus alunos, em outros locais. Aconteceram cinco situações que a família ou o adolescente relataram episódios de agressividade não considerados pela escola, inclusive dois casos que ocorreram nas dependências do colégio.

“Ano passado no colégio, ele bateu num menino que tava mexendo com ele. Bateu de deixar o menino ferido. Ele disse que o menino não respeitou ele”. MPNA

“Quando ele entrou no colégio teve um jogo e ele bateu num guri, então todo o mundo bateu nele. Ele não queria mais ficar lá”. MPNA

De qualquer maneira, o diagnóstico de agressividade tem sido um problema, não só para a pesquisadora mas também para professores, orientadores e pais. É preciso estabelecer os limites entre o tolerável e o excessivo; detectar o caso único, que não se repetirá e foi apenas um “ritual de iniciação” de um jovem tímido ou discriminado pelos colegas; manejar a conduta destrutiva ou suicida, que em última análise é um pedido de socorro. O mais fácil é ignorar o que está acontecendo ou usar táticas de exclusão, mandando-os embora. Torna-se urgente repensar, criticamente e sem preconceitos, os procedimentos para as condutas violentas, tanto na escola como na família e na sociedade.

6.5. Famílias que se Machucam

“Na minha família estamos sempre brigando: eu com meu irmão, eu com a mãe, o pai com a mãe, a mãe comigo”. APA

Conflitos conjugais podem ser facilitadores de situações violentas na família, tanto entre os cônjuges quanto destes em relação aos filhos. *“Uma das imagens estereotipadas no campo do abuso contra crianças é a do homem invisível. As mulheres têm sido responsabilizadas pelo abuso contra crianças, mesmo quando mãe e filho são batidos por um adulto identificável”* (Stark e Flitcraft, 1988, p.99).

Acreditava-se, inicialmente, que seria difícil as pessoas relatarem episódios de violência conjugal. Encontrou-se nove relatos de violência física entre os cônjuges (11,8% da amostra), contrariando as expectativas e sem a pretensão de ter dimensionado o total de casos realmente ocorridos. Foi uma prevalência muito além do esperado; e os depoimentos foram contundentes, emocionados e tocantes.

“Eu gostaria de apagar esta época da minha vida. Ele tinha um ciúme doentio. Depois partiu para a agressão, ele era violento. Quando tinha crises de ciúme ficava violento. Uma vez ele me espetou com uma faca na barriga, queria que eu dissesse todos os amantes que eu tive. Um dia eu tava no trabalho e ele apareceu e disse: Vou embora, você não é a mulher que eu queria como esposa. Nunca pagou pensão nem escreveu nada”. MPNA

“Não estou satisfeito, estou frustrado. Não amo mais minha mulher. Nós brigamos muito. Já nos separamos duas, três vezes. Só gerou mais problemas. Agora estou fazendo um superesforço para não brigar. A briga começa pequena e vai tomando um aspecto enorme. Ela se avança em mim. Eu bato nela”. PPA

Apareceu a tendência de amenizar esse tipo de ocorrência, principalmente se o casamento ainda se mantém.

“Apesar dos pesares é bom marido. Já incomodou bastante. Quando eu era moça me batia”. MBNA

Em algumas famílias foram os filhos que revelaram a presença de violência entre o casal.

“Meus pais brigavam muito. Uma vez o pai bateu na mãe. Agora tá bem”. ABNA

“Uma vez eu apartei o pai e a mãe porque ia ser uma briga feia”. ABA

Assim como a violência entre marido e mulher, a punição física contra crianças é uma conduta amplamente disseminada em nossa cultura e pode apresentar variações quanto ao tipo, intensidade, frequência e mesmo aspectos perversos mesclados ao ato abusivo. Há famílias que punem os filhos eventualmente, outras que o fazem frequentemente, com raiva e descontrole.

A punição física grave, episódio único ou habitual, relatada por pelo menos um dos membros da família, ocorreu em mais da metade da população amostrada neste estudo. Num inquérito realizado com escolares no estado do Rio de Janeiro, a autora referiu 52,8% de punições físicas - episódios leves e graves (Minayo e Assis, 1993).

A punição física foi mais prevalente entre as famílias da escola pública, embora também tenha acontecido na escola particular. A situação mais grave foi a de famílias onde a punição é grave e frequente, e nestes casos as proporções foram semelhantes em ambas as escolas. A figura do pai foi identificada como a do adulto mais punitivo, contrariando outros estudos que apontam a mãe como o adulto mais abusivo (Deslandes, 1994). As mães, possivelmente, usam mais punições leves, ocorrências que não foram consideradas nesta pesquisa.

A violência entre irmãos não foi objeto de pergunta específica, porém este assunto apareceu com frequência. Deve-se tratar de uma das formas mais comuns de conflitos domésticos, também referida em outros trabalhos (Goodwin e Roscoe, 1990). “*Qual é a família em que os irmãos não brigam?*” inquiriam as mães.

Os adolescentes que tinham história de agressão física contra os irmãos foram mais punidos que os demais. Um terço dos relatos evidenciou sérios conflitos entre irmãos. Às vezes, os pais não se dão conta da gravidade do problema. Por exemplo, ao descrever os incontáveis episódios violentos entre os filhos, uma mãe afirmou:

“Teve épocas em que brigavam mais. Tapas, golpes. Acho que vão ficar com remorso se se ferirem gravemente. Mas morte acho que não”. MPA

Mas nem todos os pais mostraram-se tão apáticos e manifestaram muita raiva e descontrole em relação às desavenças entre os filhos. As brigas entre os irmãos tornam-se mais frequentes na adolescência e o manejo dos conflitos tende a piorar.

“Se ele resolver que vai ter briga com o irmão, vai ter. O outro pode ficar quieto. Ele leva a gente a isso. Não importa se vai levar uma ou duas horas. Daí, todo mundo é bom, menos ele. Não posso dizer que a gente nunca bateu nele”. MBA

“Ela tem uma inveja mortal da irmã: diuturnamente dando porrada”. PPA

“Quando o irmão mexe nas coisas dele eles brigam de soco. Ele bate muito no irmão. Boto de castigo, desligo a TV. Todo mundo se queixa disso, não é? Uma vez ele machucou o irmão com uma faca, levou ponto”. MBNA

A transmissão da violência entre gerações tem sido abordada em muitos estudos (Oliver, 1988). A conduta de “transmissão” da violência e das culpas está presente em

diferentes culturas e envolve uma concepção determinista dos atos abusivos, que acontecem dentro de um ciclo que se repete sucessivamente.

A informação sobre punição física perpetrada pelos avós em relação aos pais foi obtida em apenas metade da amostra trabalhada. Esta informação tinha por objetivo averiguar a presença de violência entre as gerações, fato que tem sido apontado como um dos elementos presentes no ciclo de violência doméstica. Porém, não há consenso a este respeito, já que nem toda a criança maltratada torna-se um adulto maltratante. As associações entre estas variáveis não foram estatisticamente significativas, embora possa ter sido pelo número pequeno de casos em que a informação foi coletada. O padrão de repetição da conduta abusiva apareceu no depoimento de um pai:

“A gente acaba se estourando que a paciência tá curta. A gente acaba partindo prá porrada. Uma coisa que meu pai fazia, acabo fazendo também. Mas eu exagero um pouco. Não precisava ser tanto”. PPA

Em muitos dos depoimentos sobre punição física intensa os pais se emocionaram. Às vezes choravam, mostravam-se culpados e arrependidos, outras revelavam-se impotentes frente ao caráter compulsivo da situação que tende a se repetir. Afirmavam não estar mais batendo nos filhos, mas entravam em contradição, ao referir as datas, ou mesmo durante a conversa. Parecia que buscavam absolvição e alívio das culpas, através da confissão que a entrevista proporcionava. Serão transcritos alguns relatos de famílias abusivas.

“Tem diminuído bastante, mas não vou te dizer que chegou a zero. Eu tenho uma mania. Às vezes eu pego os cabelos do cara. Bater, eu tenho evitado”. PBNA

“Eu procuro não bater, mas se não adianta eu bato. Ele adora saravá. Há um tempo atrás, ele sumiu, tava no saravá. Chegou às dez da noite. Eu tava esperando com um sarrafo. Dei tanto nele. De sarrafo”. MBA

“Eu batia nele. Me atacava e batia nele. Hoje não faço mais isso. Até machuquei ele batendo com o cabo da vassoura. Ficou marcado nos braços dele. Eu me atacava... (chorou)”. MBA

“Hoje quando eu cheguei tive que dar umas varadas nele. Eles brigaram. Ele atirou o pequeno não sei onde. A casa parecia que tinha passado um furacão. Meu quarto só tinha o colchão em cima da cama. Não sei o que fizeram. O pequeno abriu a boca e a irmã deu um grito. Pensei: enfiou a cabeça do pequeno na parede”. MBA

Houve situações de contradição entre os membros da família: os adolescentes afirmando que sofriam algum tipo de punição e os pais negando. Mesmo afirmando que não punem, durante a entrevista as pessoas explicavam: “Ah! Um bife!”, “Um safanãozinho”, “Umas sacudidas”, “Uns beliscõezinhos”. Tudo no diminutivo, dentro do normal, do comportamento socialmente aceito.

Também aconteceu o contrário, filhos gravemente punidos negaram a situação, que foi relatada pelo genitor abusivo, corroborando estudos que afirmam que a criança vitimizada cala, mantendo-se fiel ao adulto maltratante, muitas vezes o único vínculo afetivo que possui. Este comportamento parece mais comum quando o abuso é grave e mobiliza intensos sentimentos de vergonha, medo e culpa. O depoimento que segue é o de uma família onde o filho abusado negou a existência de punição na família.

“Batia muito nele. Ele me questionava e era quem mais apanhava. Eu perdia a cabeça.. Ele tem o dom de me fazer perder a cabeça. Sempre tinha alguma coisa que ele fazia para me atacar. Respondia com alguma coisa que sabia que ia bater no fígado. Então eu ia para cima dele e batia forte. Se eu vou bater, bato com força. Na cabeça. É chocante o visual: aquele homem batendo com força na cabeça do guri. Outro dia eu disse que não vou bater mais. E ele tenta”. PPNA

O adulto abusivo projeta os aspectos agressivos no filho que de alguma maneira representa a sua sombra. Assim o filho se torna o elemento provocador, que faz com que ele perca a cabeça, e é na cabeça do menino que o pai bate. O rapaz é tímido, quieto,

passivo, e mesmo assim, o homem se sente ameaçado pelo menino, “*pelas respostas que batem no fígado*”. Outros pais declararam: “*Eu não me dou com esse filho*”, “*Ele faz o sangue subir na minha cabeça*”, “*Ele tem o dom de me provocar*”. Isto para justificar atos abusivos e, em última instância, modificar a condição de vítima para a de ré, culpabilizando a própria vítima pelas agressões sofridas.

Algumas famílias se mostraram tão dilaceradas, que parecia não ter sobrado nada a não ser a raiva. Agressões psicológicas, verbais, físicas, retaliações, jogos de poder e de fúria. A descrição que segue é a da família de um adolescente agressivo, expulso da escola, punido violentamente pelo pai, pela mãe, pela madrasta, pela vida. A mãe iniciou e finalizou o relato com a mesma frase:

“Ele é um bom filho mas ele é triste... Educado mas triste... até em banco de praça eu dormi com os guris. Eu gostava dos meninos, meus filhos. Eu não perdi a guarda deles. Só que quando o meu marido atual começou a beber eu achei melhor os guris ficarem com o pai e a madrasta. Mas lá eles não são felizes. Eles apanham. Por isso eu acho meu filho triste...”. MBA

A situação mais dramática e que mobilizou intensos sentimentos no entrevistador, é a da violência mesclada com sexualidade: as formas perversas de abuso, como a descrita pela família a seguir.

“Minha mãe me dá de relho. Tira a roupa minha e do meu irmão e dá de relho. A última vez que apanhei foi na semana passada”. ABNA

“Ele me disse que te contou que eu bato nele... Sabe, eu peguei uma cinta e dei umas cintadas nele. Levei pro quarto. Baixei o abrigo, senão não dói, deixei ele só de cueca e dei umas cintadas. De vez em quando precisa, não é? De vez em quando tem que dar uns tapas, não é? O que eu vou fazer? Senão eles me enlouquecem”. MBNA

Um terço dos adolescentes punidos ainda estão sendo maltratados. Estes alunos, e principalmente suas famílias, precisariam de um atendimento imediato.

“Tento falar com a minha mãe que eu já tô grande para apanhar assim. Ela bate quando a gente faz arte. Surra de cinta. Não pode fazer barulho, ela fica braba. Ela acha que eu debocho dela. Daí ela me surra. Diz que eu provoco ela”.
ABNA

Considera-se oportuno, e até esperançoso, finalizar com o relato de famílias não punitivas, que também estiveram presentes neste estudo.

“Punição nunca se efetivou. Por exemplo, ela não passou, então não vai passear. Mas não se efetivou. Acontecem tantos acidentes na vida, não quero me sentir culpado. Nunca bati nelas: primeiro porque são crianças, segundo porque são indefesas e terceiro, porque são minhas próprias filhas”.
PPNA

“Acho que se deve cortar alguma coisa , mas alguma coisa leve. Não tenho penalidade drástica. O assunto aqui em casa é muito debatido. Eu acredito muito na conversa, até pelo fato de ser juiz. Senão a pena termina sendo uma vingança. Não é preciso ficar tudo tão bordado de punições”. PPA

Não é preciso ficar tudo tão bordado de punições!

6.6. O Adolescente Agressivo e Maltratado

“Que adianta tu dar pau? Que adianta tu castigar?” MBA

O principal achado deste estudo, certamente, foi a associação entre agressividade e punição física, ficando evidente que os adolescentes considerados agressivos na escola revelaram mais histórias de abuso físico que os não-agressivos. Assim, ficou explícita a figura do adolescente agressivo e maltratado, violento e machucado. *“Se são violentos é porque estão desesperados”* (Marcuse). Esta associação esteve presente nas duas escolas, mas foi mais evidente na escola particular, onde a punição física pode ser considerada um dos fatores predisponentes da agressividade futura do jovem. Na escola pública, outros fatores podem estar concorrendo para desencadear comportamento agressivo nos adolescentes. Entre estes fatores, pode-se pensar na violência externa e também na violência da delinqüência. Além disso, o comportamento punitivo é mais freqüente nas classes populares, podendo mascarar associações causais.

Os resultados desta pesquisa deixam claro que, na vigência de comportamentos violentos em adolescentes, não se deve deixar de pensar em violência doméstica.

O perfil do adolescente agressivo e maltratado, delineado nesta pesquisa, é o de um jovem do sexo masculino, mais velho em relação aos colegas, que estuda e trabalha, agressivo com os irmãos e procedente de famílias rígidas e de baixa renda. No Brasil, o adolescente maltratado apresenta um perfil onde se destacam a baixa escolaridade, a baixa renda, a pouca qualificação profissional e a cor negra (Minayo e Assis, 1993).

Possivelmente, alguns dos fatores que desencadeiam comportamento agressivo sejam os mesmos que provocam punição física, embora tenha se descartado, através do

modelo de regressão logística, a possibilidade de que *algumas* destas variáveis - sexo, idade, agressividade com irmãos - pudessem estar atuando como fatores de confusão.

Já foi estabelecida a ligação entre abuso físico e desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos: baixa auto-estima, desajustamento social, falência escolar, uso de drogas e suicídio (Bayatpour e cols., 1991). Crianças abusadas fisicamente também poderão apresentar raiva, ódio, falta de controle dos impulsos e maior quantidade de comportamentos agressivos (Gil, 1990). Embora a relação entre punição física e agressividade tenha sido apontada em trabalhos como os acima mencionados, outros autores consideram que não tem sido preocupação dos pesquisadores que trabalham com problemas comportamentais na adolescência estabelecer relação entre abuso de crianças e problemas emocionais, e a violência doméstica não tem sido citada como fator de risco para distúrbios emocionais em jovens (Assis, 1991). Este trabalho foi realizado na perspectiva de buscar conexões entre o comportamento agressivo em adolescentes e a história de violência na vida destes jovens. Confirmou-se a hipótese inicial de que alunos agressivos na escola poderiam estar sinalizando que algo não está indo bem no contexto familiar. E que este algo pode ser a violência doméstica.

Além do elevado percentual de punição física que a população estudada está exposta, pode-se verificar assim como outros autores, *“as múltiplas expressões da violência estrutural que subjazem todos os instantes de vida desta população. É a pobreza vista da casa do vizinho e vivenciada no próprio lar; é o abandono generalizado da escola, do bairro, da família, ou de si mesmos. É enfim, a violência do descaso a que toda esta população está submetida”* (Assis, 1991, p.154). Estes aspectos foram os mesmos observados pela autora na escola de periferia. Por outro lado, nas famílias da escola particular, onde não existe a falta de recursos materiais, muitos adolescentes são deixados por sua própria conta, negligenciados e solitários. Alguns deles sofrem excessiva pressão de desempenho, tornando-se pequenos executivos, assoberbados pelos horários escolares e por outras atividades de complementação. Além disso, não existe dentro das famílias espaço para discussão e reflexão, as regras são as dos pais, que sempre têm razão *a priori*.

A dominação e o autoritarismo perpassam todos os espaços da vida dos adolescentes. A violência física incorporada nos castigos e práticas educativas é apenas um dos seus aspectos. Estão expressas nas discriminações de gênero, idade e raça, no discurso dos professores, na conduta das escolas, evidentemente mais acentuada no colégio público - *“eles não se interessam pelo desempenho escolar de seus filhos”*- na submissão das mulheres às condutas punitivas dos maridos - *“ele tem a mão pesada”*. O adolescente, nesta sociedade, é um indivíduo sem consciência dos seus direitos. Assim, este padrão ideológico de autoritarismo, dominação e violência é assumido e vivenciado como o habitual, o correto, o normal.

A introjeção destas normas ficou evidente até na forma de interagir destes jovens, que se mostraram reticentes, lacônicos, mais temerosos de se expor que os adultos. Também ficou explícito que nas famílias punitivas havia menos flexibilidade e diálogo, maior rigidez nas relações interpessoais, além de maior quantidade de conflitos e agressões entre irmãos. Houve adolescentes violentamente punidos que esconderam este fato, eles justificaram o abuso que sofrem sentindo-se merecedores das punições, embora houvesse também os que denunciaram a violência a que estão expostos.

“Eu apanhava do pai, da madrasta e da mãe também. Eu era o saco de pancadas da mãe. Quando ela se irritava batia em mim porque os outros eram menores. Batia minha cabeça na parede”. ABA

Está explícito que o adolescente agressivo na escola é um indivíduo maltratado, quer seja pelo abuso físico de seus pais, pela negligência ou abuso psicológico, quer seja pela violência estrutural da sociedade. É tempo, portanto, de se olhar a violência doméstica e propor formas educativas alternativas no âmbito da escola, da família e da sociedade, para que esta sociedade *“não precise se fundamentar na ética perversa que necessita promover a morte do novo, na figura de seus jovens”* (Kayayan, 1990, p.16).

6.7. A Casa e a Cara das Famílias

“Quero saber se tu gostou da minha vida?” MPA

Este subcapítulo tem por objetivo caracterizar alguns aspectos relacionados ao ambiente onde as pessoas vivem, a aparência física que apresentavam no momento da entrevista, o humor, as expressões, os afetos, em síntese, “a cara das pessoas”. Praticamente todas as entrevistas foram realizadas nas residências da população amostrada, possibilitando conhecer também o ambiente de moradia desta população. Muitas das impressões relatadas neste capítulo foram registradas no Diário de Campo, escrito durante a fase de coleta de dados.

As famílias se preparavam para esperar a entrevistadora. Isso ficava evidente na arrumação da casa, na escolha do vestuário, no preparo de alguma bebida, cafezinho ou chimarrão. Alguns eram efusivos, às vezes havia convites para jantar. No bairro popular, a maioria das entrevistas foi feita na sala de visitas, descrita no Diário de Campo da seguinte maneira:

“Sala de visitas típica do subúrbio: conjunto de estofados feitos em série, almofadinhas de crochê, mesinha de TV, a própria, acessórios kitsch, que vão desde coleção de canecos de chopp, abajures que piscam, estatuetas de gesso, vasos de pneu”.

Também foram realizadas entrevistas em cozinhas, e até num quarto onde o chefe da família preparava-se para dormir após plantão. A entrevistadora entrou pelas casas, foi ao quarto de adolescentes que queriam mostrar-lhe bichos de estimação, filmes que eles

havam produzido, músicas. Mães mostrando móveis restaurados, roupas, pertences de familiares já falecidos, artesanatos, fotos, álbuns de família.

As famílias despertaram os mais variados sentimentos na entrevistadora, prevalecendo a simpatia, sensação calorosa de compartilhar experiências, gostar das pessoas, ouvir suas histórias de vida, sofrer com suas dores, rir de suas piadas. Retira-se do Diário de Campo, algumas das impressões registradas na época.

“O menino é um doce, carinha redonda, sorridente. Cabelo castanho, liso, parece um esquilinho. Aparelho nos dentes. Conta que ele e o pai tem o costume de se cumprimentarem como gaúchos. Pergunto como é, e ele faz comigo. Batemos as mãos e ele grita. Muito legal”. FBNA

“Estamos no gabinete, paredes revestidas de livros: Paulo Freire, Foucault, livros de medicina. Eles são médicos. Ela me conta que também está fazendo uma tese. Mostra pedaços, sugere bibliografias. Casal expansivo, ele é piadista, o menino também. Convidam para jantar. (Onde está a neutralidade?!). FPNA

“Aquele mulher nos seus cinqüenta anos passa uma impressão de dignidade, naquela sala cheia de goteiras, na tarde de sábado, ao lado do valão. Inteira, é uma mulher inteira. Lavadeira num hotel do centro. Rosto de índia, zigomas salientes, cabelo escorrido, conversa devagar, escolhendo as palavras. Sou de religião, explica com gravidade. Saio de lá com muito respeito”. FBA

Em outras ocasiões o sentimento era pena. Ao perscrutar os segredos da família, chegava-se ao nó, à ferida, que podia eclodir inteira ou ficar velada, mal delineada, difusa. Ao tentar esmiuçar melhor, novo ocultamento, as pessoas se fechavam. Ficavam as pistas fugidias de uma história pela metade, cabendo à pesquisadora tentar recompor o todo.

“Eles são loiros, altos, olhos azuis, ricos e bonitos. A casa é lindíssima. Me esperavam com a lareira acesa, abraçados no sofá da sala de estar. O quadro da família feliz. Mas alguma coisa estava em falso: A excessiva formalidade? A violência do menino na escola? O casamento? Ela me pergunta: Será que

meu casamento é só hipocrisia? Será que não é tudo uma farsa?”. FPA

Houve pessoas que aceitaram participar do trabalho mas que na realidade não desejavam se expor. Falaram baixo, longos intervalos de silêncio, respostas quase inaudíveis, às vezes impossíveis de serem transcritas.

Por outro lado, houve os excessivamente falantes, a dificuldade era encerrar a entrevista e ir embora. A sensação que transmitiam era compulsão. Falavam demais, como um vício. Mostravam-se teatrais, sussurravam fazendo confidências, perdiam-se em detalhes, hipocondríacos, relataram minuciosamente doenças de cônjuges falecidos, as próprias. Suspenses, intervalos e digressões, sem significar aprofundamento nos temas.

A empatia cessava quando vinham à tona aspectos perversos presentes em algumas famílias. Punições violentas e famílias com relações sexualizadas entre pais e filhos, foram as situações mais sofridas com as quais a entrevistadora se deparou. Famílias onde os filhos são sacrificados, as pessoas despedaçadas. Nestes casos, o adulto abusivo não desperta simpatia e sim rechaço e frieza. Quando se instala o adultocêntrico poderio parental, o canal de afeto cessa para com o agressor, permanecendo para com o abusado. O sentimento era de impotência em relatos como os de abaixo.

“O adolescente conta uma história contraditória. Ele não é gago, mas arfante, parece que falta o ar. Talvez na casa dele o clima seja irrespirável. O pai mostra-se impenetrável. A mãe... vou gostando dela. Então, ela inspira fundo e fala: Ele me disse que te contou da surra que eu dei nele. Tirei as calças porque senão não adianta, não dói, tu não acha? E assim por diante. Fiquei estatelada, sem saber o que fazer. Foi a primeira vez que pintou o patológico, de cara, sem avisar”. FBNA

“Achei o guri muito pirado: agressivo na escola, quimbandista, cheio de histórias de passes, incorporações, bruxas e demônios. O pai morreu há três anos. Vive com a mãe numa casa desorganadíssima. Fala do aborto da mãe, com quem ele dorme. A cama ensangüentada, eram gêmeos. Dá detalhes inverossímeis acerca dos fetos: unhas e cabelos, dentes e sexo.

Ele é punido fisicamente: apanha de relho, de sarrafo, de pau”.
FBA

Outro aspecto que aflorou foi o da eclosão de sentimentos semelhantes aos dos entrevistados. Ao compartilhar experiências de vida semelhantes, ou na presença de relatos tão dramáticos, o sentimento que brota é solidariedade. “*Gostei de todos eles*”, está anotado no diário.

E agora a cara das casas, que também fala sobre seus habitantes. Os estudiosos da história de família mostraram que com o aparecimento da família nuclear moderna modificou-se a arquitetura das residências, tornando-as menores, mais íntimas e aconchegantes (Bruschini, 1988). “*A casa, enquanto realidade e emblema, talvez seja o ponto que concentra a representação mais forte da miserabilidade por parte dos entrevistados. Em contraste com a rua, a casa constitui e agrega as esperanças de reconstrução da vida. É por isso que se observa, em todas elas, apesar da extrema escassez, sempre um toque de afeto, toque feminino de reprodução do lar*” (Cruz Neto e cols., 1993b, p.124). Embora esta citação tenha por objeto uma amostra de população de baixa renda, o estudo das casas “*enquanto realidade e emblema*” é pertinente à compreensão de qualquer grupamento social. Na amostra trabalhada, encontrou-se os mais variados tipos de residências, desde as normais, as neutras, as aconchegantes até as excessivamente desorganizadas.

As casas desorganizadas foram encontradas tanto entre as famílias da periferia quanto nas de classe média. Expressavam a confusão, a angústia e a dor de seus moradores. Não eram necessariamente pobres, embora na favela seja mais difícil livrar-se deste padrão de organização. Ambientes pesados, úmidos, excessivamente suntuosos, barrocos e escuros. O clima é carregado, tenso, irrespirável.

“Na casa uma anarquia atroz. Pilhas de louça para lavar, cortina esfrangalhada separando as duas peças. Na peça da frente, cacos, de coisas, de uma bicicleta. Na outra, cozinha e quarto juntos. Copos, restos de comida pelo chão, embaixo da poltrona em que sentei. A cama de casal, partilhada pela mãe e filho adolescente, ainda por fazer. Aparelho de som,

moderníssimo, contrastando com o ambiente. Tudo rasgado, desmazelado, aos pedaços. Famílias em pedaços?”. FBA

Outro padrão é o das casas assépticas, neutras, em que não aparece a personalidade de seus donos. Parece que os móveis e utensílios foram despejados da loja e permaneceram no lugar em que o carregador os colocou. Muitas vezes, escrupulosamente limpas. Espelham frieza. Apareceram nas famílias das duas escolas.

“O apartamento decorado com móveis caros. Na parede quadros produzidos em série. Flores artificiais. Cristais, pratas, frisos dourados, rococós. Gélido. Só aparência. Nada pessoal. Será que o pessoal dói tanto que tem que ficar escondido?”. FPNA.

As mais simpáticas foram as casas personalizadas, aconchegantes e calorosas, em que os usuários imprimem sua marca pessoal, que pode ser um vaso de flores, um retrato, uma trepadeira no jardim, uma cortininha na janela. Casas suntuosas ou bangalôs da vila, elas têm gravada a alma de seus donos e propiciam uma sensação cálida de bem-estar. Não é necessário que estejam muito limpas ou organizadas. Elas dão uma impressão de uso, de funcionamento. Às vezes, são livros esparramados, que estão sendo lidos; uma máquina de costura ou furadeira; um cachorrão peludo, bicicletas das crianças ou bolinhos feitos na hora.

“A casa é despojada e funcional, com livros, bicicletas, cheiro de comida, agasalhos num cabide e uma máquina de costura em funcionamento (ela costura!)”. FPNA

6.8. Limitações do Estudo

“Eu não sei se tu consegues atingir além da casca da superficialidade”. PPA

Este estudo possui algumas limitações. Talvez a primeira delas tenha sido a de aventurar-se por uma área praticamente desconhecida para a autora: a epidemiologia da violência. Além disso, um estudo com incursões pela psiquiatria e diagnóstico de famílias. A violência é um assunto com inúmeros referenciais teóricos, biologicistas, psicologicistas, sociológicos. Cercado de tabus e preconceitos, é um tema de investigação complexo, com múltiplas facetas. Esta pesquisa pecou por não realizar uma investigação exaustiva de todos os modelos teóricos existentes. Foram identificados alguns destes modelos optando-se por alinhar-se ao referencial que considera a violência um fenômeno em rede, dentro de um enfoque interdisciplinar.

Outro ponto vulnerável foi o diagnóstico de agressividade. Assim como os conceitos de violência, multiplicam-se as definições de agressividade e variam de acordo com o referencial teórico do pesquisador. O critério de caso adotado talvez tenha ficado muito aberto, permitindo que fossem incluídos alunos que não se adequavam totalmente à definição inicial. Durante o transcurso da pesquisa, as orientadoras do SOE manifestaram dificuldade para encontrar o total de alunos dentro dos critérios originais de seleção. Assim, foram incluídos alunos moderadamente agressivos, e estes casos eram mais suscetíveis de controvérsias, inclusive entre as próprias professoras. Idealmente, o estudo deveria ser realizado apenas com os adolescentes manifestadamente agressivos ou violentos. No entanto, mesmo trabalhando com alguns casos leves, apareceu associação entre as variáveis principais do estudo.

Os alunos que serviram como controles, os não-agressivos, também foram selecionados pelas professoras, passando outra vez pelo critério e subjetividade das mesmas. Teria sido um procedimento mais aleatório selecionar os controles pela lista de chamada, utilizando-se os alunos que seguiam imediatamente os casos. Na seleção de alguns controles pareceu que as professoras indicaram situações bizarras, alunos não-representativos da média, alguns extremamente tímidos ou inteligentes, filhos adotivos, alguns com altura inferior aos colegas da mesma idade, outros portadores de problemas emocionais.

Outra limitação foi a classificação dos atos punitivos e da dinâmica das famílias. Para diminuir a subjetividade da investigadora, as classificações foram realizadas em conjunto com a professora orientadora e a consultora. Mesmo assim, pode ter ocorrido tendenciosidade. Por exemplo, as famílias punitivas tiveram uma probabilidade maior de serem classificadas como rígidas. Além disso, as famílias flexíveis foram mais prevalentes entre a população de maior renda, e este fato pode ter acontecido devido à identificação de classe da entrevistadora, tendendo a categorizar como flexíveis os seus iguais. Por outro lado, as famílias do bairro popular estão submetidas a uma quantidade maior de fatores estressantes - pobreza, desemprego, más condições de vida - e estes acontecimentos refletem-se na estrutura e organização familiar.

A punição física grave, variável principal desta pesquisa, foi definida a partir da existência de normas educativas que incorporavam castigos físicos. Os episódios punitivos podiam ser repetidos ou mesmo únicos, nestes casos um evento contundente, de punição drástica. Aceitou-se como verdadeiros todos os relatos de punição física, mesmo sabendo que em algumas situações podia haver exacerbação dos fatos por parte dos filhos tentando culpabilizar os pais ou por parte de cônjuges, principalmente casais separados, querendo incriminar o parceiro. Também pode ter havido subenumeração de casos, por ocultamento, omissão ou negação de eventos violentos.

Este foi um estudo exploratório e, portanto, não utilizou uma amostra representativa da população. Mesmo trabalhando com uma amostra pequena, a hipótese principal do trabalho foi confirmada.

Outro aspecto a considerar é a validade externa do estudo, já que trabalhou-se com uma amostra pequena de adolescentes. Não se pode generalizar os resultados obtidos para o município de Porto Alegre, embora tenha ficado evidente o quanto a punição física é um comportamento usual em famílias consideradas “normais” desta cidade, já que não se trabalhou com população considerada de risco para o problema: adolescentes institucionalizados, famílias faveladas ou meninos de rua, onde certamente a presença de atos abusivos deve ser maior.

Talvez, a temeridade maior desta investigação tenha sido a de embrenhar-se na pesquisa qualitativa, utilizando um instrumento aberto para coleta de dados. Várias vezes a autora questionou-se: Como trabalhar os discursos, os depoimentos, a riqueza das expressões, as falas tristes, as cruéis, as bem-humoradas? Como não perder a complexidade e a riqueza do individual e conseguir generalizar?

A autora percebe que em vários pontos a costura está precária, correndo o risco de desfazer-se, em outros foram feitas amarrações esdrúxulas de teorias estruturalmente antagônicas. Há momentos que a descrição, que se desejava densa, não passa de uma aquarela, em que ao buscar-se a alma pescou-se apenas a casca. Mas a pesquisa é um mergulho em que cada um vai até onde pode, e ao dar-se conta das situações-limite, salta-se outra vez, ilumina-se com outra lanterna, volta-se ao ponto de partida e o começo ou o pesquisador já não são mais os mesmos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... não me peça exatidão porque vou cometer erros, muita coisa eu me esqueço ou se distorce, não guardo lugares, datas, nem nomes; em compensação, nunca deixo escapar uma boa história”.

Isabel Allende

Esta tese constituiu-se numa longa, extenuante e bela jornada. Nela, a pesquisadora sentiu-se mudar, transformando-se no contato com o sofrimento das pessoas, angustiando-se ao se deparar com suas próprias falhas, preconceitos e limitações; incorporando as vivências, as emoções, as histórias de seus entrevistados, sorrindo ao ouvir seus relatos engraçados, em suma, carregando-os consigo.

Esta pesquisa confirmou a idéia inicial de que adolescentes agressivos na escola teriam experimentado mais episódios de violência doméstica do que os não-agressivos. Contudo, o mais estarrecedor foi verificar o quanto a punição física das crianças está disseminada na sociedade e é aceita como prática disciplinar de jovens e adolescentes.

Alguns achados de outras pesquisas foram confirmados neste estudo, como a relação entre agressividade, punição física e o sexo masculino. Outras associações relatadas na literatura não se verificaram.

Caberia, para finalizar, abordar aspectos referentes a três temas considerados fundamentais dentro da pesquisa: o adolescente, a família e as transformações que ocorreram na própria autora.

Entrevistar os adolescentes foi mais difícil que entrevistar adultos. Talvez porque os adultos sejam mais verbais, enquanto os adolescentes utilizam linguagem não-verbal, expressões fisionômicas, gestos, cacoetes. Também são mais tímidos e desconfiados,

temerosos de serem delatados. São menos poderosos dentro da hierarquia familiar e social, e sabem disso. Não foram consultados pelos pais e professores, com raras exceções, sobre o interesse e a disponibilidade em participar da pesquisa; alguns deles pediam informações sobre o projeto de pesquisa, mas a maioria limitava-se a responder as perguntas.

Estes adolescentes são aculturados pelos adultos, cooptados, punidos fisicamente, pressionados verbalmente, chantageados pelos pais ou familiares com os quais vivem. Tudo em nome da socialização, do bom desempenho escolar, das responsabilidades. Enfim, “para o próprio bem deles”. Os adultos declararam-se plenos de boas intenções, mesmo quando estão sendo violentamente punitivos e cruéis. Estas constatações levaram a autora, sentindo-se solidária com estes jovens, tantas vezes tão desprotegidos, a modificar a denominação inicial do estudo: “Por que nossos adolescentes são tão agressivos?” para o agora evidente: “Por que somos tão agressivos com nossos adolescentes?” que tornou-se o título de passagem durante o transcurso da tese e que iria desembocar no: “Famílias em pedaços”, quando a autora tropeçou num fragmento do Diário de Campo e compreendeu que finalmente havia chegado à palavra síntese.

Restava ainda a percepção da necessidade de entendê-los melhor e descobrir outras abordagens de trabalho de maior efeito. Ou talvez apenas gostar deles.

Em relação às famílias, esta pesquisa permitiu caracterizar o grupo de baixa renda pertencente à escola do bairro popular, mas também as famílias de classes média e alta da cidade de Porto Alegre. Acreditava-se que este último grupo seria mais recalcitante em relação à pesquisa, porém este fato não ocorreu. Está anotado no Diário de Campo:

“Estudar as famílias e suas peculiaridades. Um olhar apenas, espiando através das máscaras, dos biombos, das cortinas. Um olhar ao porta-retratos, à sala de visitas. O espetáculo da família reunida. Ódios, palavras não ditas, silêncios venenosos. A palavra que se repete, o ato falho, refrões travessos. As rasuras, as fraturas, as feridas do discurso. Saberei fazê-lo?”.

A fantasia inicial de que as famílias se recusariam a participar do trabalho ou se calariam, de que o homem seria o membro mais arredio nas entrevistas, não se confirmou. Não só as pessoas participaram como se sentiram aliviadas com isso e muitas agradeceram a oportunidade de participar do trabalho.

“Acho que você é mágica: me fazer falar sobre minha vida sexual!” PPA

Algumas pessoas expressaram dúvidas em relação à profundidade e/ou fidedignidade das respostas, embora este questionamento pudesse significar uma reflexão sobre o processo de trabalho.

“Olha, é engraçado. Na verdade, perguntas coisas bem pessoais. Já pensou se eu desse pau nele ia ter que te contar e é uma coisa horrível. Ou ia ter que mentir que também é uma coisa horrível. Eu tenho uma relação com uma pessoa que quer se desenvolver intelectualmente. Tu não ia me tirar pedaços. Ia fazer alguma pergunta indiscreta. Mas trabalho científico é trabalho científico. Eu não sei se tu consegues atingir além da casca da superficialidade. Se tu consegues ultrapassar a couraça das defesas...”. PPA

Desta experiência ficou a percepção clara de que o trabalho com o adolescente agressivo deve ser realizado junto com a família. O adolescente com comportamento violento está denunciando alguma coisa, uma situação insustentável dentro de casa, quer seja maus-tratos, abuso sexual, solidão, dor. Tratá-lo em separado ou puni-lo são medidas paliativas. Articulando-se com a família, a escola e a equipe de saúde somam esforços e, certamente, muitos nós poderão ser desatados. O papel do professor é valioso: identificando casos, encaminhando, ouvindo a família, apontando medidas. Começa aqui a atuação interdisciplinar.

“O desenvolvimento de políticas sociais focalizadas sobre a família teria por finalidade reforçar o modo de vida familiar que congrega no seu interior as crianças e os adolescentes. É preciso ter claro que, ao se questionar sobre a situação de vida da

família, descortina-se toda uma rede de relações contraditórias e conflituosas entre os seus componentes. No entanto, o intuito não é reforçar a família enquanto um mito ou uma instituição salvadora. Ela continua representando um elo que pode ser reforçado para a superação de variados problemas que são colocados para todos nós no presente momento” (Cruz Neto e cols., 1993b, p.124).

Finalizando, caberia comentar a mudança interna que ocorreu na pesquisadora. Nesta tarefa de coletar histórias de vida, compartilhar emoções, dores e segredos, muitos foram os sentimentos que brotaram, porém, “... se invadi estas pessoas fui, concomitantemente, invadida por elas. Em suma, sei que infringi normas de imparcialidade na coleta dos dados. Em alguns casos esse procedimento não parece ter afetado o comportamento dos informantes enquanto que em outros revelou ser inconveniente. Portanto, parece-me que o ponto central não é como proceder para atingir a imparcialidade mas antes o de explicitar, sempre que possível, o modo como foi conduzido o trabalho de campo” (Salem, 1979, p.63).

O interesse manteve-se até o fim, até a última família. No processo de coleta de dados ficou claro que não interessava o que o entrevistado fosse - médico, advogado ou juiz - no momento da entrevista ele queria mais era falar. O entrevistador - como um mensageiro, um anjo ou um comedor de pecados - ouve, isento de julgamentos e carrega consigo os problemas, propiciando algum alívio, mesmo que temporário. E também leva junto uma reflexão, uma dúvida, um *insight*, uma história, um pedaço de vida, um quebra-cabeças.

Estas histórias, tantas, estas famílias inteiras e aos pedaços, estes adolescentes machucados, tristes, marcados, estas dores e também as alegrias, foram fermentando na cabeça e no coração da pesquisadora para torná-la uma outra pessoa. A constatação da universalidade dos temas, “a lágrima na pele branca na pele escura”, o cinto que corre, a culpa, os preconceitos do lado de lá, do lado de cá, as tramas, a impotência e o começar de novo, porque sem dúvida, chega-se à parede dos próprios limites. Limites que são o novo ponto de partida.

8. POSFÁSCIO

“Doença, cadeia, pobreza, alcoolismo - eu tive que experienciar tudo isso por mim mesmo. O pecado faz o mundo girar. Você não pode ser tão imutável, tão inumano tentando ser puro, como se sua alma estivesse embrulhada num saco plástico durante todo o tempo. Você tem que ser ambos, deus e o diabo. Ser homem curandeiro significa estar exatamente no meio da confusão e não se defender dela. Significa experienciar a vida em todas as suas fases. Significa não ter receio de ser profundamente marginalizado e bancar o bobo uma vez ou outra. Isto também é sagrado”.

John Fire

Esta história, este texto, esta construção teórica, não representa apenas o trabalho intelectual, a tese engomada, bem comportada, retida na rígida armadura do método, do rigor científico. Ela é mais que isso, encerra ao lado do logos, da razão, do discernimento apolíneo, um balanço de vida, um pesar/repesar de valores, da minha própria história de vida. Osiris e Tot com a balança de pesar as almas. Estão mesclados e são, sem a menor sombra de dúvida, de igual importância os elementos dionisiacos, inferiores, submersos. Eles estão representados pela emoção que me acompanhou em todo o percurso mesmo quando na forma e dor e de luto. E também pelo entusiasmo e pelo êxtase - estas duas palavras entendidas no sentido dos gregos, ou seja, estar com deus.

A paixão pelo objeto de trabalho. Este lado também tem a ver com a identificação - sempre presente na minha vida particular e profissional - com os humildes, com os menos favorecidos na hierarquia social, principalmente as mulheres e as crianças. Que precisavam, outra vez vir à tona, para que a integridade fosse obtida, para que eu pudesse enfim assumir o arquétipo do curador ferido.

Com esta história reafirmo e celebro antigos valores integrados aos novos: a não neutralidade do método (sem descuidar do rigor), a paixão pela obra (a opus dos alquimistas), os estudos no campo da psicologia e antropologia (modestamente) que correram paralelo, autodidatas. Às vezes me embrenhando em terreno estéril, outras me atolando em pantanais.

Gostaria de integrar estas diferentes áreas temáticas num todo. Cada vez mais fica claro que o conhecimento é único, as diferentes linguagens são apenas diferentes formas de percebê-lo. Gostaria também que não fosse ácido, pernóstico, hermético ou maçante. Outra vez citando Rubem Alves, que esta leitura lhes seja amena, "*Que a ciência lhes seja alegre, como empinar papagaios!*".

Esta caminhada, sem dúvida, mexeu, transformou, modificou-me como pesquisadora, como profissional, como mulher, em síntese, citando um de meus entrevistados, "*me fez melhor como ser humano*". Fez pensar e repensar, refletir, perceber a universalidade das emoções humanas. Às vezes, impotente e pequena, outras, solidária e com a esperança do tamanho do mundo. Relativizar as dores do particular na tapeçaria do coletivo. Porque este trabalho foi realizado também pela sensação de ser uma mulher vitimizada. O sentimento de violação tem estado presente nos mitos do feminino em diferentes culturas. E impregna minha própria história de vida e de minhas filhas. Este trabalho possibilitou a elaboração desta dor e deste luto, por meio da identificação com as dores e os lutos alheios. Permitiu que eu finalmente pudesse perceber, como na fala da terapeuta, a diferença entre a heroína e a vítima: "*... tenho encontrado pessoas que subsistiram a infâncias cheias de derrotas, crueldade ou abuso sexual. Apesar de todo o mal que experienciaram, elas sentiram compaixão pelos outros. A experiência traumática deixou sua marca. No entanto, uma natureza de confiança, capacidade de amar e confiar e um sentimento de si mesmas sobreviveu. Enquanto eu conjeturava porque, comecei a compreender a diferença entre a heroína e a vítima*" (Bolen, 1990, p.280).

Em primeiro lugar surgiu a idéia, alma insatisfeita querendo se fazer claridade. Depois separar os grãos - a primeira tarefa de Psiquê. Classificar, organizar, discernir, separar o útil do imprestável. Curvar-se à realidade sem deixar morrer o criativo, o pessoal.

Criar metáforas para explicar a vida - porque a ciência não passa também de uma outra metáfora que inventamos. Transitar pelo espartilho da disciplina sem deixar fugir a centelha. Ah! E fazer amigos, muitos amigos. Carregar as pessoas pela vida, misturadas às nossas próprias histórias.

“Ah! O projeto, é claro, tem um tom heróico. Mas como imaginar projetos exceto como projeções heróicas, como redentores, culturalmente libertadores. O projeto suspenderia a vida humana de suas erranças e mistérios labirínticos sempre em direção a algo mais-que-humano, às vezes animal, às vezes alquímico, às vezes cultural, às vezes mítico. Ele devolveria o insight às suas origens, no momento epifânico, ou mesmo teofânico, autenticando a interpretação com a verdade da beleza e a repentina alegria do reconhecimento, verdade e beleza como uma coisa só. De fato, o impulso é heróico porque é tão furiosamente anti-humanista, como se filho de uma divindade, e como um desejo de devolver todas as coisas àquela divindade e ainda assim, tão igualmente heróico, porque o outro pai é humanamente mortal, ingênuo, tolo, ancorado no mundo rotineiro da comunidade e da polis” (Kerényi e Hillman, 1995, p.67).

Sem dúvida, na ação/reflexão garimpa-se muito seixo, mas garimpando o cascalho, talvez se possa vislumbrar a própria alma. No fim da jornada, ou quem sabe, “na metade do caminho”, percebo que, no transcurso da tarefa, obtive um pequeno, frágil, fugidio e volátil fragmento de conhecimento da mesma natureza, acredito, daquela força que “*move o sol e as estrelas!*”.

9. BIBLIOGRAFIA

Aberastury A, Knobel M. *Adolescência Normal*. 9. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981:92.

Ajuria-Guerra J. *Manual de Psiquiatria Infantil*. Barcelona: Toray Masson, 1973:969.

Ammerman RT, Van Hasselt VB, McGonicle JS, Wbetski MJ. Abuse and neglect in psychiatrically hospitalized multihandicapped children. *Child Abuse Negl*. 1989;13:335-43.

American Psychiatric Association. *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM-IV*. Washington: American Psychiatric Association, 1994:623-7.

Assis SG. *Quando Crescer é um Desafio Social: Um Estudo Sócio-Epidemiológico sobre Violência em Escolares em Duque de Caxias, Rio de Janeiro*. /Dissertação de mestrado/ Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1991. 179p.

Associação Americana de Psiquiatria. *Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais - DSM-III*. 3. ed. São Paulo: Associação Psiquiátrica Americana, 1989:464.

Azevedo MA. *Mulheres Espancadas. A Violência Denunciada*. Rio de Janeiro: Cortez, 1989:176.

Azevedo MA, Guerra V. *Crianças Vitimizadas. A Síndrome do Pequeno Poder*. São Paulo: Iglu Editores, 1990:210.

Badinter E. *Um Amor Conquistado. O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986:370.

Barroso C, Bruschini MC. Sofridas e mal pagas. *Cad Pesq São Paulo*. 1981;37:39-43.

Bayatpour M, Wells R, Holford S. Physical and sexual abuse as predictors of substance use and suicide among pregnant teenagers. *J Adolesc Health*. 1992;13:128-32.

Bendler J, Silver M, Haber M, Sargent J. *Doença Mental, Caos e Violência: Terapia com Famílias à Beira da Ruptura*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994:214.

Blank D, Eckert G. *Pediatria Ambulatorial: Elementos Básicos e Promoção à Saúde*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1990:124.

Blomhoff S, Seim S, Friis S. Can prediction of violence among psychiatric inpatients be improved? *Hosp Community Psychiatry*. 1990;41:771-5.

Bolen JS. *As Deusas e a Mulher. Nova Psicologia das Mulheres*. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 1990:417.

Brandão J. *Mitologia Grega*. vol. 2. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1991:335.

Briere J, Kunz M. Differential adult symptomatology associated with three types of child abuse histories. *Child Abuse Negl*. 1990;14:357-64.

Breiting VB. Injuries to deliberate violence in areas of Denmark. *Forensic Sci Int*. 1989;41:285-94.

Browne K. Assessing pathological parenting: difficulties and solutions. *VII Congresso Internacional sobre Prevenção ao Maltrato e Negligência na Infância*. Rio de Janeiro, 1988. s.p.

Bruschini MC. *Estrutura Familiar e Vida Cotidiana na Cidade de São Paulo*. /Tese de doutoramento/ São Paulo: Universidade de São Paulo, 1988. 405p.

Bullock LF. Breaking the cycle of abuse: how nurses can intervene. *J Psychosoc Nurs Ment Health Serv*. 1991;27:11-13.

Caputti Filha A. *A Vítima: Uma Contribuição ao Estudo de seus Aspectos Psicológicos*. /Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Psiquiatria/ Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1981. 25p.

- Celia S. O adolescente borderline e sua família: relações internas e externas. *Rev Psiq RS*. 1990;12:34-8.
- Chess S, Hassibi M. Distúrbios de conduta. In: Chess S, Hassibi M, eds. *Princípios e Práticas de Psiquiatria Infantil*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982:91-166.
- Creighton SJ. An epidemiological study of abused children and their families in the United Kingdom between 1977 and 1982. *Child Abuse Negl*. 1985;9:941-8.
- Correa M. *Os Crimes de Paixão*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981:85.
- Correa M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: Almeida MS, ed. *Colcha de Retalhos - Estudos sobre a Família no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982:1-38.
- Costa J. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983:282.
- Criville A. Child physical and sexual abuse: the role of sadism and sexuality. *Child Abuse Negl*. 1990;114:121-7.
- Cruz Neto O, Souza ER, Assis SG. Rede familiar: a reconstrução pela desconstrução. In: Minayo MC, ed. *O Limite da Exclusão Social: Meninos e Meninas de Rua no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993a:65-98.
- Cruz Neto O, Souza ER, Assis SG. Entre o determinismo e a superação: algumas considerações. In: Minayo MC, ed. *O Limite da Exclusão Social: Meninos e Meninas de Rua no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1993b:117-24.
- Deslandes S. *Maus-tratos na Infância: Um Desafio para o Sistema de Saúde*. /Dissertação de Mestrado/ Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1991. 213p.
- Deslandes S. Atenção a crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica. *Cad Saúde Públ. Rio de Janeiro*, 1994;10 (supl.1):177-88.
- Dodge KA, Bates JE, Pettit GS. Mechanisms in the cycle of violence. *Science*. 1991;250:1678-83.

- Dolto F. *A Causa dos Adolescentes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990:289.
- Dyson JL. The effect of family violence of children's academic performance and behavior. *J Natl Med Assoc*. 1990;82:17-22.
- Engels F. *La Origen de la Familia, la Propriedad y el Estado*. 9. ed. Buenos Aires: Claridad, 1971:207.
- Engels F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1985:391.
- Falceto OG. Diagnóstico psiquiátrico de família. *Rev Psiq RS*. 1989;11:131-6.
- Falceto O, Aerts D, Fernandes CN, Wartchow EL. Estrutura e dinâmica familiar. In: Duncan B, Schmidt MI, Giugliani ERJ, eds. *Medicina Ambulatorial: Condutas Clínicas em Atenção Primária em Saúde*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996:65-76.
- Farrington OP. Early predictors of adolescent aggression and adult violence. *Violence-Vict*. 1989;4:79-100.
- Fagan J, Wexler S. Crime at home and the streets: the relationships between family and strange violence. *Violence-Vict*. 1987;2:5-23.
- Fernandez A. *A Inteligência Aprisionada: Abordagem Psico-Pedagógica Clínica da Criança e sua Família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990:261.
- Fernandez A. Agressividade: qual é o teu papel na aprendizagem? In: Grossi E, ed. *Paixão de Aprender*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992:97-102.
- Fonseca C. A circulação de crianças em grupos populares de Porto Alegre: um estudo de processos jurídicos de apreensão de menores. *Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Ciências Sociais*. Campos do Jordão, 1986:41.
- Fonseca C. Bandidos e mocinhos: antropologia da violência no cotidiano. *Humanas: Revista do IFCH. Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 1993;16:67-89.

Fonseca N, Lau MI, Farinatti F. Maus-tratos à crianças. *In: Duncan B, Schmidt MI, Giugliani ERJ, eds. Medicina Ambulatorial: Conduas Clínicas em Atenção Primária em Saúde.* 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996:149-53.

Fontana V. The diagnosis of the maltreatment syndrome in children. *In: Cook JV, Bowles RT, eds. Child Abuse - Comission and Omission.* Scarborough: Buttworth and Company Ltda, 1980:69-72.

Forchand R. The role of the family stressors and parent relationships on adolescent functioning. *J Amer Acad Child and Adolesc Psychiatry.* 1991;30:316.

Franco SA. Violencia, cidadania y salud publica. Conferência. *II Congresso Brasileiro de Epidemiologia.* Salvador: ABRASCO, 1995:1-24.

Freire P. *Pedagogia do Oprimido.* 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984:218.

Freitas EL. Adolescência: o normal e o patológico. *In: Celia S, ed. Temas do VII Congresso da ABENEPI. A Criança e o Adolescente na Década de 80.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1983:72-95.

Freud A. *Psicoanálisis del Desarrollo del Niño y del Adolescente.* Buenos Aires: Paidós, 1976:203.

Gama E. Motivação da realização da mulher e seus conflitos. *Rev Cultura UFES Vitória.* 1979;5:5-19.

Gelles R. Violence toward children in United States. *In: Cook JV, Bowles RT, eds. Child Abuse - Comission and Omission.* Scarborough: Buttworth and Company Ltda, 1980:35-48.

Gelles R. Child abuse and violence in single parentes families: parent absence and economic deprivation. *Am J Orthopsychiatry.* 1989;59:492-501.

- Gil E. *Treatment of Adults Survivors of Childhood Abuse*. California: Sage Publications, 1990:283.
- Goldemberg P, Medrado MA, Pasternostro MA. La violencia contra la mujer: una question de salud. *Cuadernos Medico-Sociales*. 1988;44:47-91.
- Gomes R. A violência enquanto agravo à saúde de meninas que vivem nas ruas. *Cad Saude Públ. Rio de Janeiro*. 1994;10(supl.1):156-67.
- Goodwin M, Roscoe B. Sibling violence and agonistic interations among middle adolescents. *Adolescence*. 1990;25:451-7.
- Green AH. Child maltreatment and its victims. *Psychiatr Clin North Am*. 1988;11:591-610.
- Grosman C, Masterman S, Adamo M. *Violencia en la Familia*. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1989:412.
- Graciano M. Contribuições da psicologia contemporânea para a compreensão do papel da mulher. *Cad Pesq Fund Carlos Chagas*. 1975;15:145-50.
- Guerra V. Violência doméstica contra crianças e adolescentes e políticas de atendimento: do silêncio ao compromisso. *Rev Bras Cresc Des Hum*. 1992;11:75-96.
- Jaffe P. Family violence and child adjustment: a comparative study analisis of girl's and boy's behavioral symptoms. *Am J Psychiatry*. 1986;143:71-96.
- Jason J. Centers for Disease Control and epidemiology of violence. *Child Abuse Negl*. 1984;8:279-83.
- Kalina E. Psiquiatria da adolescência. In: Kalina E, ed. *Psicoterapia de Adolescentes: Teoria, Técnica e Casos Clínicos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986:9-28.
- Kaplan H, Sadock B. Condições não atribuíveis a um transtorno mental. Kaplan H, Sadock B, eds. *Compêndio de Psiquiatria*. 6. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993:577-87.

- Kashani JH, Shepperd JA. *Agression in adolescents: the role of social support and personality. Can J Psychiatry.* 1990;35:311-5.
- Kayayan A. Violência e saúde. *Cadernos da Nona: Descentralizando e Democratizando o Conhecimento. IX Conferência Nacional de Saúde* Brasília: Universidade Nacional de Brasília, 1992:13-7.
- Kempe R, Kempe H. *Child Abuse.* Suffolk: Fontana Paperbooks, 1983:157.
- Kerényi K, Hilmann J. *Édipo e Variações.* Rio de Janeiro: Vozes, 1995:128.
- Kolb L. Distúrbios da conduta na infância e adolescência. *In: Kolb L, ed. Psiquiatria Clínica.* 8. ed. Rio de Janeiro: Inter-Americana, 1977:498-518.
- Koury MG. A imagem do pobre perigoso. *Cadernos do CEAS.* 1989;123:14-7.
- Kupersmidt JB, Coie JD. Preadolescents peer status, aggression and school adjustment as predictors of externalizing problems in adolescence. *Child Dev.* 1990;61:1350-62.
- Langley R, Levy R. *Mulheres Espancadas.* São Paulo: Hucitec, 1980:238.
- Lapouse R. The epidemiology of behavior disorders in children. *Am J Dis Child.* 1986;111:594-9.
- Leonard L. *A Mulher Ferida.* São Paulo: Saraiva, 1991:218.
- Levinson D. *Family Violence in Cross Cultural Perspective.* vol. 1. California: Sage Publications, 1989:145.
- Lewis J. A família do paciente. *In: Usdin G, Lewis J, eds. Psiquiatria na Prática Médica.* Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1981:68-9.
- Ludke M, Andre M. *Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.* São Paulo: EPU, 1986:99.

Ludolph PS, Westen D, Misle B, Jackson A, Wison J, Wiss FC. The borderline diagnosis in adolescents : symptoms and developmental history. *Am J Psychiatry*. 1990;147:470-6.

Masterson J. The psychiatric significance of adolescent turmoil. *Am J Psychiatry*. 1968;124:1549-54.

Meneghel SN. Vigilância das principais causas de óbito prematuro. *Boletim da Saúde. Porto Alegre*. 1986;13:34-6.

Minayo MC. A violência na adolescência - em foco a adolescência descamisada. *Cad Saúde Públ. Rio de Janeiro*. 1990a;6:278-92.

Minayo MC. *Bibliografia Comentada da Produção Científica Brasileira sobre Violência e Saúde*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, 1990b:161.

Minayo MC. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa na Saúde*. Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992:270.

Minayo MC. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cad Saúde Públ. Rio de Janeiro*. 1994;10(supl.1):7-18.

Minayo MC, Assis S. Violência e saúde na infância e adolescência: uma agenda de investigação estratégica. *Saúde em Debate*. 1993;39:58-63.

Minayo MC, Assis S. Saúde e violência na infância e adolescência. *Jornal de Pediatria*. 1994;70:263-6.

Neuburger L. Violenza i violenza sessuale nel'adolescente. *Minerva Pediatr*. 1990;42:119-24.

Oates RJ. Personality development after physical abuse. *Arch Dis Child*. 1984;59:147-50.

Offer D, Sabshin M. The psychiatric and the normal adolescent. *Arch Gen Psychiatry*. 1973;9:427-32.

Offer D, Sabshin M, Marcus D. Clinical evaluation of normal adolescents. *Am J Psychiatry*. 1965;121:864-72.

Ojeda ENS, Roberts E, Korin D, Cusminski M. Adolescencia y juventud: aspectos demograficos y epidemiologicos. In: Organização Pan-Americana de Saúde, ed. *La Salud del Adolescente y del Joven en las Americas*. Washington:Organização Pan-Americana de Saúde, 1985:3-19.

Oliven R. *Violência e Cultura no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986:86.

Oliver JE. Sucessive generations of children maltreatment. *Br J Psychiatry*. 1988;153:543-53.

Ortiz MC. A criança enquanto objeto de troca e barganha nas disputas judiciais. In: *VII Congresso Internacional sobre Prevenção ao Maltrato e Negligência na Infância*. Rio de Janeiro, 1988:118.

Osório LC. Síndrome delinqüencial: um estudo sobre a psicopatologia do adolescente. In: Outeiral J, ed. *Infância e Adolescência*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982:74-86.

Osuna E, Luna G. Behavioral at school and social maladjustment. *J Forensic Sci*. 1989;34:1228-34.

Pelton L. Child abuse and neglect: the myth of classlessness. In: Cook JV, Bowles RT, eds. *Child Abuse and Neglect - Comission and Omission*. Toronto, 1980:87-96.

Pieterse JJ. Maltreatment children in the Netherlands: an update after ten years. *Child Abuse Negl*. 1989;13:263-9.

Pollock VE. Chidwood antecedents of anti-social behavior parental alcoolism and physical abusiveness. *Am J Psychiatry*. 1990;147:1290-3.

Raskowski A. *La Matanza de los Hijos*. Buenos Aires: Kargieman, 1970:163.

Rivero-Prado M, Prieto C. Violencia familiar: maltrato a mujer y ao menor, repercusiones en la salud. *Perspectiva*. 1986;3:32-42.

Rubinger MC, Smigay K. Violência contra a mulher - caso de polícia? *Ciência e Cultura*. 1989;38:1530-4.

Rutter M, Grahah P, Chadwick D, Yule W. Adolescent turmoil - fact or fiction? *J Child Psychol Psychiatry*. 1985;17:35-56.

Salem T. Entrevistando famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: Nunes E, ed. *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979:47-64.

Sharma A, Sunderland R. Incidence of child abuse: depends who you ask. *Pediatr Perinat Epidemiol*. 1988;2:158-60.

Sisson de Castro M. A gestão da escola básica: autonomia e identidade. *Estudos Leopoldenses*. 1995;1:61-94.

Solomon P, Patch V. Psiquiatria do adolescente. In: Solomon P, Patch V, eds. *Manual de Psiquiatria*. São Paulo: Atheneu, 1975:581-97.

Solomon T. History and demography of child abuse. In: Cook JV, Bowles RT, eds. *Child Abuse - Comission and Omission*. Scarborough: Buttworth and Company Ltda, 1980:63-8.

Stark E, Flitcraft A. Women and children at risk: a feminist perspective on child abuse. *Int J Health Serv*. 1988;18:97-119.

Stavenhagen R. Estratificação social e estrutura de classe. In: Velho O, ed. *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. 9. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981:117-48.

Stith D. Can physicians help curb adolescent violence? *Hosp Pract*. 1993;27:193-207.

Van Gennep A. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1977:180.

Waldemar JO. Quão perturbado é o adolescente “normal”? Uma revisão de conceitos e estudos epidemiológicos. *Rev Psiq RS*. 1983;5:31-6.

Walker L. Violence in the family. *In: Kaslow F, ed. Voices in Family*. London: Sage Publications, 1990:139-58.

Whitmont E. *Retorno da Deusa*. São Paulo: Summus, 1991:287.

Wolff S. *Transtornos Psíquicos del Niño: Causas y Tratamientos*. 2. ed. Mexico: Siglo Veinteuno, 1975:269.

Wolff S. Non-delinquent disturbances of conduct. *In: Rutter M, Hessor L, eds. Child and Adolescent Psychiatry*. 3. ed. Boston: Blackwell Scientific Publications, 1985:400-23.

Woolf V. *Um Teto Todo Seu*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985:149.

Zajac M. Family violence: what we can do. *American Academy of Pediatrics - News Release*, 1990:28-30.

Zaluar A. Teoria e prática do trabalho de campo, alguns problemas. *In: Cardoso R, ed. A Aventura Antropológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986:107-26.

10. ANEXO

ROTEIRO DA ENTREVISTA

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome do adolescente
 Idade Colégio
 Endereço
 Trabalho Mesada

Nome do Pai
 Endereço
 Idade Escolaridade Profissão
 Está trabalhando? Renda
 Religião Prática?

Nome da mãe
 Endereço
 Idade Escolaridade Profissão
 Está trabalhando? Renda
 Religião Prática?
 Número de filhos

Casa Apartamento Outro
 Pessoas que moram na casa

Impressão da família

Diagnóstico final

1. Escola pública agressivo
2. Escola pública não-agressivo
3. Escola particular agressivo
4. Escola particular não-agressivo

HISTÓRIA DA FAMÍLIA - PAI E MÃE

ROTINA

1. Como é constituída a família?
2. Como é a família de origem?
3. Como são as atividades diárias e os fins-de-semana da família?

RELAÇÃO DO CASAL

1. Conte a história do casamento.
2. Expressão de sentimentos e vida sexual.

CONFLITOS

1. Como resolvem as divergências?
2. Existe brigas e crises? Como são?
3. Quando as coisas não vão bem, de quem é a culpa?
4. Quem manda na casa?
5. Já aconteceu violência física entre o casal?

SEPARAÇÃO(QUANDO HOUVE)

1. Por que separaram? Conte a história.
2. Houve brigas, disputas pelos filhos, agressões verbais, físicas?

RELAÇÃO COM O FILHO

1. Foi aleitado no peito? Quanto tempo?
2. Ficou algum tempo separado dos pais?
3. Quem cuidou dele no primeiro ano de vida?
4. Como tem sido o aproveitamento escolar? Já foi reprovado? Quando?

RELAÇÃO PAIS E FILHOS

1. Como é este filho (defeitos e qualidades)?
2. Como ele se relaciona na família?
3. Tem muitos amigos? O que você acha dos amigos dele?
4. Tem namorado(a)? O que você acha do namoro?

AGRESSÃO

1. Ele é agressivo? Briguento? Já brigou na escola? Na rua?
2. Quais são as coisas que ele não pode fazer? Ele aceita os limites?

PUNIÇÃO

1. O que você faz quando ele não segue as normas da casa?
2. Usam castigos físicos? Em que ocasiões? Com que intensidade?
3. Havia castigos físicos na casa de seus pais? Como eram?
4. Ele já se meteu em alguma encrenca? Conte como foi.

AUTO-IMAGEM

1. Você é um bom pai(mãe)? E ele, é um bom filho?
2. O que você achou da entrevista. Dê sugestões.

ADOLESCENTE

VIDA ESCOLAR

1. Gosta da escola? Por que? O que gostaria de mudar nela?
2. Como está o aproveitamento escolar? Já foi reprovado?

ROTINA

1. O que faz diariamente e nos fins-de-semana?
2. Quais são as diversões? Tem algum *hobby*?

AUTO-IMAGEM

1. Como você é? (qualidades e defeitos)
2. Você se acha bonito(a)? Gosta de se arrumar? Comprar roupas?

NAMORO E AMIGOS

1. Tem amigos? Turma? Quantas vezes por semana sai com amigos?
2. Já ficou com alguém? Tem namorado(a)? O que os pais acham do namoro? Já transou?

AGRESSIVIDADE

1. Você controla as emoções ou explode facilmente?
2. Você se considera agressivo? É briguento? Com quem e onde briga?

FAMÍLIA

1. Como é sua família? (qualidades e defeitos)
2. Como se relacionam entre si? Quem é que manda em sua casa?

CONFLITOS

1. Como se resolvem os conflitos na sua casa?
2. Há brigas? Como são estas brigas?

PUNIÇÕES

1. O que você não pode fazer? O que você faz em relação às proibições?
2. O que acontece quando apronta algo?
3. Você apanha ou costumava apanhar de pequeno? Conte como é(era).

PERCEPÇÕES

1. O que gostaria de mudar em sua família?
2. O que achou da entrevista? Dê sugestões.